



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES  
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES  
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

**EDITAL**  
**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**UASG: 450522**

<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90065/2026</b>		<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO: 29420/2025/SEMOSP</b>	
<b>DATA DE ABERTURA:</b> 23/06/2026 às 09h00min. no sítio <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>			
<b>OBJETO</b>			
Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Empresa de Locação de veículos para transporte de pessoal, que atenderá à necessidade das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Ariquemes - RO, por um período de 12 (doze) meses.			
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>			<b>LANCE MÍNIMO</b>
R\$ 702.079,88 (Setecentos e dois mil setenta e nove reais e oitenta e oito centavos).			R\$ 0,01
<b>Registro de Preços?</b>	<b>Vistoria</b>	<b>Instrumento Contratual</b>	<b>Forma de Adjudicação</b>
SIM	FACULTATIVA	Termo de Contrato ou equivalente	POR ITEM
<b>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Veja ITEM 10 deste Edital)*</b>			
<b>Requisitos Básicos:</b> - Sicafe ou documentos equivalentes		<b>Requisitos Específicos: Item 10.12 do Edital</b> - Apresentação de pelo menos um <b>Atestado(s) de Capacidade Técnica</b> (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto da licitação.	
* O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicada.			
<b>MODO DE DISPUTA</b>	<b>Item Exclusivo para ME/EPP?</b>	<b>Item com Reserva de Cota ME/EPP?</b>	<b>Exige Amostra/Demonstração</b>
ABERTO	NÃO	NÃO	NÃO
<b>Prazo de envio da proposta/documentos complementares</b>			
120 (cento e vinte) minutos, após a convocação realizada pelo pregoeiro.			
<b>Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações</b>			
Até 18/06/2026 no e-mail: <a href="mailto:pregaopma@hotmail.com">pregaopma@hotmail.com</a> , demais condições no item 15. deste Edital			
<b>Observações Gerais</b>			
-			
<b>AVISO</b>			
Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório. Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número 90000 antes do número do certame. (ex.: 90001/2026)			
Dúvidas: (69) 3516-2020 e/ou pelo e-mail: <a href="mailto:pregaopma@hotmail.com">pregaopma@hotmail.com</a>			



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

(LEI 14.133/2021)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90065/2026/SML/PMA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 29420/2025/SEMOSP**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**LICITAÇÃO COM AMPLA PARTICIPAÇÃO**

**1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**1.1. PREÂMBULO:**

**1.1.1.** A Prefeitura do Município de Ariquemes-RO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº. 04.104.816/0001-16, com sede à Avenida Tancredo Neves, nº. 2.166, Setor Institucional, Ariquemes-RO, através do Pregoeiro designado pelo **Decreto Municipal nº. 19.569 datado de 24 de fevereiro de 2023**, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o nº **XX/2026/PREGÃO/SML/PMA** do tipo **MENOR PREÇO**, critério de julgamento **POR ITEM**, tendo por finalidade de **Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Empresa de Locação de veículos para transporte de pessoal, que atenderá à necessidade das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Ariquemes - RO, por um período de 12 (doze) meses.** O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei n. 14.133/2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como as demais legislações complementares e ainda pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e, em conformidade com a autorização contida no Processo.

**1.1.2.** O regime legal adotado neste procedimento é aquele previsto na Lei n. 14.133/2021.

**1.1.3.** O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) (**comprasnet**); e/ou [www.ariquemes.ro.gov.br](http://www.ariquemes.ro.gov.br) na aba de anexos da licitação no link: <https://transparencia.ariquemes.ro.gov.br/novo/EXECUTIVO/compras-licitacoes/licitacoes/2026/3>.

**1.1.4.** A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

<b>CÓDIGO UASG:</b>	<b>450522</b>
<b>PREGOEIRA:</b>	<b>DAIANE VIEIRA PACIFICO</b>
<b>INÍCIO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:</b>	08/06/2026 às 09h00min. (horário de Brasília).
<b>LIMITE PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:</b>	23/06/2026 às 09h00min. (horário de Brasília).
<b>DATA DE ABERTURA DA SESSÃO:</b>	<b>23/06/2026 às 09h00min. (horário de Brasília).</b>

**1.1.5.** Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do pregoeiro aos licitantes;

**1.1.6.** Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília - DF, salvo quando explicitamente descrito em contrário.

**1.2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:**

**1.2.1.** Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do **Processo Administrativo Nº 29420/2025/SEMOSP**, e destina-se a garantir a observância do princípio



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

**1.2.2.** Todo o procedimento licitatório será realizado somente através do sistema contido no endereço eletrônico <http://www.gov.br/compras>, onde permanecerão disponíveis todos os atos, avisos e demais documentos relativos às fases da licitação, bem como disponibilizados para consulta, integralmente, o instrumento convocatório e seus elementos para leitura e retirada, propostas e Atas dele provenientes.

## **2. DAS DISPOSIÇÕES DO OBJETO**

**2.1.1. DO OBJETO:** **Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Empresa de Locação de veículos para transporte de pessoal, que atenderá à necessidade das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Ariquemes - RO, por um período de 12 (doze) meses.** Conforme especificações técnicas e quantidades descritas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

**2.1.2.** A licitação será por **ITEM**, conforme tabela constante do Termo de Referência (ANEXO I deste Edital). facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

### **2.1.3. DAS ESPECIFICAÇÕES E DAS ESTIMATIVAS DE PREÇOS EM R\$:**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSE R	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	<b>LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO MICROÔNIBUS, POR KM RODADO</b> Locação de veículo tipo micro-ônibus, por km rodado, motor Turbo a Diesel 4 cilindros, com 1 porta (embarque e desembarque), display digital, tacógrafo eletrônico, capacidade mínima de 28 (vinte e oito) passageiros, com motorista, ar condicionado, cinto de segurança em todos os assentos, com no máximo 10 (dez) anos de uso, itens de segurança conforme exigências do DENATRAN; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para uso no perímetro urbano e zona rural; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN /RO, em bom estado de conservação e manutenção.	25089	KM	6500	15,45	100.425,00
02	<b>LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, POR DIÁRIA</b> Locação de veículo tipo ônibus, por	25089	Diária	46	2.783,33	128.033,18



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSE R	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	diária, motor Turbo a Diesel 4 cilindros, com 1 porta (embarque e desembarque), plataforma de acessibilidade, display digital, tacógrafo eletrônico, máximo 10 (dez) anos de					
03	<b>LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, POR KM RODADO</b> Locação de veículo tipo ônibus ,por km rodado ,motor Turbo a Diesel 4 cilindros, com 1 porta (embarque e desembarque), plataforma de acessibilidade, display digital, tacógrafo eletrônico, máximo 10 (dez) anos de fabricação, capacidade mínima de 40 (quarenta) passageiros, com ar condicionado, bagageiros externos lateral e interno de teto, cinto de segurança em todos os assentos, cortinas nas janelas, poltronas reclináveis, com banheiro; itens de segurança conforme exigências do DENATRAN; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para viagens as modalidades urbana e intermunicipais; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção.	25089	KM	12400	16,62	206.088,00
04	<b>LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN</b> Por km rodado, motor 4 cilindros, com capacidade mínima de 16 (dezesesseis) passageiros, com no máximo 5 (cinco) anos de uso; com motorista, ar condicionado; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para uso no perímetro urbano e zona rural; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção.	25089	KM	16617	16,10	267.533,70
<b>VALOR MÉDIO TOTAL (R\$)</b>						<b>702.079,88</b>



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

**2.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema compras.gov.br, e as especificações constantes no Termo de Referência e neste Edital, prevalecerão às últimas;**

**2.3. DO PRAZO/LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO** e demais obrigações ficam aqueles estabelecidos no anexo I deste Edital – Termo de Referência, o qual foi devidamente aprovado pelos ordenadores de despesas dos órgãos requerentes;

**2.3.1. Local/horário de execução** - Conforme estabelecido no **item 5.11** do Termo de Referência – **Anexo I deste Edital.**

**2.3.2.** Os locais e horários da execução dos serviços serão de acordo com os subitens **5.3** e **5.4**, podendo sofrer variações conforme a necessidade da Secretaria demandante, devidamente comunicadas à CONTRATADA com antecedência mínima razoável.

**2.3.3. Prazo e forma de execução** – Conforme estabelecidos do **item 5.12** do Termo de Referência – **Anexo I deste Edital.**

**2.3.4.** Os serviços solicitados deverão ser iniciados em até 20 (vinte) dias corridos após a assinatura do contrato. A execução será realizada de forma parcelada, conforme solicitado pela Secretaria, mediante envio da Ordem de Serviço, empenho e cronograma correspondente.

**2.3.5. Modelo de execução do objeto** – **Conforme estabelecidos do item 5 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.**

**2.3.5.1.** A locação de veículos compreende a disponibilização de veículos adequados e em perfeitas condições de uso e conservação, impondo a realização de manutenções periódicas – corretivas e preventivas - fornecimento de combustível, seguro patrimonial, monitoramento em tempo real dos transportes, além de outros encargos previstos na legislação, bem como da disponibilização de motoristas devidamente uniformizados, habilitados, qualificados e treinados para a eficiente execução das atividades, conforme descritos no presente termo de referência.

**2.3.5.2.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**2.3.5.3. TRANSPORTE ROTINEIRO (segunda à sexta-feira)**

**2.3.5.4.** Considera-se serviço de transporte rotineiro: execução periódica de serviço de transporte para o Bloqueamento das Alamedas e de transporte das equipes de manutenção da infraestrutura urbana da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP, contemplando os itinerários abaixo:

**2.3.5.5. Itinerário SEMOSP - VAN 16 Lugares**

ITINERÁRIO SEMOSP - VAN 16 LUGARES			
PERÍODO	PARTIDA		KM ESTIMADA
MANHÃ	SEMOSP	Local do serviço (varia)*	53 KM
	Local do serviço	SEMOSP	
TARDE	SEMOSP	Local do serviço (varia)*	53 KM
	Local do serviço	SEMOSP	
QUILOMETRAGEM TOTAL DIÁRIA DA LINHA			106 KM

\*Os trajetos poderão abranger áreas urbanas e rurais, incluindo vias pavimentadas e não



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

pavimentadas, podendo variar conforme a localização das frentes de serviço e a necessidade operacional da Secretaria.

**2.3.5.6. Itinerário Ônibus FMDPI/ SEMDES**

ITINERÁRIO - ÔNIBUS			
PERÍODO	PARTIDA		KM (ESTIMADA)
MANHÃ	SEMDES	ROTA/Local do Encontro (varia)	70 KM
	Local de encontro/ROTA	SEMDES	
QUILOMETRAGEM TOTAL DIÁRIA DA LINHA			70 KM

**2.3.5.7. Estimativas de Viagens FMDPI**

ESTIMATIVA DE VIAGENS				
Município/Local	Distância de Ariquemes (Ida e Volta)	Quantidade de veículo por viagem		
		Micro-ônibus	Ônibus	Van
Distrito Bom Futuro	200 KM	0	1	0
Distrito Bom Futuro	200 KM	0	1	0

**2.3.5.8.** Foram estimadas duas viagens ao ano. Uma a ser realizada no primeiro e outra no segundo semestre, totalizando os 400km estimados;

**2.3.5.9. DAS INFORMAÇÕES SOBRE O SERVIÇOS DE TRANSPORTE POR DEMANDA - Conforme o item 5.3 do Termo de Referência Anexo I deste Edital.**

**2.3.5.10.** Serviço de Transporte por Demanda: Considera-se serviço de transporte por demanda: a execução de serviço de transporte para garantir a presença do município de Ariquemes na delegação no JIR (Jogos Intermunicipais de Rondônia), conforme quadro abaixo:

ESTIMATIVA DE VIAGENS				
Município	Distância de Ariquemes (Ida e Volta)	Quantidade de veículo por viagem		
		Micro-ônibus	Ônibus	Van
Porto Velho	405 KM	2	5	1
Cacoal	570 KM	1	2	1



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

Ji - Parana	355 KM	1	4	2
Vilhena	1025 KM	2	2	1
Pimenta Bueno	655 KM	1	2	1
Jaru	194 KM	1	4	2
Machadinho do Oeste	297 KM	1	1	1
Monte Negro	100 KM	1	2	1
São Miguel do Guaporé	605 KM	0	1	1
Presidente Medici	426 KM	2	1	1
Garimpo Bom Futuro	200 KM	0	1	1
Humaita - AM	814 KM	0	1	0
São Felipe do Oeste	675 KM	0	1	0

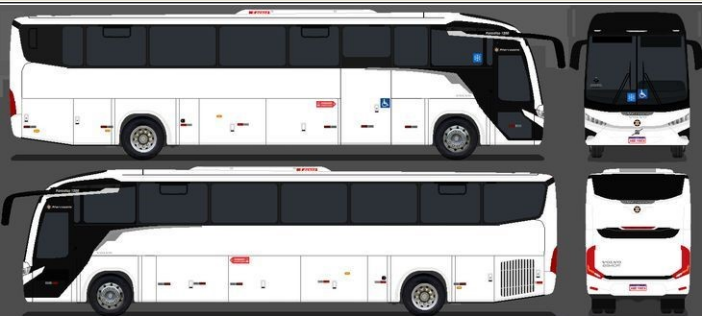


**2.4. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS VEÍCULOS (INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA)**

**2.4.1.** Os serviços de transportes serão executados com veículos das categorias especificadas a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MÍNIMA DE VEÍCULOS
01	 <p><b>Locação de veículo tipo micro-ônibus:</b> por km rodado, motor Turbo a Diesel 4 cilindros, com 1 porta (embarque e desembarque), display digital, tacógrafo eletrônico, capacidade mínima de 28 (vinte e oito) passageiros, com motorista, ar condicionado, cinto de segurança em todos os assentos, com no máximo 10 (dez) anos de uso, itens de segurança conforme exigências do DENATRAN; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para uso no perímetro urbano e zona rural; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção.</p> <p><b>Obs: O veículo poderá ser demandado em estrada de terra.</b></p>	04 (quatro)



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

02	 <p><b>Locação de veículo tipo ônibus:</b> por diária, motor Turbo a Diesel 4 cilindros, com 1 porta (embarque e desembarque), plataforma de acessibilidade, display digital, tacógrafo eletrônico, máximo 10 (dez) anos de fabricação, capacidade mínima de 40 (quarenta) passageiros, com ar condicionado, bagageiros externos lateral e interno de teto, cinto de segurança em todos os assentos, cortinas nas janelas, poltronas reclináveis, com banheiro; itens de segurança conforme exigências do DENATRAN; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para viagens nas modalidades urbana e intermunicipais; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção. Diária de até 500km.</p>	03 (três)
03	 <p><b>Locação de veículo tipo ônibus:</b> por km rodado, motor Turbo a Diesel 4 cilindros, com 1 porta (embarque e desembarque), plataforma de acessibilidade, display digital, tacógrafo eletrônico, máximo 10 (dez) anos de fabricação, capacidade mínima de 40 (quarenta) passageiros, com ar condicionado, bagageiros externos lateral e interno de teto, cinto de segurança em todos os assentos, cortinas nas janelas, poltronas reclináveis, com banheiro; itens de segurança conforme exigências do DENATRAN; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para viagens nas modalidades urbana e intermunicipais; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção.</p>	(QUANT. ACIMA)
04	 <p><b>Locação de veículo tipo Van,</b> por km rodado, motor 4 cilindros, com capacidade mínima de 16 (dezesseis) passageiros, com no máximo 5 (cinco) anos de uso; com motorista, ar</p>	05 (cinco)





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

	condicionado; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para uso no perímetro urbano e zona rural; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção.  <b>Obs: O veículo poderá ser demandado em estrada de terra.</b>	
<b>Quantitativo mínimo total</b>		<b>12</b>

**2.5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (ELEMENTO DE DESPESA)**

**2.5.1.** Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes da aquisição, correrão por conta dos recursos, pela seguinte classificação orçamentária:

**SEMOSP**

**Órgão:** Prefeitura Municipal de Ariquemes

**Unidade Orçamentária:** Secretaria Municipal de Obras SEMOSP

**Programação:**

04.122.0038.2650.0000 - Manutenção das Atividades da SEMOSP

04.122.0038.2652.0000 - Manutenção e Conservação de Frotas

15.451.0012.2654.0000 - Manut. Conserv. e Recup. de Estradas Vicinais

**Elemento Despesa:**

3.3.90.39.00-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica / Outros Serviços de Terceiros

- Pessoa Física; **Fonte de Recursos:** RP

-0.1.500; Recursos de Exercícios Anteriores

- 0.2.500; Transferência da União Referente a Compensação Financeira de Recursos Minerais - 0.1.708.

**SEMTEC**

**Órgão:** Prefeitura Municipal de Ariquemes

**Unidade Orçamentária:** Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura SEMTEC;

**Programação:**

27 122 0019 2800 - Manutenção das Atividades da SEMTEC;

13 392 0020 2801 - Promoção da Cultura;

27 812 0021 - Fomento ao Esporte Comunitário e Lazer;

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

**Fonte de Recurso:** RP Próprio/Convenio.

**F.M.D.P.I**

**Órgão:** Prefeitura Municipal de Ariquemes

**Unidade Orçamentária:** Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

**Programação:**

08 ASSistência Social

08 241 Assistência À Pessoa Idosa

08 241 0016 Proteção E Defesa Dos Direitos Da Pessoa Idosa

08 241 0016 2424 0000 Proteção E Defesa Dos Direitos Da Pessoa Idosa

**Elementos de Despesas:**

3.3.50.41.00 - Contribuições;

3.3.90.14.00 - Diárias - Civil;

3.3.90.30.00 - Material de consumo;

3.3.90.33.00 - Passagens e despesas com locomoção;

3.3.90.39.00 - Outros serviços de terceiros - Pessoa jurídica;

4.4.90.52.00 - Equipamentos e material permanente.

**Fonte de Recursos:** 1.500 - Recursos Próprios / 1.750 - Recursos Próprios (doações).



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

**2.6. DO PAGAMENTO**

**2.6.1.** Conforme estabelecido do item 7.15 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital;  
“...O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, nos termos da Decreto Municipal nº 19.379, de 2022, art. 10, parágrafo único, e seguirá a ordem cronológica em conformidade ao decreto nº 17.210/2021.”

**2.7. ÍNDICE DE REAJUSTE**

**2.7.1.** Conforme estabelecido na cláusula 7.1 da minuta de contrato;

**2.7.2.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **25/02/2026**.

**2.7.3.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**2.7.4.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**2.7.5.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**2.7.6.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**2.7.7.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**2.7.8.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**2.7.9.** O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

**3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**3.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**3.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**3.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.3.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.4. Não poderão disputar esta licitação: (Previstos nos Art. 9º e 14º da Lei 14.133/21)**

**3.4.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**3.4.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**3.4.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**3.4.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**3.4.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**3.4.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**3.4.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**3.4.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;

**3.4.9.** pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

**3.4.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**3.4.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

**3.4.12.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

**3.5.** O impedimento de que trata o item **3.4.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.6.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **3.4.2** e **3.4.3** poderão participar no apoio das atividades de



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**3.7.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.8.** O disposto nos itens **3.4.2 e 3.4.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**3.9.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

**3.10.** A vedação de que trata o **item 3.4.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3.11.** Em tempo, será analisado também:

**3.11.1.** Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com a Prefeitura de Ariquemes/RO, nos termos do Art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993 e do Art. 7º da Lei n. 10.520/2002; (**até que se encerre os prazos das sanções**);

**3.11.2.** Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87, IV, da Lei n. 8.666/1993; (**até que se encerre os prazos das sanções**);

**3.11.3.** Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.2.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**4.2.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**4.2.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

**4.2.3.** não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

**4.2.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

**4.2.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**4.2.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

**4.2.7.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**4.2.8.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**4.2.9.** A falsidade da declaração de que trata os itens 4.1 ou 4.2.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

**4.2.10.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**4.2.11.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.2.12.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.2.13.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**4.2.13.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**4.2.13.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

**4.2.14.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**4.2.14.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**4.2.14.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**4.2.15.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 4.3.13** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**4.2.16.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.2.17.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA;**

**5.1.** O licitante deverá inserir sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**a)** Valor unitário e total;

**b)** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência; indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, **quando for o caso**;

**5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**5.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**5.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.8.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

**5.9.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, DA FORMULAÇÃO DE LANCES;**

### **6.1. DA ABERTURA DA SESSÃO;**





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

**6.1.1.** A abertura da presente licitação conduzida pelo pregoeiro, dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.1.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**6.1.3.** Este edital poderá ser republicado para atualização dos preços registrados em decorrência deste pregão, com a indicação da data e da hora de realização da sessão pública, dos quantitativos atualizados, se for o caso, e do novo orçamento estimado, observada a mesma publicidade do certame inicial.

**6.1.4.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**6.1.5.** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

## **6.2. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS;**

**6.2.1.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**6.2.2.** As propostas cadastradas pelos licitantes no sistema eletrônico que descumprirem as exigências do edital quanto à forma de sua apresentação e/ou apresentarem erros que prejudiquem a oferta de lances e o caráter competitivo do certame também serão desclassificadas, mediante decisão fundamentada do pregoeiro. Conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

**6.2.3.** Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

## **6.3. DA FORMALIZAÇÃO DE LANCES**

**6.3.1.** Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados deverão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

**6.3.2.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do ITEM;

**6.3.3.** As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação, de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital;

**6.3.4.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo);

**6.3.5.** O licitante poderá, uma única vez, **excluir** seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**6.3.6.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**6.3.6.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

**6.3.6.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.3.6.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

**6.3.6.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**6.3.6.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**6.3.7.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**6.3.8.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**6.3.9.** Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

**6.3.9.1.** A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do **item**;

**6.3.10.** Se ocorrer a desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**6.3.11.** No caso de a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.comprasnet.gov.br/>

**6.3.12.** O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

#### **6.4. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;**

**6.4.1.** A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente para fins de habilitação.

**6.4.2.** Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, se procederá da seguinte forma:

- I. a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatária;
- II. não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

na condição prevista no *caput* deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

- III. o convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

**6.4.3.** Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos nesta cláusula, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

**6.5.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

**6.5.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**6.5.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

**6.5.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**6.5.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

**6.5.5.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**6.5.5.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**6.5.5.2.** empresas brasileiras;

**6.5.5.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**6.5.5.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

**6.6.** Nos casos em que o sistema Comprasnet não indicar o vencedor, a escolha do vencedor será feita através de sorteio (IN SEGES/MGI Nº 79/2024), em sessão realizada no comprasnet, com a convocação dos interessados.

## **7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA;**

**7.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**7.2.** O pregoeiro iniciará os procedimentos necessários à aceitabilidade da proposta de melhor preço e verificará a conformidade da marca e modelo informados ou especificação técnica dos serviços com as exigências contidas neste edital e a compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para a contratação, podendo solicitar, se necessário, a planilha de composição de custos adequada ao lance equivalente à proposta de melhor preço no prazo estipulado no *chat* durante a sessão.

**7.3.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**7.4.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.5.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**7.6.** Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

## **8. DA PROPOSTA FINAL ATUALIZADA**

**8.1.** O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **120 (cento e vinte)** minutos, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. Observar o modelo do anexo II – Formulário de Apresentação da Proposta.

**8.1.1. Deverá ANEXAR sua proposta de preços no sistema eletrônico, contendo:**

- a) Número do item;
- b) Quantidade / Unidade;
- c) Descrição detalhada do objeto; (especificação do produto ofertado);
- d) Marca/Modelo/Versão/Classificação;
- e) Valor Unitário e Valor Total por item.

**8.1.2. INDICAÇÃO EXPRESSA DA MARCA, MODELO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA, BEM COMO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA NÃO INFERIOR À 60 (SESSENTA) DIAS.**

**8.1.3.** O prazo de envio poderá ser prorrogado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do Pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

**8.1.4.** O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no **item 8.1**, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

**8.2.** A proposta enviada via sistema, após convocação do Pregoeiro, deverá obedecer às condições previstas no **item 5** e subitens deste Edital.

**8.2.1. O ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA, E SEUS ANEXOS (QUANDO SOLICITADO), DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRAS.GOV, SENDO ESTA COMPACTADA ARQUIVO ÚNICO EDITÁVEL (excel, word, Zip, doc, docx, .JPG ou PDF);**

**8.2.2. O PREGOEIRO CONVOCARÁ A LICITANTE EM RELAÇÃO A SOMENTE UM ÚNICO ITEM PARA ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E/OU DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, EM ANEXO NO SISTEMA COMPRASNET, A QUAL TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS QUE A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO.**

**8.3.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.4.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**8.5.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**8.6.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**8.7.** Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS.

**8.8. DAS CORREÇÕES ADMISSÍVEIS;**

**8.8.1.** Nos casos em que o Pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

**8.8.1.1.** Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

**8.8.1.2.** Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o(a) Pregoeiro(a) procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta

**8.9.** A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior à sessão de lances, a critério do Pregoeiro que comunicará às Licitantes através do sistema eletrônico.

**9. DO JULGAMENTO E VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**9.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no **item 3.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**9.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;**

**9.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

**9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União – CGU**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);

**9.1.4. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada (<http://www.transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>);



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

**9.1.5.** Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens “9.1.2” e “9.1.3” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

**9.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**9.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

**9.4.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

**9.5.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

**9.6.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**9.7.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**9.8.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os **itens 3.4.1 e 4.2.6** deste edital.

**9.9.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

**9.10. Será DESCLASSIFICADA a proposta vencedora que:**

**9.10.1.** conter vícios insanáveis;

**9.10.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**9.10.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**9.10.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**9.10.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**9.11.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**9.11.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**9.11.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**9.11.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**9.12.** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

- 9.12.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.
- 9.12.2.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 9.12.3.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 9.13.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 9.14.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.15.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 9.16.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 9.16.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 9.16.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 9.17.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.18.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 9.19.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 9.20.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 9.21.** Ressalvado os documentos atualizados no SICAF, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **habilitação**:



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

## **10. DA HABILITAÇÃO**

**10.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no **SICAF**.

**10.2.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

**10.3.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

**10.3.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

**10.4.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**10.4.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **120 (cento e vinte) minutos**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**10.4.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

**10.5.** A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**10.5.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**10.5.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**10.6.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**10.7.** Será verificado se o licitante apresentou **declaração** de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#) [O artigo 18, §2º, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, obriga a apresentação dessa declaração](#)).

**10.8.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

### **10.9. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**10.9.1. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

**10.9.2. Microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de **Microempreendedor Individual - CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**10.9.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**10.9.4. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

**10.9.5. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**10.9.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária -** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**10.9.7. No caso de cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**10.9.8. Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;**

**10.9.9.** Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

**10.9.10.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**10.10. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

**10.10.1.** Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal** (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento; (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União, conforme portaria RFB/PGFN nº 1751 de 02/10/2014);

**10.10.2.** Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

**10.10.3.** Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

**10.10.4.** Certidão de Regularidade do **FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

**10.10.5.** Certidão de Regularidade de Débito – **CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

**10.10.6.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ**.

**10.11. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA:**

**10.11.1. Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial** – (Lei n.º 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, **EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa)** dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

**10.11.2.** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

**10.12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA:**

**10.12.1.** Apresentação de pelo menos um **Atestado(s) de Capacidade Técnica** (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto da licitação.

**10.12.1.1.** O atestado de capacidade técnica emitido por **pessoa jurídica de direito privado** deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição detalhada do objeto, quantidades e prazos de fornecimento dos materiais. Quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.

**10.12.1.2.** Todas as informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas. Por decisão do Pregoeiro, poderá ser aberto prazo ao licitante para atendimento a diligência, que poderá ser realizada por convocação através do próprio sistema comprasnet.

**10.12.1.3.** Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) e correspondentes ao(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados.

**10.13. DAS DECLARAÇÕES:**

**10.13.1. DECLARAÇÕES A SEREM ANEXADAS JUNTO COM A HABILITAÇÃO.**

a) A licitante deverá apresentar **Declaração de autenticidade**, conforme modelo constante no **Anexo III** deste Edital;

b) **Declaração de Sustentabilidade Ambiental**, conforme modelo constante no **Anexo IV** deste Edital.

c) A licitante deverá apresentar **Declaração nos Termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da C.F. de 1988**, conforme modelo constante no **Anexo V** deste Edital.

**10.13.2.** A falta das declarações exigidas nos subitens acima, não motiva a inabilitação da empresa, contudo, não exime a empresa vencedora quanto à obrigatoriedade do cumprimento





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

integral ao que estabelece a legislação aplicável a matéria, podendo o Pregoeiro solicitar, de forma complementar, o envio das referidas declarações.

**10.14. A documentação referente a HABILITAÇÃO poderá ser inserida no sistema, no momento do cadastro da proposta.**

**10.14.1.** A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRASNET TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO.

**10.14.2.** OS ARQUIVOS SOLICITADOS, DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRASNET, SENDO A MESMA COMPACTADA EM 01 (UM) ÚNICO ARQUIVO (excel, word, .Zip, .doc, .docx, .JPG ou PDF), TENDO EM VISTA QUE O CAMPO DE INSERÇÃO É ÚNICO.

**10.15.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

**10.15.1.** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**10.15.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**10.16.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**10.17.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 10.4.1**.

**10.18.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**10.19.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

**10.20.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **11. DOS RECURSOS**

**11.1.** Após a fase de HABILITAÇÃO, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, sua intenção de recorrer.

**11.2.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**11.3.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data lavratura da ata e/ou



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

encerramento da sessão.

**11.4.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**11.4.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**11.4.2.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**11.4.3.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**11.5.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.6.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.7.** O prazo para apresentação das CONTRARRAZÕES ao recurso será de 3 (três) dias úteis. Ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem **contrarrrazões**, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**11.8.** A manifestação de interposição do recurso e contrarrazão, somente será possível por meio eletrônico (**campo próprio do sistema**), devendo o licitante observar as datas registradas.

**11.8.1.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**11.9.** A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo pregoeiro ao vencedor.

**11.10.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua **decisão** no **prazo de 3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

**11.11.** Durante o prazo recursal, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES – SML, endereço constante neste Edital, caso não esteja disponível no Sistema Eletrônico de Processos (e-Proc).

**11.12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA;**

**11.12.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**11.12.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**11.12.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**11.12.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**11.12.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

**11.12.2.2.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **SICAF** e no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**12.1.** Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o pregoeiro declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) ITENS ADJUDICANDO-O.

**12.2.** Indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

**12.3.** A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela Autoridade Competente que decidiu o recurso.

**12.4.** A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação.

**12.5.** Quando houver recurso e o pregoeiro mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos do pregoeiro.

## **13. DO TERMO DE CONTRATO**

**13.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, nota de empenho, ordem de fornecimento ou outro instrumento equivalente.

**13.2.** O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**13.3.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) disponibilizar acesso ao sistema de processo eletrônico (eProc) para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; b) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração; c) Poderá ser enviado por e-mail para a empresa, devendo ser assinado de forma digital (token) (assinador digital gratuito <https://www.gov.br/pt-br/servicos/assinatura-eletronica>). Posteriormente, o documento deverá ser devolvido por e-mail; ou d) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

**13.4.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

**13.4.1** referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

**13.4.2** a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

**13.4.3** a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei;

**13.4.4** Deverá observar e cumprir todas as disposições estabelecidas na minuta do termo de contrato;

**13.4.5** A substituição do contrato por documento equivalente não exime o contratante da obrigação de observar todas as disposições estabelecidas na minuta contratual.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

**13.5.** Os prazos dos itens 13.1 e 13.2 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**13.6.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência/Projeto Básico.

**13.7.** Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

**14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**14.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**14.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

**14.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**14.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**14.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**14.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**14.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;

**14.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**14.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**14.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**14.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**14.1.5.** Fraudar a licitação;

**14.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**14.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**14.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**14.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**14.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**14.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**14.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**14.2.1.** advertência;

**14.2.2.** multa;

**14.2.3.** impedimento de licitar e contratar e



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

- 14.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 14.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
  - 14.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 14.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 14.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 15% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 a multa será de **0,5%** do valor do contrato licitado.
  - 14.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de **15%** do valor do contrato licitado.
- 14.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Ariquemes/RO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6 e 14.1.7, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#)
- 14.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3 e 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).
- 14.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão de no mínimo 3(três) servidores, em sua maioria servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**14.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**14.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**14.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**15.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**15.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**15.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, via e-mail: [pregaopma@hotmail.com](mailto:pregaopma@hotmail.com) (ao transmitir o e-mail, o mesmo **deverá ser confirmado** pelo pregoeiro e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (69) 3516-2020) ou ainda, alternativamente, protocolar o original junto a Prefeitura de Ariquemes/RO, no horário das 07h30min. às 13h30min. (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Tancredo Neves, n.º 2.166 – Setor Institucional - Complemento: Centro Administrativo, sala 10, no 1º andar em Ariquemes/RO - CEP: 76.872-854.

**15.4.** A decisão do pregoeiro quanto à impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e ainda através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site <https://www.gov.br/compras>, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.

**15.5.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**15.6.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**15.7.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**15.8.** Até a data definida para a sessão inaugural, o licitante que não obtiver resposta da impugnação protocolada, o pregoeiro antes da data e horário previsto suspenderá o certame licitatório, para confecção da resposta pretendida, e assim, definir uma nova data para a realização do referido certame.

## **16. DO CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDOR**

**16.1.** Para as licitantes que **registraram** a intenção no sistema de Participar do Cadastro de Reserva de Fornecedores neste certame:

**16.1.1.** Encerrada a etapa competitiva, as licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário. Serão convocados para o Cadastro de





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

Reserva através do sistema (compras.gov) antes da adjudicação/homologação pela autoridade competente.

**16.1.2.** A plataforma através do sistema de compras emitirá via e-mail a convocação das licitantes inicialmente interessadas nos itens participantes, caso, deseje fazer parte do Cadastro de Reserva, para que indique no próprio sistema o seu interesse.

**16.1.3.** Havendo um ou mais licitantes que registraram a intenção de participar no mesmo item com o valor igual ao do licitante vencedor, será respeitada a ordem de classificação durante a fase competitiva.

**16.1.4.** Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente serão utilizadas no caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata, de acordo Art. 18 do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023.

## **17. CONVOCAÇÃO DOS LICITANTES REMANESCENTES**

**17.1.** Em caso de não assinar o termo de contrato, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, rescisão contratual ou desistência do licitante vencedor em prosseguir com o fornecimento, a Administração poderá, com base no Decreto Municipal Nº 21.363, de 23 de agosto de 2024, convocar os licitantes remanescentes, conforme ordem de classificação estabelecida no processo licitatório, para celebração do contrato nas mesmas condições propostas pelo licitante originalmente vencedor. Caso nenhum dos licitantes remanescentes aceite as condições estabelecidas, a Administração reserva-se o direito de negociar com esses licitantes visando obter um preço melhor ou adjudicar o contrato nas condições ofertadas por eles, atendendo à ordem classificatória.

**17.2.** Esse processo seguirá as seguintes etapas:

**17.2.1. Após a instauração do procedimento sancionatório** em decorrência da rescisão contratual ou desistência do licitante.

**17.2.2. Convocação dos licitantes remanescentes em ordem de classificação:** Após a não assinatura do contrato, ou rescisão do contrato pelo licitante vencedor ou sua desistência, a Administração convocará os licitantes remanescentes que participaram do processo licitatório, seguindo a ordem de classificação estabelecida no certame. Esses licitantes serão convidados a assumir o contrato nas mesmas condições oferecidas pelo licitante originalmente vencedor que rescindiu o contrato.

**17.2.3. Negociação com os licitantes remanescentes:** Se nenhum dos licitantes remanescentes aceitar as condições propostas nas mesmas bases do licitante vencedor que rescindiu o contrato, a Administração irá para o próximo passo. Neste estágio, será iniciada a negociação com o segundo colocado e, subsequentemente, com os demais licitantes remanescentes em ordem de classificação.

**17.2.4. Negociação do menor valor possível:** Durante as negociações com os licitantes remanescentes, a Administração buscará obter o menor valor possível para a contratação, considerando as condições propostas por esses licitantes. Esta negociação pode envolver ajustes nos valores propostos originalmente pelos licitantes remanescentes, com o objetivo de garantir a economicidade para a Administração.

**17.2.5. Apresentação da proposta pela nova empresa contratada:** A empresa contratada deverá apresentar sua proposta com o preço final de seu lance, ajustando o valor do serviço/fornecimento remanescente em relação ao já executado pela empresa desistente.

**17.2.6.** Será analisado o teor das propostas apresentadas pelos licitantes remanescentes, inclusive a compatibilidade dessas propostas com as especificações técnicas do edital, bem como a verificação dos documentos de habilitação;



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

**17.2.7.** A Administração declarará a habilitação da empresa e a aceitabilidade da proposta apresentada, nos termos do edital;

**17.2.8.** A Administração publicará o aviso de adjudicação da empresa remanescente, ficando garantido o prazo de 5 (cinco) dias úteis aos demais licitantes para exercerem o direito ao contraditório, com a possibilidade de recorrerem da decisão da Administração, tanto no que se refere à proposta quanto aos documentos de habilitação;

**17.2.9.** Encerrado o prazo de 5 (cinco) dias úteis sem interposição de recurso ou após decisão final dos recursos interpostos, a Administração publicará o aviso de homologação da contratação do remanescente.

**17.3.** Em caso de Registro de Preço, será observado primeiro o Cadastro Reserva de Fornecedor.

## **18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**18.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**18.2.** A Administração Pública se reserva no direito de:

**18.2.1.** Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

**18.2.2.** Revogar por interesse da **Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO** em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 71 da Lei 14.133/2021.

**18.3.** Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

**18.4.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**18.5.** Ao Pregoeiro ou a Autoridade Competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

**18.6.** As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**18.7.** A homologação do resultado desta licitação não implicará obrigatoriedade de contratação do objeto pela Prefeitura Municipal de Ariquemes/RO.

**18.8.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**18.9.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**18.10.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

normais no Órgão Licitador.

**18.11.** O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

**18.12.** Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.

**18.13.** As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Prefeitura Municipal de Ariquemes, a finalidade e a segurança da contratação.

**18.14.** As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

**18.15.** O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

**18.16.** Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

**18.17.** Fica assegurada à Prefeitura Municipal de Ariquemes, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da Legislação vigente;

**18.18.** Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o Termo de Referência, e por último os demais anexos.

**18.19. CREDENCIAMENTO ePROC, conforme a Instrução Normativa nº 4, datado em 05 de outubro de 2020, que Regulamenta sobre utilização do Sistema Eletrônico de Informações (e-PROC), este é de utilização obrigatória para todos os tipos de processos em tramitação e novos e outras providências.**

**18.19.1.** Todas as pessoas físicas que possuem empresa, imóvel ou qualquer vínculo junto à Prefeitura de Ariquemes/RO, e que queira ou precise fazer petições e acompanhar seus processos e pedidos ONLINE.

**18.19.2.** Para acesso ao Sistema de Processo Eletrônico e realização de petições online é necessário o credenciamento prévio. Esse credenciamento deve ser feito junto ao Atendimento ao Público desta Prefeitura de Ariquemes/RO, **ou por meio online**, através do acesso pela Plataforma GOV.BR.

**18.19.3.** Poderá ser realizado o credenciamento destes Fornecedores e/ou prestadores de serviços e outros como usuários externos, conforme orientação do "Manual do Credenciamento", disponível na página da Prefeitura no banner credenciamento ou no link: <http://site.ariquemes.ro.gov.br/paginas/credenciamento>

**18.20.** O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), no Portal de Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e alternativamente no site [www.ariquemes.ro.gov.br/licitacao](http://www.ariquemes.ro.gov.br/licitacao).

**18.21.** Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

**18.22.** Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3516-2020, ou na sede Prefeitura de Ariquemes/RO.

**18.23.** Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

## **19. ANEXOS**

**19.1.** Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

**ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA; (id 3959325)**

*Apêndice I do T.R. - Estudo Técnico Preliminar (id 3900569);*  
*Apêndice II do T.R. - Matriz de Gerenciamento de Riscos (id 3900578);*  
*Apêndice III do T.R. - Modelo Termo de Vistoria (id 3986365);*  
*Apêndice IV do T.R. - Modelo de Declaração de Dispensa de Vistoria (id 3986406)*  
*Apêndice V do T.R. - Quadro de distribuição por secretaria (id 3900727);*  
*Apêndice VI do T.R. - Minuta de Contrato (id 3900730);*  
*Apêndice VII do T.R. - Minuta da Ata de Registro de Preço (id 3903029);*  
*Apêndice VIII do T.R. - Minuta da Ata de Cadastro Reserva (id 3903320);*

**ANEXO II: MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS);**

**ANEXO III: DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE;**

**ANEXO IV: DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL;**

**ANEXO V: DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA C.F. DE 1988;**

Ariquemes-RO, 19 de Maio de 2026.

*Elaborado por:*

**Franciélen Braga Vainiaroski**  
Integrante da Diretoria de Compras - SML  
Decreto nº 17294/2026

*Pregoeiro Designado:*

xxxx  
Pregoeiro  
Decreto nº xxxx



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES  
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES  
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2026/SML/PMA

**ANEXO I DO EDITAL**

**ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA; (id 3959325)**

*Apêndice I do T.R. - Estudo Técnico Preliminar (id 3900569);*  
*Apêndice II do T.R. - Matriz de Gerenciamento de Riscos (id 3900578);*  
*Apêndice III do T.R. - Modelo Termo de Vistoria (id 3986365);*  
*Apêndice IV do T.R. - Modelo de Declaração de Dispensa de Vistoria (id 3986406)*  
*Apêndice V do T.R. - Quadro de distribuição por secretaria (id 3900727);*  
*Apêndice VI do T.R. - Minuta de Contrato (id 3900730);*  
*Apêndice VII do T.R. - Minuta da Ata de Registro de Preço (id 3903029);*  
*Apêndice VIII do T.R. - Minuta da Ata de Cadastro Reserva (id 3903320);*

**Arquivos DISPONÍVEIS zipados em anexo ao Edital**



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES  
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES  
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90065/2026/SML/PMA

ANEXO II - DO EDITAL

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90065/2026/SML  
PROCESSO Nº 29420/2025/SEMOSP

LICITANTE \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ TEL. FAX: \_\_\_\_\_ E-MAIL: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

C. CORRENTE: \_\_\_\_\_ AG.: \_\_\_\_\_ BANCO: \_\_\_\_\_

Item	QUANT.	UND	DESCRIÇÃO	Marca/Modelo o Fabricante	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
VALOR TOTAL EM REAIS - R\$						

Prazo de validade da Proposta: \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias (mínimo 60 dias)

Garantia:

Outras informações:

- Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.
- Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.
- Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal

TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES  
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES  
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90065/2026/SML/PMA**

ANEXO III - DO EDITAL

**DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

À  
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO–SML/PMA

- a) A empresa ....., devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º ....., localizada na rua....., n.º ....., na cidade de ....., do estado de ....., DECLARA que os documentos apresentados para o certame denominado **Pregão Eletrônico nº 90065/2025/PREGÃO/SML/PMA**, são autênticos.

....., em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
EMPRESA LICITANTE/CNPJ



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES  
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES  
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90065/2026/SML/PMA**

**ANEXO IV - DO EDITAL**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

PROPONENTE: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_  
FONE/FAX: \_\_\_\_\_

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº **90065/2026/PREGÃO/SML/PMA**, instaurado pelo **Processo de n.º 29420/2025/SEMOSP**, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão –MPOG.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome:  
RG/CPF:  
Cargo



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES  
SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES  
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90065/2026/SML/PMA**

**ANEXO V - DO EDITAL**

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO  
FEDERAL**

Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ( ).

*Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.*

....., \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

.....  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES

Termo de Referência 120/2026

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

Editado por

MARIA EDUARDA BISSOLI NOVAIS

Atualizado em

29/04/2026 13:41 (v 0.13)

120/2026

450522-PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES

Status

CONCLUIDO

Outras informações

Categoria

III – locação/Locação de imóveis

Número da Contratação

Processo Administrativo

29420/2025

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual **Contratação de Empresa de Locação de veículos para transporte de pessoal**, que atenderá à necessidade das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Ariquemes - RO, por um período de 12 (doze) meses, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO MICRO-ÔNIBUS, POR KM RODADO Locação de veículo tipo micro-ônibus, por km rodado , motor Turbo a Diesel 4 cilindros, com 1 porta (embarque e desembarque), display digital, tacógrafo eletrônico, capacidade mínima de 28 (vinte e oito) passageiros, com motorista, ar condicionado, cinto de segurança em todos os assentos, comnomáximo10 (dez) anos de uso, itens de segurança conforme exigências do DENATRAN; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para uso no perímetro urbano e zona rural; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN /RO, em bom estado de conservação e manutenção.	25089	KM	6500	15,45	100.425,00
2	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, POR DIÁRIA Locação de veículo tipo ônibus, por diária, motor Turbo a Diesel 4 cilindros, com 1 porta (embarque e desembarque), plataforma de acessibilidade, display digital, tacógrafo eletrônico, máximo 10 (dez) anos de	25089	Diária	46	2.783,33	128.033,18



	fabricação, capacidade mínima de 40 (quarenta) passageiros, com ar condicionado, bagageiros externos lateral e interno de teto, cinto de segurança em todos os assentos, cortinas nas janelas, poltronas reclináveis, com banheiro; itens de segurança conforme exigências do DENATRAN; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para viagens nas modalidades urbana e intermunicipais; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção. Diária de até 500km.					
3	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, POR KM RODADO Locação de veículo tipo ônibus, por km rodado, motor Turbo a Diesel 4 cilindros, com 1 porta (embarque e desembarque), plataforma de acessibilidade, display digital, tacógrafo eletrônico, máximo 10 (dez) anos de fabricação, capacidade mínima de 40 (quarenta) passageiros, com ar condicionado, bagageiros externos lateral e interno de teto, cinto de segurança em todos os assentos, cortinas nas janelas, poltronas reclináveis, com banheiro; itens de segurança conforme exigências do DENATRAN; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para viagens as modalidades urbana e intermunicipais; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção.	25089	KM	12400	16,62	206.088,00
4	Locação de veículo tipo Van, por km rodado, motor 4 cilindros, com capacidade mínima de 16 (dezesesseis) passageiros, com no máximo 5 (cinco) anos de uso; com motorista, ar condicionado; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para uso no perímetro urbano e zona rural; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção.	25089	KM	16617	16,10	267.533,70
TOTAL R\$						702.079,88

**1.2.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 19.361, de 21 de setembro de 2022.

**1.3.** Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**1.4.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da Publicação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**1.5.** As especificações do(s) serviço(s), está em conformidade com catálogo eletrônico de padronização.

#### Dos órgãos participantes

#### 1.1.6. São órgãos participantes deste Registro de Preços:

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA - SEMTEC

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - F.M.D.P.I

## 2. Fundamentação da contratação

**2.1.** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**2.2.** O objeto da contratação **está previsto** no Plano de Contratações Anual 2025, conforme justificativas das Secretarias:

**SEMOSP** - Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 158/2026, Nº DFD: 493/2025

**SEMTEC:** Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 158/2026, Nº DFD: 649/2025.

**2.3** O objeto da contratação **não está previsto** no Plano de Contratações Anual 2025, conforme justificativas das Secretarias:

**F.M.D.P.I:** Justificamos a ausência do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (FMDPI) no Plano de Contratações Anual PCA de 2025, uma vez que o processo de cadastramento do referido fundo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) foi concluído apenas em 14 de novembro de 2024. Somente após essa data o FMDPI passou a estar apto a realizar movimentações orçamentárias e financeiras, bem como a elaborar projeções relativas às contratações anuais. Considerando que o prazo para envio do PCA de 2025 encerrou-se antes da finalização do referido cadastramento, não foi possível incluir o fundo neste planejamento, conforme já mencionado no Memorando 16 de 02/09/2025 (ID 3438625).

#### Da metodologia de cálculo para estimativa das quantidades

**2.4** A metodologia de cálculo para estimativa das quantidades encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. Descrição da solução

**3.1** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no item 6 do Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. Requisitos da contratação

**4.1** A empresa de locação deve possuir todas as licenças e registros exigidos pelas autoridades competentes para operar legalmente no transporte de passageiros. Isso inclui licenças de transporte público, alvarás e outras autorizações pertinentes.

**4.2** Os veículos disponibilizados deverão estar em conformidade com todas as normas de segurança estabelecidas pelos órgãos competentes de trânsito e transporte, devidamente licenciados e em condições adequadas de uso. Deverão, ainda, ser submetidos a inspeções e manutenções periódicas, bem como possuir dispositivos obrigatórios de segurança, incluindo cintos de segurança em todos os assentos, sistema de freios em perfeito funcionamento e demais equipamentos exigidos pela legislação vigente.

**4.3** Os veículos deverão possuir capacidade compatível com a quantidade de funcionários ou jovens a serem transportados, garantindo conforto, segurança e condições adequadas de acomodação para todos os passageiros. Deverá ser considerado, ainda, espaço suficiente para o transporte de bagagens, materiais ou equipamentos esportivos, quando necessário.

**4.4** A empresa contratada deverá disponibilizar motoristas devidamente qualificados, habilitados e com documentação regular para a condução dos veículos, conforme a categoria exigida pela legislação vigente. Os condutores deverão possuir experiência comprovada na condução segura de passageiros, além de conhecimento e cumprimento das normas de trânsito aplicáveis.

4.5 A empresa contratada deverá possuir seguro de responsabilidade civil vigente, com cobertura para eventuais danos materiais, pessoais ou acidentes ocorridos durante a execução dos serviços de transporte. A exigência visa resguardar a Administração Pública, bem como garantir a segurança dos passageiros transportados.

4.6 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.6.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;

4.6.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.6.3. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substance), tais como: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (Vi)), cádmio (Cd) bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) .

## 5. Modelo de execução do objeto

5.1 A locação de veículos compreende a disponibilização de veículos adequados e em perfeitas condições de uso e conservação, impondo a realização de manutenções periódicas – corretivas e preventivas - fornecimento de combustível, seguro patrimonial, monitoramento em tempo real dos transportes, além de outros encargos previstos na legislação, bem como da disponibilização de motoristas devidamente uniformizados, habilitados, qualificados e treinados para a eficiente execução das atividades, conforme descritos no presente termo de referência.

5.2 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

### 5.3 TRANSPORTE ROTINEIRO (segunda a sexta-feira)

5.3.1 Considera-se serviço de transporte rotineiro: execução periódica de serviço de transporte para o Bloqueamento das Alamedas e de transporte das equipes de manutenção da infraestrutura urbana da SEMOSP, contemplando os itinerários abaixo:

ITINERÁRIO VAN 16 LUGARES- SEMOSP			
PERÍODO	PARTIDA		KM (ESTIMADO)
MANHÃ	SEMOSP	Localidade dos Serviços*	53 km
	Localidade dos Serviços*	SEMOSP	
TARDE	SEMOSP	Localidade dos Serviços *	53 km
	Localidade dos Serviços*	SEMOSP	
QUILOMETRAGEM TOTAL DIÁRIA			106 km
*Os trajetos poderão abranger áreas urbanas e rurais, incluindo vias pavimentadas e não pavimentadas, podendo variar conforme a localização das frentes de serviço e a necessidade operacional da Secretaria.			

<b>ITINERÁRIO ÔNIBUS</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL</b>			
<b>PERÍODO</b>	<b>PARTIDA</b>		<b>KM (ESTIMADO)</b>
<b>MANHÃ</b>	<b>SEMD</b>	<b>ROTA/Local do encontro (varia)</b>	<b>70</b>
	<b>Local do encontro/ROTA</b>	<b>SEMD</b>	
<b>QUILOMETRAGEM TOTAL DIÁRIA DA LINHA</b>			<b>70</b>

<b>ESTIMATIVA DE VIAGENS</b>				
<b>Município</b>	<b>Distância de Ariquemes (Ida e Volta)</b>	<b>Quantidade de veículo por viagem</b>		
		Micro-ônibus	Ônibus	Van
<b>Distrito Bom Futuro</b>	<b>200 Km</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>Distrito Bom Futuro</b>	<b>200 Km</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

Obs.: Fora estimado duas viagens para o ano. Uma a ser realizada no primeiro semestre e a outra no segundo semestre, totalizando os 400 km estimados.

**5.3.2.** O serviço de transporte rotineiro será realizado nos períodos de horário comercial, de segunda a sexta-feira, de acordo com o calendário da Prefeitura Municipal de Ariquemes, podendo também ser demandado aos finais de semana e feriados, conforme necessidade da demandante.

**5.3.3.** Os itinerários dispostos nas tabelas acima poderão ser ampliados, reduzidos e/ou suprimidos, bem como, poderão ser criados novos itinerários, a critério da unidade demandante.

**5.3.4.** Excepcionalmente, e devidamente comunicada pelo Fiscal do Contrato, em até 24 (vinte e quatro) horas, será solicitada a suspensão temporária do serviço de transporte rotineiro em função de paralizações ou impossibilidade de realizar os serviços.

**5.3.5.** O pagamento do serviço de transporte rotineiro será realizado mensalmente, conforme item 7 deste Termo de Referência.

**5.3.6.** O quilômetro rodado é a unidade de medida adotada para mensurar o pagamento dos serviços de transporte rotineiro.

**5.3.7.** A contabilização do quilômetro rodado inicia-se no local de embarque e conclui-se no local de desembarque, em consonância com os instrumentos legais pertinentes, sendo expressamente proibida a inserção do chamado "percurso morto" (trecho de deslocamento entre a garagem da CONTRATADA e o local de embarque da CONTRATANTE sem o transporte de passageiros), sob pena de responsabilidade nos termos deste Instrumento.

**5.3.8.** A quilometragem percorrida pelos veículos, a cada deslocamento, será determinada pela leitura do aparelho indicador (hodômetro) juntamente com o relatório de rastreamento veicular atualizado e disponibilizado pela contratada. Em caso de dúvidas quanto a calibração do hodômetro, o disco de tacógrafo do painel dos instrumentos será utilizado para mensurar o quilômetro rodado.

**5.3.9.** No caso de impossibilidade de obter os dados dos instrumentos do subitem 5.3.8, por dano fortuito, além de ser exigida a sua imediata reparação ou substituição, a quilometragem deverá ser apurada pela CONTRATADA de acordo com o trajeto percorrido, sob aprovação da CONTRATANTE, sem prejuízo de glosas.

**5.3.10.** Será objeto de cobrança apenas a quilometragem constante dos demonstrativos das requisições de transporte a serviço da CONTRATANTE, a ser conferida e aprovada pelo fiscal do contrato, de acordo com o trajeto e data da realização do serviço, verificados no transporte.

**5.3.11.** A CONTRATADA fica obrigada a deduzir a quilometragem que foi utilizada para abastecimento, manutenção, ou qualquer deslocamento do veículo fora do percurso definido pela contratante.

**5.3.12.** A Requisição de Transporte gerada pela CONTRATADA deverá ser entregue ao motorista, sendo conferida e atestada setorialmente pelos servidores da comissão de recebimento, e posteriormente ratificada e homologada pelo Gestor do Contrato.

**5.3.13.** Serviço em deslocamento, veículo parado a disposição da contratante, franquia mínima de 50km. Esse serviço compreende quando na realização de trechos dentro do limite do município (zona urbana e rural) em que haja necessidade de permanência do veículo no local, esse dia será remunerado como dia parado a disposição do órgão.

**5.3.14.** Haverá a calibração de percurso para cada tipo de viagem, a qual estará sujeita a conferência diária pelos fiscais de contrato e pelos servidores da comissão de recebimento, de modo a se verificar se o percurso médio realizado pela CONTRATADA está dentro da frequência e fidelidade ao trajeto. Em caso de alteração de trajeto por motivos alheios à vontade do condutor, deve a CONTRATADA enviar a justificativa à CONTRATANTE com o motivo do desvio de trajeto.

**5.3.15.** A CONTRATADA deverá imediatamente informar ao Fiscal do Contrato e servidores da comissão de recebimento, qualquer tipo de alterações no percurso realizado no itinerário, tais como: atrasos por engarrafamento, acidentes veiculares, manifestações, desvios realizados por autoridades de trânsito ou similares, dentre outras, sob pena de responsabilidade.

**5.4 SERVIÇO DE TRANSPORTE POR DEMANDA**

**5.4.1.** Considera-se serviço de transporte por demanda: a execução de serviço de transporte para garantir a presença do município de Ariquemes na delegação no JIR (Jogos Intermunicipais de Rondônia), conforme quadro abaixo:

ESTIMATIVA DE VIAGENS				
Município	Distância de Ariquemes (Ida e Volta)	Quantidade de veículo por viagem		
		Micro-ônibus	Ônibus	Van
Porto Velho	405 KM	2	5	1
Cacoal	570 KM	1	2	1
Ji - Parana	355 KM	1	4	2
Vilhena	1025 KM	2	2	1
Pimenta Bueno	655 KM	1	2	1
Jaru	194 KM	1	4	2
Machadinho do Oeste	297 KM	1	1	1

Monte Negro	100 KM	1	2	1
São Miguel do Guaporé	605 KM	0	1	1
Presidente Medici	426 KM	2	1	1
Garimpo Bom Futuro	200 KM	0	1	1
Humaita - AM	814 KM	0	1	0
São Felipe do Oeste	675 KM	0	1	0

**5.4.2.** O Centro de Custo que necessite da demanda a solicitará mediante requisição de transporte.

**5.4.3.** A CONTRATANTE enviará à CONTRATADA ofício da requisição de transporte onde constará: o tipo do veículo, o percurso a ser realizado, a estimativa da quilometragem, o local de embarque, o responsável pela viagem, os horários e datas de embarque e retorno, dentre outros.

**5.4.4.** A CONTRATADA deverá confirmar a realização da demanda no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento do Ofício, sob pena de responsabilidade, sem prejuízo de glosas das Notas Fiscais.

**5.4.5.** No tipo de transporte por demanda as unidades de medida serão quilômetro rodado (item 01, 03 e 04) e diária (item 02).

**5.4.6.** A CONTRATADA não poderá recusar o serviço solicitado, exceto quando:

**5.4.6.1.** O trajeto da viagem for incompatível com o tipo de veículo solicitado;

**5.4.6.2.** A solicitação for enviada em período inferior a 24 (vinte e quatro) horas antes da demanda.

**5.4.7.** O serviço de transporte por demanda será realizado, a critério da Administração, pelos veículos tipo: Micro-ônibus (Item 01), Ônibus por diária (Item 02), Ônibus por KM rodado (Item 03) e Van (Item 04).

**5.4.8.** A CONTRATADA deverá providenciar a autorização das viagens, bem como, no caso de viagens fora de Ariquemes, enviar a lista de passageiros à ANTT e demais Órgãos competentes.

**5.4.9.** Após a solicitação do serviço a CONTRATADA designará o motorista que executará o serviço, devendo este comparecer ao local designado pela CONTRATANTE para vistoria prévia do veículo com antecedência de 02 (duas) a 24 (vinte e quatro) horas, a critério da administração, dependendo da extensão e complexidade do trajeto de modo que seja possível substituir ou reparar o veículo.

**5.4.10.** O condutor do veículo deverá se ater em escolher o percurso mais racional e econômico para atendimento da requisição de transporte, visando sempre a celeridade, economicidade e segurança dos usuários.

**5.4.11.** O motorista do veículo não poderá iniciar a viagem sem a presença do servidor responsável pela viagem e designado para acompanhar e fiscalizar o percurso pelo departamento solicitante.

**5.4.12.** A requisição de transporte e/ou no formulário entregue pelo motorista no desembarque do veículo ao final da viagem, deve ser devidamente preenchida e assinada pelo servidor/responsável.

**5.4.13.** Os dados do servidor responsável pela viagem, como número do CPF e matrícula, são de preenchimento obrigatório, sob pena de responsabilidade.

**5.4.14.** O pagamento do serviço será realizado de acordo com o quantitativo demandado e executado, observando, no que couber, o que dispõe o subitem 5.3 deste instrumento. A contabilização do quilômetro rodado inicia-se no local de embarque e conclui-se no local de desembarque do itinerário ou pontos determinados pela Contratante. É expressamente proibida a inserção do chamado "percurso morto" (trecho de deslocamento entre a garagem da CONTRATADA e o local de embarque da CONTRATANTE sem o transporte de passageiros), sob pena de responsabilidade nos termos deste Instrumento.

**5.4.15.** A CONTRATADA deverá estar ciente de que poderá haver parte do percurso realizado em trechos de terra, e que tal configuração de percurso não garante o direito de recusa do serviço, conforme subitem 5.4.6. deste instrumento.

**5.4.16.** A CONTRATADA ficará obrigada a aguardar o usuário pelo prazo de até 30 (trinta) minutos. Se o período de espera for superior ao indicado, a decisão de ampliar o prazo deve ser tomada em comum acordo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, por meio do preposto ou outro designado, e comunicada aos fiscais do contrato, por escrito.

**5.4.17.** Caso o demandante não compareça ao local indicado para o início da viagem, ressalvado o que determina o item 5.4.16, a CONTRATADA deverá imediatamente, sob pena de responsabilidade, informar o fato ao Fiscal do Contrato, por escrito, via ofício ou meio eletrônico, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, para que este possa tomar as medidas administrativas pertinentes.

**5.4.18.** No caso específico do item 5.4.17, a CONTRATADA fará jus ao recebimento do valor correspondente ao trecho de deslocamento da garagem até o local de embarque, sem prejuízo de que a Administração apure quem deu causa ao fato.

**5.4.19.** No caso específico do item 5.4.16, a CONTRATADA fará jus ao recebimento do valor correspondente ao trecho de deslocamento da garagem até o local de embarque, sem prejuízo de que a Administração apure quem deu causa ao fato.

**5.4.20.** Nos casos omissos será utilizado, no que couber, o disposto no subitem 5.3, serviço de transporte rotineiro.

**5.4.21.** Serviço em deslocamento, veículo parado a disposição da contratante, franquia mínima de 100km. Esse serviço compreende quando na realização de viagens para os municípios do Estado de longa distância, haja necessidade de permanência do veículo por mais de um dia, esse dia será remunerado como dia parado a disposição do órgão.

**5.5.** A CONTRATADA deverá encaminhar relatório de viagem da seguinte maneira:

**5.5.1.** Serviço de transporte rotineiro: Relatórios semanais de cada veículo, através de sistema que monitore os dispositivos de rastreamento em tempo real ou relatório detalhado, quando autorizado.

**5.5.2.** Serviço de transporte sob demanda: Relatórios a cada demanda de cada veículo utilizado, através de sistema que monitore os dispositivos de rastreamento em tempo real ou relatório detalhado, quando autorizado.

**5.5.3.** Considera-se Relatório detalhado para fins deste disposto: Relatórios detalhados de cada viagem realizada, incluindo o mapa da viagem, horários, pontos de parada/descanso, com a rota do percurso em plataforma semelhante a apresentada no sítio Google Maps, ou similar.

**5.6.** A CONTRATADA deverá disponibilizar, quando solicitado, os veículos conforme especificações deste Instrumento.

**5.7.** É expressamente proibido o embarque de usuários sob o efeito de substâncias entorpecentes, bem como adentrar no veículo com bebidas alcoólicas, substâncias psicoativas, armas de fogo ou brancas, ou similares.

**5.8.** Conforme Resolução nº 1.432/2006 - ANTT é permitido levar:

**5.8.1.** No bagageiro, 30 (trinta) quilos de peso total e volume máximo de 300 (trezentos) decímetros cúbicos, limitada a maior dimensão de qualquer volume a um metro;

**5.8.2.** No porta-embrulhos, 05 (cinco) quilos de peso total, com dimensões que se adaptem ao portaembrulhos, desde que não sejam comprometidos o conforto, a segurança e a higiene dos passageiros.

## **5.9 DOS CONDUTORES**

**5.9.1.** Os motoristas não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

**5.9.2.** As despesas geradas com hora extra, diárias, adicional noturno e alimentação dos motoristas, deverão obedecer aos termos estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho e as legislações vigentes, sendo responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, devendo ser suficiente para o bom desempenho dos serviços.

**5.9.3.** Os motoristas dos veículos deverão estar devidamente uniformizados e identificados, de acordo com o especificado neste instrumento. Não serão admitidos motoristas sem uniforme e/ ou identificação, ou ainda com uniformes rotos, que não identifiquem a empresa ou com aspecto que desabone a imagem da empresa (camisas e calças com números menores e similares).

**5.9.4.** Os motoristas deverão portar equipamento de comunicação móvel (celular do tipo smartphone), com o objetivo de realizar e receber ligações, bem como verificar sua localização em tempo real, sempre que necessário à perfeita execução das suas atividades (ressalta-se que a utilização desses aparelhos para ligações deve ser somente quando o veículo estiver parado, sendo motivo de penalidade para a CONTRATADA o uso com o veículo em movimento).

**5.9.5.** As habilitações dos motoristas contratados devem ser compatíveis com os veículos a serem conduzidos, seguindo a legislação de trânsito, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e suas alterações.

**5.9.5.1.** Será exigido, ainda, o tempo mínimo de 06 (seis) meses de experiência devidamente comprovada na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS.

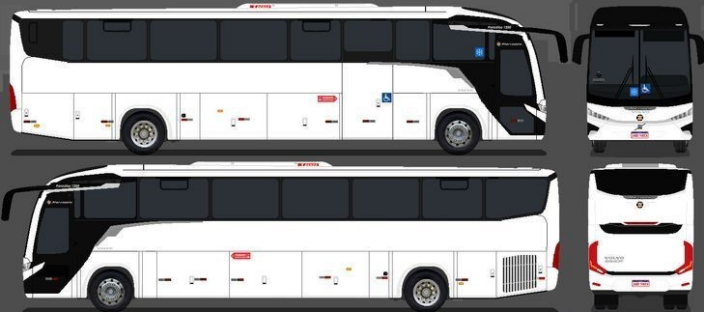
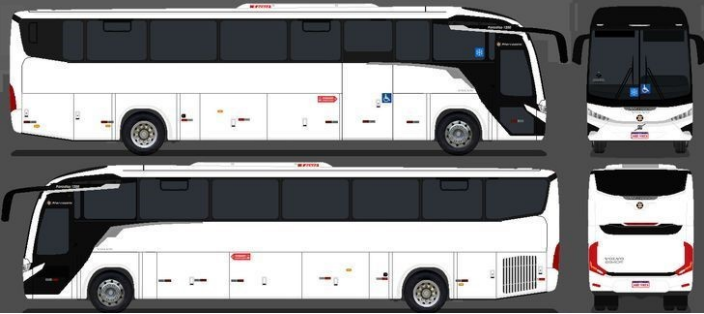


- 5.9.6.** A CONTRATADA garantirá que os motoristas respeitarão os limites da jornada de trabalho e a quantidade de horas ininterruptas na condução de veículo prevista em lei.
- 5.9.7.** Os motoristas deverão realizar cursos de reciclagem, regularmente, conforme a Resolução CONTRAN 168, de 22 de dezembro de 2004, devendo a CONTRATADA comprovar que os cursos dos funcionários estão vigentes no momento da assinatura do Contrato, além de apresentar os demais comprovantes durante toda vigência contratual.
- 5.9.8.** Os motoristas deverão portar-se com urbanidade e educação, tratando a todos com respeito, atenção e presteza.
- 5.9.9.** A CONTRATANTE poderá requisitar ao preposto a substituição de motorista que não se enquadre em quaisquer das exigências do item 5.9, sem prejuízo das demais sanções cabíveis à CONTRATADA.
- 5.9.10.** A CONTRATADA deve informar imediatamente à CONTRATANTE qualquer infração de trânsito que ocorra em razão da contratação, informando o nome do condutor que cometeu a infração e as medidas administrativas tomadas pela empresa.
- 5.9.11.** É obrigação da CONTRATADA verificar a pontuação da Carteira Nacional de Habilitação - CNH do condutor alocado para realização do serviço contratado, bem como as infrações por este cometido, podendo ser responsabilizada no caso de designar motorista com carteira de habilitação vencida ou suspensa, nos termos deste Instrumento.
- 5.9.12.** O motorista que realizar os percursos rotineiros verificará, no momento do embarque, se o passageiro possui uniforme da prefeitura, ou crachá funcional, ou equivalente, a fim de comprovação de vínculo com a prefeitura, não sendo permitida a entrada dos usuários que não apresentarem tais documentos.
- 5.9.12.1.** É expressamente proibido permitir a utilização de transporte rotineiro por usuários que não se enquadrarem no subitem anterior, sob pena de responsabilidade da CONTRATADA.

**5.10. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS VEÍCULOS (INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA)**

**5.10.1.** Os serviços de transportes serão executados com veículos das categorias especificadas a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MÍNIMA DE VEÍCULOS
1	<div></div> <p>Locação de veículo tipo micro-ônibus, por km rodado, motor Turbo a Diesel 4 cilindros, com 1 porta (embarque e desembarque), display digital, tacógrafo eletrônico, capacidade mínima de 28 (vinte e oito) passageiros, com motorista, ar condicionado, cinto de segurança em todos os assentos, com no máximo 10 (dez) Locação de veículo tipo micro-ônibus, por km rodado, motor Turbo a Diesel 4 cilindros, com 1 porta (embarque e desembarque), display digital, tacógrafo eletrônico, capacidade mínima de 28 (vinte e oito) passageiros, com motorista, ar condicionado, cinto de segurança em todos os assentos, com no máximo 10 (dez)anos de uso, itens de segurança conforme exigências do DENATRAN; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para uso no perímetro urbano e zona rural; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção.</p> <p>Obs: O veículo poderá ser demandado em estrada de terra.</p>	04 (quatro)

2	 <p>Locação de veículo tipo ônibus, por diária, motor Turbo a Diesel 4 cilindros, com 1 porta (embarque e desembarque), plataforma de acessibilidade, display digital, tacógrafo eletrônico, máximo 10 (dez) anos de fabricação, capacidade mínima de 40 (quarenta) passageiros, com ar condicionado, bagageiros externos lateral e interno de teto, cinto de segurança em todos os assentos, cortinas nas janelas, poltronas reclináveis, com banheiro; itens de segurança conforme exigências do DENATRAN; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para viagens nas modalidades urbana e intermunicipais; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção. Diária de até 500km.</p>	03 (três)
3	 <p>Locação de veículo tipo ônibus, por km rodado, motor Turbo a Diesel 4 cilindros, com 1 porta (embarque e desembarque), plataforma de acessibilidade, display digital, tacógrafo eletrônico, máximo 10 (dez) anos de fabricação, capacidade mínima de 40 (quarenta) passageiros, com ar condicionado, bagageiros externos lateral e interno de teto, cinto de segurança em todos os assentos, cortinas nas janelas, poltronas reclináveis, com banheiro; itens de segurança conforme exigências do DENATRAN; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para viagens nas modalidades urbana e intermunicipais; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção.</p>	(QUANT. ACIMA)
4		05 (cinco)



Locação de veículo tipo Van, por km rodado, motor 4 cilindros, com capacidade mínima de 16 (dezesseis) passageiros, com no máximo 5 (cinco) anos de uso; com motorista, ar condicionado; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para uso no perímetro urbano e zona rural; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção.

Obs: O veículo poderá ser demandado em estrada de terra.

Quantitativo mínimo total

12

**5.10.2.** A quantidade mínima de veículos deverá ser verificada no momento da habilitação e da contratação, e sempre que solicitado pela equipe de fiscalização.

**5.10.3.** As discriminações dos tipos de veículos descritos acima foram analisadas e previamente aprovadas como referência para elaboração deste instrumento. Outros tipos poderão ser aceitos, desde que possuam características similares, equivalentes ou superiores, inclusive com tração 4x4 e quatro eixos, sem que haja acréscimo do valor contratado.

**5.10.4.** A CONTRATADA deverá deixar à disposição da CONTRATANTE a quantidade mínima de veículos estabelecida no quadro acima, para o bom atendimento dos serviços de transportes.

**5.10.5.** Os veículos deverão atender a todas as documentações regulamentadas nas Resoluções, Normas Técnicas e Legislações vigentes relacionadas com o Código de Trânsito Brasileiro e a ANTT, bem como demais órgãos competentes.

**5.10.6.** Os veículos deverão ser movidos, preferencialmente, a combustível de origem renovável ou biocombustível, conforme estabelecido na Lei nº 9.660/98 e deverão encontrar-se em perfeito estado de conservação e manutenção, abastecidos, limpos internamente e externamente.

**5.10.7.** Os veículos deverão ser preferencialmente na cor branca padronizada de fábrica, com a logomarca da Prefeitura Municipal de Ariquemes, de fácil remoção, que será exigido pela CONTRATANTE, em ambas as portas direita e esquerda de cada veículo.

**5.10.8.** Os veículos ficarão estacionados, no período da prestação dos serviços, em local a ser determinado pela CONTRATANTE, podendo ser recolhidos, sob a responsabilidade da CONTRATADA, quando do término do horário fixado para a prestação dos serviços. Poderão, ainda, permanecer nas dependências da CONTRATANTE, mediante autorização expressa do Fiscal do Contrato e declaração da CONTRATADA de que assume total responsabilidade sobre eventuais danos causados aos veículos no período de permanência nas instalações da CONTRATANTE.

**5.10.9.** Nos casos de acidente de trânsito, deverá a CONTRATADA adotar providências necessárias ao socorro de vítimas, ao isolamento do local (triângulo, pisca alerta etc.), à comunicação aos órgãos competentes, tais como: corpo de bombeiro, policiais militares e civis, agentes de trânsito, bem como informar imediatamente à CONTRATANTE.

**5.10.10.** A CONTRATADA deverá disponibilizar veículos com apólice de seguro total (incêndio e colisão), contra terceiros (cobertura física e material), bem como substituição e/ou reboque/guincho em caso avaria mecânica e/ou atolamento, além de sistema de rastreamento e monitoramento em tempo real.

**5.10.11.** Em caso de avaria mecânica, acidente de trânsito ou por quaisquer outras razões que inutilizem o veículo temporariamente ou permanentemente, a CONTRATADA deverá, prontamente, providenciar a substituição do mesmo, informando imediatamente ao Fiscal do Contrato sobre o ocorrido, sob pena de responsabilidade nos termos deste Instrumento.

**5.10.11.1.** No caso de ocorrer o descrito no subitem supra, a substituição do veículo deverá ser realizada da seguinte maneira: I - Se o sinistro ocorrer nos limites do município de Ariquemes/RO o veículo deverá ser substituído imediatamente; II - Se o sinistro ocorrer em um raio de até 300 km fora dos limites de Ariquemes - RO, deverá ser substituído em até 03 (três) horas; III - Se o sinistro ocorrer em um raio acima de 300 km dos limites de Ariquemes - RO, deverá ser substituído em até 04 (quatro) horas.

**5.10.11.2.** Em caso de impossibilidade de atendimento nestas condições, a CONTRATADA deverá informar imediatamente ao Fiscal do Contrato, e deverá, às suas próprias custas, encaminhar os usuários a local apropriado para aguardar a substituição do veículo, sob pena de responsabilidade.

**5.10.11.3.** No caso do subitem anterior, a empresa deverá ainda informar, através de relatório circunstanciado, os motivos que ensejaram o sinistro, além de informar a causa que ensejou a impossibilidade da substituição do veículo no prazo estipulado neste Instrumento.

**5.10.11.4.** Nos casos de sinistro fora de Ariquemes, a empresa poderá realizar sublocação (fora dos limites estabelecidos nesse Termo de Referência) exclusivamente para realizar a substituição do veículo dentro do prazo previsto nos subitens anteriores e sem prejuízo do envio da documentação da subcontratada posteriormente, na forma estabelecida no item 4.4 do Termo de Referência.

## **5.11. LOCAL/HORÁRIO**

**5.11.1** Os locais e horários da execução dos serviços serão de acordo com os subitens 5.3 e 5.4, podendo sofrer variações conforme a necessidade da Secretaria demandante, devidamente comunicadas à CONTRATADA com antecedência mínima razoável.

## **5.12. PRAZO PARA INICIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**5.12.1** Os serviços solicitados deverão ser iniciados em até 20 (vinte) dias corridos após a assinatura do contrato. A execução será realizada de forma parcelada, conforme solicitado pela Secretaria, mediante envio da Ordem de Serviço, empenho e cronograma correspondente.

**5.12.3** A execução dos serviços deverá ser efetuado mediante nota de empenho e/ou ordem de Serviço, referenciado na requisição e nota fiscal.

### **5.13.1 GARANTIA DOS SERVIÇOS**

**5.13.1** A CONTRATADA deverá assegurar a plena qualidade dos serviços prestados, responsabilizando-se integralmente por quaisquer vícios, falhas ou irregularidades, ainda que constatados após a execução, obrigando-se a corrigi-los, refazê-los ou substituí-los, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Administração.

**5.13.2** A CONTRATADA responderá pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão contratante.

**5.13.3** Em se tratando de serviços de locação de veículos, a CONTRATADA deverá garantir que os veículos disponibilizados estejam em perfeitas condições de uso, segurança, conservação e funcionamento, atendendo integralmente às normas de trânsito e demais exigências legais aplicáveis.

**5.13.4** Verificada qualquer inadequação na execução dos serviços ou nas condições dos veículos, a CONTRATADA deverá promover a regularização imediata, inclusive com a substituição do veículo ou a correção da falha, sem ônus adicional para a Administração.

**5.13.5** O descumprimento das obrigações previstas neste item poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas na legislação, especialmente na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e contratual.

## **6. Modelo de gestão do contrato**

**6.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

**6.6** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Municipal nº 19.159, de 2022, art. 10).

**6.6.1** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

**6.7** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 19.159, de 2022, art. 8).

**6.7.1** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**6.7.2** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**6.7.3** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº 19.159, de 2022, art. 8, VIII).

**6.7.4** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**6.8** O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

**6.9** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## 7. Critérios de medição e pagamento

**7.1** A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

**7.2** No prazo de até 05 (cinco) dias úteis do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

**7.3** O recebimento provisório será realizado pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

**7.3.1** A CONTRATANTE realizará inspeção dos veículos, conforme a legislação vigente, visando a segurança dos passageiros e a adequada prestação do serviço contratado.

**7.3.1.1** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**7.3.1.2** A CONTRATADA fica obrigada a reparar e/ou corrigir às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**7.3.2** No prazo de até 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do Contrato, em relação à fiscalização técnica e demais documentos que julgar necessários, e encaminhá-lo ao Gestor do Contrato.

**7.3.2.1** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**7.3.2.2** Na hipótese de a verificação a que se refere o item 7.3.2.1, não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

**7.3.2.3** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**7.4** No prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

**7.4.1** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**7.4.2** Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**7.4.3** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal/Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no IMR, quando couber.

**7.5** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

**7.6** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, em caso de fortuito; ou indisponibilidade devidamente comprovada(justificada) devendo ser corrigidos no prazo fixado pelo Fiscal do Contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **Liquidação**

**7.7** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato e do órgão contratante;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar; e
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.8** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**7.9** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.10** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**7.11** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.12** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.13** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.14** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

**7.15** O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, conforme seção anterior, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, nos termos da Decreto Municipal nº 19.379, de 2022, art. 10, parágrafo único, e seguirá a ordem cronológica em conformidade ao decreto nº 17.210 /2021.

**7.16** Se durante a liquidação for identificado erro ou falha documental sanável, salvo má-fé, o credor será notificado para no prazo de três dias corridos para sanear o documento, após esse prazo a obrigação do pagamento terá sua exigibilidade suspensa e será excluída da ordem cronológica.

**7.17** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$= (TX/100) 365$$

EM =  $I \times N \times VP$ , onde: I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.

### **Forma de pagamento**

**7.18** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.19** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.20** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.20.1** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.20.2** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **REAJUSTE**

**7.21** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **25/02 /2026**

**7.22** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.23** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.24** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**7.25** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo (s).

**7.26** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.27** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



7.28 O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço POR ITEM, em regime aberto**.

### Exigências de habilitação

8.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

8.3 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

8.6 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

8.8 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9 Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;

8.10 Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

8.11 Registro Comercial, no caso de empresa individual.

8.12 Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

8.13 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso

8.15 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**8.18** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**8.19** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**8.20** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.21** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

**8.22 Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial** – (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa) dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

**8.23** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

#### **Qualificação Técnica**

**8.24** Apresentação de pelo menos um **Atestado(s) de Capacidade Técnica** (declaração ou certidão)

fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto da licitação.

**8.25** Todas as informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas. Por decisão do Pregoeiro, poderá ser aberto prazo ao licitante para atendimento a diligência, que poderá ser realizada por convocação através do próprio sistema comprasnet.

**8.26** Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) e correspondentes ao(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados.

## **9. Estimativas do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 702.079,88

**9.1** O custo estimado total da contratação é de R\$ 702.079,88 (Setecentos e dois mil setenta e nove reais e oitenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela no item 1 deste termo de referência.

## **10. Adequação orçamentária**

**10.1** A dotação orçamentária para a aquisição dos produtos por intermédio do presente Registro de Preços será efetuada à medida que as compras forem solicitadas à Diretoria do Sistema de Registro de Preços;

**10.2** Servirão de cobertura às contratações oriundas da Ata de Registro de Preços para o exercício de 2025 e o próximo exercício, os recursos orçamentários da unidade orçamentária requisitante. Havendo necessidade, por determinação da Sra. Prefeita Municipal poderão ser utilizados recursos orçamentários de qualquer Secretaria Municipal de Ariquemes;

**10.3** Os recursos orçamentários provenientes de outros Municípios; do Estado; Distrito Federal; União e/ou entidades públicas ou privadas nacionais e estrangeiras; de outro país, ou ainda de organismos internacionais, repassados ao Município de Ariquemes a título de convênio, ajustes, doações e outros instrumentos equivalentes, recepcionados por dotações orçamentárias deste Município, podem servir de cobertura às despesas com contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços.

**10.4** Se a eventual e futura contratação ocorrer ainda neste exercício, às respectivas despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Município de Ariquemes-RO.

**10.5** Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do serviço, correrão por conta dos recursos, pela seguinte classificação orçamentária:

#### **SEMOSP**

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Obras SEMOSP

Programação: 04.122.0038.2650.0000 - Manutenção das Atividades da SEMOSP

04.122.0038.2652.0000 - Manutenção e Conservação de Frotas

15.451.0012.2654.0000 - Manut. Conserv. e Recup. de Estradas Vicinais

Elemento Despesa: 3.3.90.39.00-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica / Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física;

Fonte de Recursos: RP-0.1.500; Recursos de Exercícios Anteriores - 0.2.500; Transferência da União

Referente a Compensação Financeira de Recursos Minerais - 0.1.708.

#### **SEMTEC**

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura SEMTEC;

Programação: 27 122 0019 2800 - Manutenção das Atividades da SEMTEC;

Programação: 13 392 0020 2801 - Promoção da Cultura;

Programação: 27 812 0021 - Fomento ao Esporte Comunitário e Lazer;

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: RP Próprio/Convenio.

#### **F.M.D.P.I**

Órgão: Prefeitura Municipal de Ariquemes

Unidade Orçamentária: Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

Programação: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 241 ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA

08 241 0016 PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

08 241 0016 2424 0000 PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Elementos de Despesas:

3.3.50.41.00 - Contribuições;

3.3.90.14.00 - Diárias - Civil;

3.3.90.30.00 - Material de consumo;

3.3.90.33.00 - Passagens e despesas com locomoção;

3.3.90.39.00 - Outros serviços de terceiros - Pessoa jurídica;

4.4.90.52.00 - Equipamentos e material permanente.

Fonte de Recursos:1.500 - Recursos Próprios / 1.750 - Recursos Próprios (doações).

**10.6.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **11. Do faturamento**

**11.1** Deverão ser apresentadas no setor de Almoxarifado da Prefeitura de Ariquemes, as Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas em 03 (três) vias, em favor das secretarias abaixo:

**11.1.1** Prefeitura Municipal de Ariquemes, CNPJ: 04.104.816/0001-16 Endereço: Avenida Tancredo Neves, n.º 2.166, Setor Institucional CEP 76.872-854 Ariquemes/RO. Fone (69) 3535-5250.

**11.2** No corpo da nota deverá conter:

-o número da cotação, Processo, Empenho;

-número da Conta Bancária da empresa, para depósito do pagamento.

-Caso o recurso for proveniente de emendas federais ou estaduais, citar o número da proposta/convênio/contrato de repasse.

## **12. Condições de participação**

**12.1** Poderão participar deste certame, todas as empresas do ramo pertinente ao objeto do presente Termo de Referência, devidamente qualificado, mediante comprovação das regularidades fiscais, obedecendo à legislação que rege a matéria;

**12.2** Poderão participar empresas que se encontrem em recuperação judicial e/ou extrajudicial.

**12.3 Não poderão disputar esta licitação: (Previstos nos Art. 9º e 14º da Lei 14.133/21)**

**12.3.1** aquele que não atenda às condições deste Termo de referencia e seu(s) anexo(s);

**12.3.2** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**12.3.3** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**12.3.4** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**12.3.5** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**12.3.6** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**12.3.7** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**12.3.8** agente público do órgão ou entidade licitante;

**12.3.9** pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, neste certame, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade

**12.3.10** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

12.3.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

**12.3.11 Empresas estrangeiras que não atenderem às exigências de habilitação**, onde tais serão exigidas mediante documentação equivalente, autenticada pelos respectivos consulados e traduzida por tradutor juramentado.

**12.3.12** Não será admitida a participação de empresas que possuam nos seus quadros, funcionários ou servidores do **MUNICÍPIO DE ARIQUEMES**, inclusive na condição de sócio ou dirigente.

## **13. Instrumento contratual e obrigações**

**13.1** As condições e regras do contrato, assim como as obrigações da contratante e contratada cessão e/ou transferência e as sanções administrativas encontram-se pormenorizada em tópicos específicos da Minuta de Contrato, apêndice deste Termo de Referência.

## **14. Da formação do Registro de Preços**

**14.1** O sistema de registro de preços poderá ser utilizado de forma preferencial em relação ao rito tradicional das contratações de bens e serviços, conforme art. 64 do Decreto municipal 19.359/22, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes hipóteses:

- I- quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- II- quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de uma secretaria, órgão, entidade ou a programas de governo; ou
- IV- quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

**14.2** O Sistema de Registro de Preços é um procedimento especial que visa à realização de contratações sucessivas de serviços ou aquisições sucessivas de bens, selecionados por meio de um certame licitatório, no qual é elaborado um cadastro de produtos e fornecedores possibilitando que a Administração Pública contrate de acordo com as suas necessidades.

**14.3** O Sistema de Registro de Preços apresenta, entre outras vantagens, a diminuição de certames licitatórios e a economia de recursos despendidos para a realização de licitações, transformando-se, por isso, em uma alternativa útil para a gestão de contratações pela Administração Pública.

**14.4** O presente registro de preços de serviço, se enquadra nas hipóteses de 02 a 04, considerando que o serviço de locação de veículos será remunerado por unidade de medida executada, irá atender mais de uma secretaria, e pela natureza do objeto, não temos como precisar o consumo mensal com extrema exatidão, por isso se a contratação não se prover via registro de preços, teríamos que reprisá-la várias vezes ao ano, o que demonstra ineficiência na eleição da forma de contratação em afronta ao princípio da eficiência, além do que, dada a instabilidade orçamentária em face da variação na arrecadação das receitas do Município.

## 15. Da ata de registro de preço

**15.1** As condições e regras da Ata de Registro de Preços encontram-se pormenorizada em tópicos específicos da Minuta da Ata de Registro de Preços, apêndice deste Termo de Referência.

## 16. Do cadastro reserva de fornecedor

**16.1** Ao final da etapa de aceitação da proposta vencedora, e antes da fase de habilitação, os licitantes remanescentes serão convocados

**16.1.1** a encaminhar, no prazo de 60 (sessenta) minutos, manifestação de interesse em compor o cadastro reserva, mediante envio de e-mail para: pregaopma@hotmail.com, nos termos do Decreto nº 19.359/2022.

Caso os licitantes classificados até o 3º lugar não manifestem interesse o pregoeiro poderá estender a convocação aos demais

**16.1.2** respeitando a sequência de classificação, até que se preencham as vagas previstas, até que se esgotem as empresas. Os licitantes poderão compor cadastro reserva, desde que aceitem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do

**16.1.3** licitante vencedor na sequência da classificação do certame, conforme § 4º do art. 72 do Decreto nº 19.359/2022 Os licitantes deverão informar no email, todos os itens que desejarem participar do cadastro reserva: número do item, quantidade

**16.2** unidade, descrição, marca/modelo, valor unitário igual ao do licitante vencedor, valor total igual ao do licitante vencedor. Os licitantes que aceitem participar do cadastro reserva, terá sua documentação de habilitação analisada em conformidade com o edital.

**16.3** Os interessados ao fim dos procedimentos licitatórios serão convocados nos mesmos termos previstos para a ata de registro de preços, do edital de licitação, a realizar a assinatura da ata de cadastro de reserva conforme modelo em anexo ao edital.

**16.3.1** Em caso de desistência, penalização e/ou outro fato impeditivo que venha a impossibilitar a empresa detentora da Ata de registro de Preços, a Gerência ficará responsável em proceder a convocação das empresas registradas no cadastro de reserva, para assumir apenas o saldo remanescente contratado.

## 17. Da Renovação dos Quantitativos

**17.1** Em conformidade com o disposto no art. 1º do Decreto nº 21.515/2024, que altera os artigos 22 e 23 do Decreto nº 20.626/2024, bem como no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica autorizada a renovação dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo originalmente licitado, desde que observadas as condições estabelecidas para a prorrogação de sua vigência.

**17.2** A renovação dos quantitativos registrados poderá ser efetivada mediante o atendimento cumulativo dos seguintes requisitos:

**17.2.1** comprovação, pela Administração, de que os preços registrados permanecem vantajosos, em observância aos princípios da economicidade e eficiência;

**17.2.2** revisão expressa da possibilidade de renovação nos documentos convocatórios e na fase preparatória do processo licitatório;

17.2.3 justificativa técnica elaborada pela unidade requisitante, demonstrando a efetiva necessidade de manutenção ou incremento dos quantitativos para atender ao interesse público

17.3 A renovação dos quantitativos deverá ser formalizada mediante termo aditivo específico, mantendo-se as condições originalmente pactuadas e respeitando-se os limites e disposições estabelecidos na Lei Federal nº 14.133 /2021, de modo a assegurar o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

## 18. Apêndices

I- Estudo Técnico Preliminar (ID 3900569)

II- Matriz de Gerenciamento de Riscos (ID 3900578)

III- Modelo de Vistoria (ID 3907094 )

IV- Modelo de Declaração de Dispensa de Vistoria (ID 3907094 )

V- Quadro de Distribuição (ID 3900727)

VI- Minuta de Termo de Contrato (ID 3900730)

VII- Minuta da Ata de Registro de Preços (ID 3903029)

VII- Minuta de Ata de Cadastro Reserva (ID 3903320).

## 19. Informações Gerais

**19.1** Mais informações poderão ser adquiridas pelos telefones (69) 3516-2022 com a Srª Raiany Carvalho Silva ou na sala da Superintendência Municipal de Licitação, situada no Centro Administrativo Municipal, 1º piso, na Avenida Tancredo Neves, Nº. 2.166, Setor Institucional, Ariquemes-RO, de segunda à sexta- feira das 07h30min às 13h30min.

**19.2** O presente Termo de Referência foi elaborado por Maria Eduarda Bissoli Novais, cargo Estagiária atualizado por Laura Bezerra da Silva, cargo Coordenadora de Artefatos Digitais , e aprovado por Raiany Carvalho Silva e assinado pelos Secretários Municipais. Municipais, conforme, informados abaixo:

Ariquemes/RO, 2de abril de 2026

Elaborado por:  
Maria Eduarda Bissoli Novais  
Estagiária

Revisado por:  
Laura Bezerra da Silva  
Coordenadora de Artefatos Digitais

## 20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARIA EDUARDA BISSOLI NOVAIS**

**LAURA BEZERRA DA SILVA**

Coordenadora de Artefatos Digitais

**MARCOS VENICIO ARAUJO RAPOSO**

Secretario Municipal de Obras e Serviços Públicos

**NATANAEL EMERSON PEREIRA DE LIMA**

Secretario Municipal de Turismo, Esporte, e Cultura

**MICHELINE BARCELOS**

Gestora do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - FMDPI

**RAIANY CARVALHO SILVA**

Diretora de Compras









# Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16  
Av. Tancredo Neves  
www.ariquemes.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Termo de Referência</b>	<b>120/2026 retifi</b>	<b>29/04/2026</b>

ID: <b>3959325</b>	Processo	Documento
CRC: <b>19AF2D98</b>		
Processo: <b>8-29420/2025</b>		
Usuário: <b>MARIA EDUARDA BISSOLI NOVAIS</b>		
Criação: <b>29/04/2026 12:47:56</b>	Finalização: <b>29/04/2026 12:55:24</b>	

MD5: <b>045EF53BAC76CF0FA52B9C8DCAD1A1CA</b>
SHA256: <b>0EF3E760993B542F6C8BAFEB825844170B0BE12B440D9ED0D27E0F967C2C2C85</b>

Súmula/Objeto:

**Termo de Referência 120/2026 retifi**

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS - SEMOSP	ARIQUEMES	RO	29/04/2026 12:47:56
--	-----------	----	---------------------

### ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇOS (791)	29/04/2026 12:47:56
--------------------------	---------------------


### ANEXOS

Estudo Técnico Preliminar - ETP 82/2026	06/04/2026	3900569
Matriz de Gerenciamento de Riscos 77/26	06/04/2026	3900578
Quadro de Distribuição 01	06/04/2026	3900727
Minuta de Contrato 39	06/04/2026	3900730
Minuta da Ata de Registro de Preço 30	07/04/2026	3903029
Minuta da Ata de Cadastro Reserva 20	07/04/2026	3903320


### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 MARIA EDUARDA BISSOLI NOVAIS	ESTAGIÁRIO NÃO REMUNERADO	29/04/2026 12:58:55
---	---------------------------	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 RAIANY CARVALHO SILVA	DIRETORA DE COMPRAS - SML	29/04/2026 13:02:01
--	---------------------------	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 MICHELINE BARCELOS	SEC MUNIC DESENV SOCIAL (COMISSAO)	29/04/2026 13:07:16
---	------------------------------------	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 NATANAEL EMERSON PEREIRA DE LIMA	SECRETARIO MUNICIPAL - SEMTEC	29/04/2026 13:10:35
---	-------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 MARCOS VENICIO ARAUJO RAPOSO	SECRETÁRIO DE OBRAS	29/04/2026 13:16:17
---	---------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 LAURA BEZERRA DA SILVA	COORDENADORA DE ARTEFATOS DIGITAIS	30/04/2026 07:51:19
---	------------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.



## Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16

Av. Tancredo Neves

[www.ariquemes.ro.gov.br](http://www.ariquemes.ro.gov.br)

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ariquemes.ro.gov.br](http://transparencia.ariquemes.ro.gov.br) informando o ID 3959325 e o CRC 19AF2D98.

## PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES

## Estudo Técnico Preliminar 82/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 29420/2025

## 2. Descrição da necessidade

**2.1** A presente contratação tem por objetivo atender às necessidades das Secretarias Municipais participantes quanto ao deslocamento de servidores, colaboradores e demais profissionais no exercício de atividades administrativas, operacionais e institucionais, que demandam transporte frequente para execução de ações externas e atendimento às demandas de interesse público.

**2.2** As Secretarias Municipais realizam constantemente atividades fora de suas sedes administrativas, como fiscalizações, vistorias técnicas, acompanhamento de obras e contratos, reuniões institucionais, capacitações, visitas técnicas, execução de programas e ações governamentais, além de outras atividades inerentes às atribuições institucionais, que exigem deslocamentos regulares.

**2.3** A atual disponibilidade de veículos próprios, em alguns casos, mostra-se insuficiente para atender à totalidade das demandas existentes, além de haver situações em que veículos encontram-se indisponíveis em razão de manutenção preventiva ou corretiva, o que compromete a execução das atividades externas e pode ocasionar atrasos na prestação dos serviços públicos. A insuficiência de meios adequados de transporte impacta diretamente a eficiência administrativa, dificultando o cumprimento das atribuições institucionais e a execução de políticas públicas voltadas à população.

**2.4** A necessidade também está relacionada à garantia da continuidade dos serviços públicos, considerando que diversas atividades desenvolvidas pelas Secretarias Municipais dependem de deslocamento de pessoal para execução de ações em campo, atendimento às comunidades, acompanhamento de projetos e demais atividades operacionais.

**2.5** A demanda por transporte de pessoal apresenta caráter contínuo, considerando a necessidade permanente de deslocamento para atendimento às atividades administrativas e operacionais das Secretarias Municipais, variando conforme a programação e surgimento de demandas ao longo do exercício.

**2.6** A ausência de transporte adequado pode ocasionar prejuízos à execução das atividades institucionais, tais como atraso em fiscalizações, dificuldades no acompanhamento de obras e contratos, limitação na execução de programas governamentais e comprometimento do atendimento à população.

**2.7** Dessa forma, verifica-se que a necessidade está relacionada à garantia de mobilidade para execução das atividades institucionais, à continuidade dos serviços públicos e à melhoria da eficiência administrativa, sendo indispensável a adoção de medidas que assegurem o atendimento dessa demanda de forma adequada e alinhada ao interesse público.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
FUNDO MUNICIPAL EM DEFESA DA PESSOA IDOSA	Micheline Barcelos
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA	Natanael Emerson Pereira de Lima
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	Marcos Venicio Araújo Raposo



## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

**4.1** Em observância ao art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e à Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, os requisitos da contratação foram definidos com base nas necessidades institucionais, padrões de mercado e exigências legais aplicáveis, visando garantir a adequada execução do objeto e o atendimento ao interesse público.

### 4.2 Requisitos Funcionais

**4.2.1** A contratação deverá contemplar a disponibilização de veículos destinados ao transporte de pessoal para atendimento das demandas administrativas e operacionais das Secretarias Municipais participantes.

Assim, os serviços deverão atender aos seguintes requisitos funcionais:

- Disponibilização de veículos em boas condições de uso, conservação e funcionamento;
- Veículos devidamente licenciados e regularizados junto aos órgãos competentes;
- Disponibilização dos veículos conforme demanda das Secretarias participantes;
- Substituição imediata do veículo em caso de falha mecânica, manutenção ou indisponibilidade;
- Veículos com capacidade adequada para transporte de servidores e colaboradores;
- Atendimento às demandas administrativas e operacionais das Secretarias Municipais;
- Disponibilização dos veículos durante o período de vigência da contratação;
- Atendimento simultâneo a mais de uma Secretaria, quando necessário;
- Possibilidade de atendimento em dias úteis e, quando necessário, finais de semana e feriados, conforme demanda da Administração;
- Disponibilização de veículos com documentação obrigatória regular.

### 4.3 Requisitos Não Funcionais

Além dos requisitos operacionais, a contratação deverá atender aos seguintes requisitos não funcionais:

- Veículos com boas condições de segurança, conforto e higiene;
- Veículos com manutenção preventiva e corretiva em dia;
- Disponibilidade contínua dos veículos conforme demanda;
- Atendimento dentro dos prazos estabelecidos pela Administração;
- Responsabilidade da contratada pela manutenção, seguro e regularização dos veículos;
- Responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, quando aplicável;
- Garantia de qualidade e confiabilidade na prestação dos serviços;
- Atendimento às normas de segurança e legislação de trânsito vigente;
- Comunicação eficiente entre contratada e Administração para atendimento das demandas.

### 4.4 Padrões de Mercado

A contratação deverá observar os padrões normalmente praticados no mercado para locação de veículos, incluindo:

- Veículos com idade compatível com padrões de mercado;
- Veículos em bom estado de conservação e funcionamento;
- Manutenção preventiva e corretiva sob responsabilidade da contratada;
- Seguro dos veículos, quando aplicável;
- Documentação regular junto aos órgãos de trânsito;
- Substituição do veículo em caso de indisponibilidade;
- Disponibilização conforme demanda da Administração.

Tais exigências são comuns no mercado e não restringem a competitividade, permitindo ampla participação de empresas especializadas.

### 4.5 Requisitos Normativos e Legais

A contratação deverá observar a legislação vigente, incluindo:

- Lei nº 14.133/2021 — Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Código de Trânsito Brasileiro — Lei nº 9.503/1997;
- Normas do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN);
- Legislação trabalhista e previdenciária aplicável;



- Normas de segurança e transporte de passageiros;
- Demais legislações aplicáveis à locação de veículos e transporte de pessoal.

**4.6** Dessa forma, os requisitos definidos visam garantir que a contratação atenda às necessidades das Secretarias Municipais, assegurando qualidade, eficiência, segurança e continuidade na prestação dos serviços de transporte de pessoal.

## **5. Levantamento de Mercado**

**5.1** Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021 e à IN SEGES nº 58/2022, foram analisadas possíveis soluções disponíveis no mercado para atendimento da necessidade de transporte de pessoal das Secretarias participantes, com o objetivo de identificar a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública.

**5.2** Dentre as soluções identificadas, destacam-se:

### **5.2.1 Aquisição de veículos próprios**

**5.2.2** A Administração poderia optar pela aquisição de veículos próprios, tais como veículos leves, vans, micro-ônibus ou utilitários, destinados ao transporte de pessoal. Essa alternativa permitiria maior controle sobre a frota, disponibilidade contínua e personalização conforme as necessidades institucionais.

**5.2.3** Entretanto, essa solução demanda elevado investimento inicial, além de custos contínuos com manutenção preventiva e corretiva, seguros, documentação, licenciamento, gestão da frota, combustível, contratação de motoristas, bem como a depreciação natural dos veículos ao longo do tempo. Ademais, a aquisição de veículos não garante flexibilidade imediata para ampliação ou redução da frota conforme variação da demanda.

### **5.3 Contratação de serviços de transporte sob demanda**

**5.3.1** Outra alternativa consiste na contratação de serviços de transporte sob demanda, por meio de empresas especializadas, para atendimento pontual das necessidades da Administração. Essa modalidade possibilita a utilização dos veículos apenas quando necessário, podendo representar economia em situações de baixa demanda.

**5.3.2** Contudo, essa solução pode apresentar limitações quanto à disponibilidade imediata de veículos, especialmente em períodos de maior demanda, além de possíveis dificuldades na padronização dos serviços, controle operacional e previsibilidade dos custos, comprometendo a continuidade e eficiência das atividades institucionais.

### **5.4 Parcerias ou contratos com empresas de transporte locais**

**5.4.1** A Administração também poderia firmar parcerias ou contratos com empresas de transporte locais, visando à disponibilização de veículos conforme demanda. Essa alternativa pode oferecer flexibilidade e diversidade de veículos, além de aproveitar a experiência operacional das empresas do setor.

**5.4.2** No entanto, essa solução pode apresentar limitações relacionadas à padronização da frota, condições de conservação dos veículos, disponibilidade imediata, controle de qualidade do serviço e previsibilidade orçamentária, fatores que podem impactar a execução das atividades institucionais.

### **5.4 Locação de veículos**

**5.4.1** A locação de veículos junto a empresas especializadas constitui alternativa amplamente utilizada pela Administração Pública, permitindo a disponibilização de veículos conforme a necessidade institucional, com maior flexibilidade operacional e redução das responsabilidades administrativas.

**5.4.2** Essa alternativa possibilita à Administração contar com veículos em condições adequadas de uso, com manutenção preventiva e corretiva sob responsabilidade da contratada, além de contemplar despesas relacionadas a seguro, substituição de veículos em caso de indisponibilidade, documentação e demais encargos operacionais.

**5.4.3** Além disso, a locação proporciona maior previsibilidade de custos, evita a imobilização de recursos públicos na aquisição de bens permanentes e permite adequação da frota conforme a variação da demanda, contribuindo para maior eficiência administrativa e continuidade dos serviços públicos.



## 6. Descrição da solução como um todo

**6.1** A solução consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos automotores, destinados ao transporte de pessoal a serviço da Administração, incluindo a disponibilização dos veículos em condições adequadas de uso, com manutenção preventiva e corretiva, seguro total, assistência técnica e substituição em caso de indisponibilidade. A proposta é adequada, proporcional e tecnicamente viável, atendendo ao interesse público ao assegurar a continuidade e eficiência da prestação dos serviços institucionais, em conformidade com os princípios do planejamento, economicidade, eficiência e continuidade do serviço público previstos na Lei nº 14.133.

**6.2** Diante da análise técnica realizada na fase preparatória, conclui-se que a realização de procedimento licitatório para Registro de Preços destinado à locação de veículos para transporte de pessoal constitui a alternativa mais vantajosa e adequada para suprir a necessidade administrativa identificada, garantindo flexibilidade, eficiência e adequada aplicação dos recursos públicos.

**6.3** A contratação compreenderá a disponibilização de veículos adequados às necessidades institucionais, sob regime de locação, incluindo todos os serviços correlatos indispensáveis à plena execução do objeto, tais como manutenção preventiva e corretiva, cobertura securitária total, assistência técnica, substituição de veículos em caso de indisponibilidade, regularização documental e demais encargos necessários à adequada utilização da frota.

**6.4** A solução contempla não apenas o fornecimento dos veículos, mas a prestação de serviço integrado de mobilidade institucional, transferindo à contratada a responsabilidade pela gestão operacional da frota locada, incluindo custos com manutenção, tributos, taxas, depreciação e riscos inerentes à propriedade dos veículos. Dessa forma, a Administração concentra-se em sua atividade finalística, sem necessidade de estruturar equipe ou setor específico para gestão de frota própria.

**6.5** A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se tecnicamente adequada em razão da natureza variável e contínua da demanda por transporte de pessoal. As necessidades de deslocamento institucional podem oscilar ao longo do exercício, conforme execução de programas, fiscalizações, visitas técnicas, reuniões externas e demais ações administrativas. O modelo de registro de preços possibilita contratações conforme a demanda efetiva, evitando tanto a ociosidade de veículos quanto a necessidade de contratações emergenciais.

**6.6** Do ponto de vista econômico, a solução apresenta vantajosidade em relação à aquisição de frota própria, considerando a eliminação de custos relacionados à depreciação patrimonial, manutenção corretiva imprevisível, renovação periódica da frota e gestão administrativa dos veículos. Além disso, promove maior previsibilidade orçamentária, uma vez que os valores são previamente registrados e contratados conforme necessidade.

**6.7** A solução também assegura continuidade do serviço público, uma vez que prevê substituição imediata de veículos em caso de falha ou indisponibilidade, reduzindo riscos de paralisação de atividades essenciais. Tal característica reforça a aderência aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público previstos na Lei nº 14.133.

**6.8** Os veículos disponibilizados deverão atender às demandas de deslocamento de servidores, colaboradores e demais profissionais vinculados à Administração, especialmente para a realização de atividades externas, tais como:

- Fiscalizações e vistorias técnicas;
- Acompanhamento de contratos e obras;
- Participação em reuniões institucionais e capacitações;
- Execução de programas e ações governamentais;
- Atendimento a demandas administrativas externas;
- Outras atividades de interesse da Administração.

**6.9** A solução deverá assegurar que os veículos estejam em conformidade com as normas de segurança, legislação de trânsito vigente e padrões mínimos de qualidade exigidos pela Administração, garantindo condições adequadas de conforto, segurança e confiabilidade durante os deslocamentos.

**6.10** A contratação por meio de Registro de Preços também proporcionará maior flexibilidade operacional, permitindo a ampliação ou redução da quantidade de veículos conforme a necessidade das Secretarias participantes, sem comprometer a continuidade das atividades institucionais.

**6.11** Além disso, a solução visa reduzir a sobrecarga administrativa relacionada à gestão de frota própria, incluindo manutenção, seguros, controle documental e demais atividades operacionais, permitindo que a Administração concentre seus esforços nas atividades finalísticas.

**6.12** Portanto, a solução adotada não se limita à locação isolada de veículos, mas configura modelo estruturado de atendimento à mobilidade institucional, garantindo flexibilidade operacional, racionalização de recursos públicos, mitigação de riscos administrativos e suporte adequado à execução das competências legais da Administração.

**6.13** Além dos veículos, a solução contempla a disponibilização de motoristas devidamente habilitados, qualificados e treinados, com observância à legislação de trânsito vigente, especialmente quanto à categoria da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível com



o tipo de veículo utilizado. Os condutores deverão atuar com responsabilidade, zelo, postura profissional e conhecimento básico das rotas e localidades de atuação.

**Da Renovação dos Quantitativos Registrados**

**6.14** Em conformidade com o disposto no art. 1º do Decreto nº 21.515/2024, que altera os artigos 22 e 23 do Decreto nº 20.626/2024, bem como no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica autorizada a renovação dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo originalmente licitado, desde que observadas as condições estabelecidas para a prorrogação de sua vigência.

**6.15** A renovação dos quantitativos registrados poderá ser efetivada mediante o atendimento cumulativo dos seguintes requisitos: comprovação, pela Administração, de que os preços registrados permanecem vantajosos, em observância aos princípios da economicidade e eficiência; previsão expressa da possibilidade de renovação nos documentos convocatórios e na fase preparatória do processo licitatório; justificativa técnica elaborada pela unidade requisitante, demonstrando a efetiva necessidade de manutenção ou incremento dos quantitativos para atender ao interesse público.

**6.16** A renovação dos quantitativos deverá ser formalizada mediante termo aditivo específico, mantendo-se as condições originalmente pactuadas e respeitando-se os limites e disposições estabelecidos na Lei Federal nº 14.133 /2021, de modo a assegurar o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

**Justificativa para não exigência de garantia contratual**

**6.17** Considerando o processo de Registro de Preços para Contratação de Empresa de Locação de veículos para transporte de pessoal na prestação de serviços vigia não armado, classificadas como materiais de consumo, destinado a atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Ariquemes/RO, opta-se pela não exigência de garantia contratual nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

**6.18** Essa decisão está fundamentada na análise da baixa complexidade técnica do objeto da contratação, que consiste no fornecimento de bens simples e padronizados, não demandando etapas de execução ou serviços de alta especialização. Além disso, a contratação apresenta baixo risco financeiro para a Administração Pública, dado o caráter de consumo e os valores unitários reduzidos dos itens a serem adquiridos, o que minimiza os impactos de eventual inadimplência. Destaca-se ainda que o sistema de registro de preços proporciona flexibilidade à Administração, permitindo que, em caso de descumprimento contratual, sejam realizadas contratações com fornecedores remanescentes, conforme previsto na legislação vigente.

**6.19** Adicionalmente, a exigência de garantia contratual poderia resultar em aumento dos custos indiretos para os fornecedores, impactando negativamente a competitividade do certame, especialmente no que tange à participação de pequenas e médias empresas. A natureza da contratação não justifica a adoção desta exigência, sendo a sua dispensa uma medida técnica e alinhada aos princípios da economicidade, eficiência e proporcionalidade na gestão de recursos públicos.

**7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

**7.4** Para chegar às quantidades solicitadas, a Gerência de Compras da Prefeitura enviou memorando circular as secretarias municipais solicitando as mesmas que estimassem os quantitativos necessários conforme sua demanda, devidamente justificados através de Memória de Cálculo:

Conforme o quadro abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS- SEMOSP	ID: 3773704
A Estimativa dos quantitativos foi elaborada pela Secretaria Municipal de Obras com base na média de consumo verificada nos últimos 12 (doze) meses, conforme relatório de consumo registrado em ata, o qual reflete a utilização real dos itens no período analisado. Com base nesse histórico, procedeu-se à projeção da demanda para o período de vigência da contratação, sendo acrescido o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) a título de reserva técnica, com o objetivo de assegurar a continuidade dos serviços públicos, atender possíveis variações de demanda e prevenir a ocorrência de desabastecimento.	
SEC. MUN. DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA - SEMTEC	ID: 3773726
A definição das quantidades estimadas para a locação de veículos foi realizada com base no levantamento das demandas previstas no planejamento anual da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura SEMTEC, considerando o histórico de atendimentos em anos anteriores, o calendário de eventos esportivos, culturais e turísticos, bem como a previsão de participação do Município de Ariquemes em eventos de âmbito municipal, regional e estadual. ID: 3773726 e CRC: 15820998 As estimativas levaram em consideração o número de pessoas transportadas, as distâncias médias percorridas, o tipo de veículo adequado para cada deslocamento e a frequência dos eventos ao longo do período de 12 (doze) meses, conforme detalhado a seguir: Item 1 Locação de micro-ônibus (6.500 km): A estimativa de 6.500 km refere-se ao atendimento de deslocamentos intermunicipais e regionais de médio porte, destinados principalmente ao transporte de	



equipes técnicas, atletas de modalidades coletivas e individuais, artesãos e produtores culturais para participação em feiras, exposições e competições esportivas. Considerou-se uma média de viagens para municípios próximos e de média distância, com percursos aproximados entre 300 km e 500 km por evento, ao longo do exercício, totalizando a quilometragem estimada. Item 2 Locação de ônibus por quilometragem (12.000 km): A quantidade estimada de 12.000 km está relacionada, principalmente, ao transporte de delegações de maior porte, com destaque para a participação do Município nos Jogos Intermunicipais de Rondônia JIR, bem como em outras competições oficiais organizadas por federações esportivas. A estimativa considera viagens intermunicipais de longa distância, incluindo deslocamentos de ida e volta, além de eventuais participações em outros eventos esportivos e institucionais ao longo do ano. Item 3 Locação de ônibus por diária (22 diárias): A previsão de 22 diárias foi calculada com base na necessidade de permanência do veículo à disposição da delegação municipal durante eventos com duração de vários dias, especialmente o JIR, que ocorre em período concentrado entre os meses de setembro e outubro, além de competições oficiais de modalidades como basquete e handebol previstas para os meses de outubro e novembro. Cada diária corresponde a até 500 km, contemplando deslocamentos locais, apoio logístico e retorno, conforme cronograma dos eventos. Item 4 Locação de van (5.000 km): A estimativa de 5.000 km para vans destina-se ao atendimento de deslocamentos urbanos e intermunicipais de pequeno porte, voltados ao transporte de grupos reduzidos, tais como dirigentes, equipes de apoio, atletas de modalidades individuais, artesãos e produtores culturais. Considerou-se a realização de diversas viagens ao longo do ano, especialmente para feiras locais, eventos regionais e atividades institucionais, com distâncias médias menores, justificando a utilização desse tipo de veículo.

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	ID: 3773760
<p>A estimativa de consumo foi definida com base nas necessidades operacionais do Projeto Idoso Feliz, considerando a utilização regular pela equipe técnica composta por 07 (sete) profissionais, bem como a realização de reuniões e atendimentos esporádicos com as pessoas idosas atendidas e/ou seus familiares ao longo do exercício de 2026.</p> <p>1 Chegou-se a esse cálculo de quilômetros 400 quilômetros, pensando principalmente nas ações realizadas pelo projeto de visitação domiciliar Idoso Feliz, que tem como uma de suas metas para o ano de 2026 realizar uma viagem ao Distrito Garimpo Bom Futuro, numa busca ativa de idosos em vulnerabilidade e isolamento social, que é o público alvo do projeto acima citado. Para estudo de uma possível inserção do projeto na localidade.</p> <p>2 Chegou-se a esse nº de diárias (24), pensando principalmente no atendimento aos usuários, familiares e/ou responsáveis dos idosos atendidos pelo projeto de visitação domiciliar Idoso Feliz. O qual preconiza no mínimo um encontro mensal para escuta, orientação troca de experiências, etc., sobre as ações realizadas. Isso justifica-se ainda pela necessidade de garantir deslocamento seguro, confortável e acessível, considerando as limitações de mobilidade comuns a essa faixa etária. Bem como por se tratar de um público vulnerável financeiramente e em sua maioria moradores dos bairros periféricos do município.</p>	

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 702.079,88

- 8.1 O custo estimado total da contratação é de R\$: 702.079,88 (Setecentos e dois mil e setenta e nove reais e oitenta e oito centavos).
- 8.2 A pesquisa de preço atende às metodologias da Instrução Normativa Nº. 001/SML/PMA/2021.de preço atende às metodologias da Instrução Normativa Nº. 001/SML/PMA/2021.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

- 9.1 A adjudicação do Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços será considerado o critério menor preço **POR ITEM**, visando propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para o fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens.
- 9.2 O objetivo do parcelamento é o de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliara competitividade, sendo que este parcelamento é técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala, em conformidade com o estabelecido no ato convocatório pela Comissão de Licitação, de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021, cujos parâmetros de preços serão subsidiados com o **QUADRO COMPARATIVO/DEMONSTRATIVO DE PREÇOS**, permitindo ampliação da competição e favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para Administração, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado.





**9.3** Justifica-se o parcelamento, tendo em vista o objeto ser divisível e não haver prejuízo para o conjunto a ser licitado, nos termos do art. 40, da Lei 14.133/2021 e da Súmula/TCU 247:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade”

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

**10.1** Não se vislumbra a necessidade de realização de contratações correlatas para a execução do objeto proposto, qual seja, a eventual e futura contratação de empresa especializada na locação de veículos para transporte de pessoal.

**10.1.2** Isso porque a prestação do serviço será realizada de forma completa pela empresa contratada, a qual deverá disponibilizar veículos devidamente regularizados, com manutenção, seguros e demais encargos necessários ao pleno funcionamento incluídos no escopo contratual, conforme definido no Termo de Referência.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

**11.5** O objeto da contratação **está inserido** no Plano de Contratação Anual, conforme detalhado no item 3.5 do DFD das Secretarias Municipais:

**SEMOSP** - Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 158/2026, Nº DFD: 493/2025.

**SEMTEC** - Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 158/2026, Nº DFD: 649/2025.

O objeto da contratação **não está** inserido no Plano de Contratação Anual, conforme detalhado no item 3.5 do DFD das Secretarias Municipais:

**F.M.D.P.I** - Justificamos a ausência do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (FMDPI) no Plano de Contratações Anual PCA de 2025, uma vez que o processo de cadastramento do referido fundo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) foi concluído apenas em 14 de novembro de 2024. Somente após essa data o FMDPI passou a estar apto a realizar movimentações orçamentárias e financeiras, bem como a elaborar projeções relativas às contratações anuais. Considerando que o prazo para envio do PCA de 2025 encerrou-se antes da finalização do referido cadastramento, não foi possível incluir o fundo neste planejamento, conforme já mencionado no Memorando 16 de 02/09/2025 (ID 3438625).

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

**12.1** A contratação de empresa especializada na locação de veículos para transporte de pessoal proporcionará uma série de benefícios estratégicos, operacionais e econômicos para a Administração Pública, assegurando maior eficiência e eficácia na execução de suas atividades.

**12.2** A seguir, os benefícios específicos que se pretende alcançar com a contratação, conforme as necessidades identificadas por cada Secretaria Municipal, informações estas que constam em seus respectivos Documentos de Formalização da Demanda (DFD):

**SEMOSP** - Com a realização desta contratação, a Secretaria passará a dispor de melhores condições logísticas para o transporte das equipes, proporcionando maior agilidade e eficiência no deslocamento até os locais de prestação dos serviços. Como resultado, haverá redução do tempo de espera para o início das atividades, permitindo que as equipes iniciem os trabalhos em tempo hábil. Espera-se, assim, um aumento significativo da produtividade, com a execução de obras de construção e serviços de manutenção de forma mais contínua, intensa e em menor prazo. A otimização do transporte também possibilitará melhor aproveitamento da jornada de trabalho dos



servidores, uma vez que a diminuição do tempo de deslocamento permitirá maior dedicação às atividades operacionais. Consequentemente, a Secretaria terá maior capacidade de atendimento às demandas da população e dos demais órgãos, reduzindo atrasos, minimizando o acúmulo de serviços e promovendo maior eficiência na prestação dos serviços públicos.

**SEMTEC** - A contratação permitirá à Administração Municipal dispor de meios adequados e contínuos para o transporte de pessoal vinculado às atividades da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura SEMTEC, assegurando maior organização e previsibilidade na execução das ações institucionais ao longo do período contratual. Como resultado, espera-se a melhoria da logística operacional, com otimização dos deslocamentos, redução de atrasos e maior integração entre as equipes envolvidas nos eventos, projetos e atividades desenvolvidas pelo Município. A disponibilidade de veículos locados contribuirá para a execução eficiente da programação prevista, garantindo o cumprimento de prazos e agendas estabelecidas. A contratação também proporcionará maior racionalização dos recursos públicos, ao permitir a utilização dos serviços conforme a demanda, evitando custos desnecessários com frota própria e manutenção, além de assegurar maior controle administrativo sobre os deslocamentos realizados. Por fim, o serviço de transporte contribuirá para a ampliação do alcance das ações promovidas pela SEMTEC, refletindo positivamente na participação em eventos, no fortalecimento institucional e na melhoria da imagem do Município de Ariquemes/RO, com impactos favoráveis na área cultural, esportiva e turística.

**F.M.D.P.I** - Espera-se, com a contratação, assegurar a continuidade das ações do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, ampliar o alcance do Projeto Idoso Feliz, melhorar a qualidade e a efetividade do atendimento prestado aos idosos e seus familiares, fortalecer as ações de acompanhamento, orientação e escuta qualificada, bem como contribuir para a consolidação das políticas públicas de proteção, promoção e garantia dos direitos da pessoa idosa no âmbito municipal

## 13. Providências a serem Adotadas

**13.1** Para realizar a contratação da empresa de locação de veículos, é necessário seguir algumas providências importantes, aqui estão algumas etapas a serem adotadas:

**13.2** Traçar rotas bem definidas para controle da quilometragem;

**13.3** Elaboração de cronograma detalhado com as datas e horários previstos para a utilização dos veículos, para otimizar o planejamento das atividades, garantindo que os veículos estejam disponíveis nos momentos necessários.

**13.4** Planejamento logístico das demandas de transporte, considerando a quantidade de pessoas a serem transportadas, locais de partida e destino, horários de saída e retorno, e eventuais paradas intermediárias. Isso permitirá uma distribuição eficiente dos recursos disponíveis.

**13.5** Monitoramento e controle da utilização dos veículos, incluindo o uso de sistemas de rastreamento por GPS, registro de quilometragem percorrida, controle de consumo de combustível, entre outros indicadores. Essas informações ajudarão a garantir o cumprimento das rotas estabelecidas e a identificar possíveis desvios ou problemas operacionais.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

**14.1** A contratação de serviços de locação de veículos pode ter impactos ambientais que devem ser considerados. Alguns dos possíveis impactos incluem:

**14.2** Emissões de gases de efeito estufa: Os veículos são movidos a combustíveis fósseis, como gasolina ou diesel, que emitem dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e outros gases de efeito estufa durante a queima. O uso frequente desses veículos pode contribuir para o aumento das emissões, intensificando o impacto das mudanças climáticas. Exigir que todos os veículos estejam em conformidade com as normas ambientais vigentes, incluindo inspeções regulares de emissão de poluentes. Implementar controle de manutenção obrigatória e priorizar veículos com tecnologias de redução de emissões, como catalisadores e sistemas de injeção eletrônica mais modernos.

**14.3** Poluição do ar: Além das emissões de gases de efeito estufa, os veículos também emitem poluentes atmosféricos, como óxidos de nitrogênio (NO<sub>x</sub>), monóxido de carbono (CO) e partículas finas. Esses poluentes podem ter efeitos negativos na qualidade do ar, afetando a saúde humana e o meio ambiente. Adotar critérios de sustentabilidade na contratação, priorizando veículos com maior eficiência energética e menor consumo de combustível. Incentivar o uso compartilhado dos veículos (otimização de rotas e caronas institucionais) e exigir da contratada práticas sustentáveis na manutenção, como uso racional de água e energia.

**14.4** Consumo de recursos naturais: A fabricação, manutenção e operação dos veículos demandam o uso de recursos naturais, como energia, água e materiais. A extração e o processamento desses recursos podem gerar impactos ambientais, como a degradação de ecossistemas e o esgotamento de recursos não renováveis. Exigir que a empresa contratada comprove a destinação ambientalmente



adequada de resíduos gerados, como óleos lubrificantes, pneus e filtros, conforme a legislação vigente. Além disso, solicitar a implementação de um plano de gerenciamento de resíduos, com comprovação documental de descarte correto por empresas licenciadas.

**14.5** Geração de resíduos: A utilização dos veículos pode resultar na geração de resíduos, como óleos usados, filtros de ar e combustível, pneus descartados e materiais de limpeza. A destinação adequada desses resíduos é importante para evitar a contaminação do solo e da água. Estabelecer, como obrigação contratual, que a empresa locadora seja responsável pela coleta, armazenamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados na operação e manutenção dos veículos, tais como óleos lubrificantes usados, filtros, pneus e demais materiais.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

**15.1** A contratação de empresa especializada na locação de veículos para transporte de pessoas mostra-se viável técnica, econômica e administrativamente, considerando os seguintes aspectos:

- Disponibilidade de fornecedores capacitados: O mercado de locação de veículos no Brasil é maduro e competitivo, com diversas empresas especializadas capazes de fornecer veículos de diferentes categorias, manutenção preventiva e corretiva, seguros, assistência técnica e substituição em caso de indisponibilidade;
- Atendimento às necessidades institucionais: A locação permite a disponibilização de veículos compatíveis com a demanda real do órgão, incluindo veículos de passeio, utilitários, SUVs e veículos adaptados
- Flexibilidade e continuidade operacional: A contratação por meio de Registro de Preços garante atendimento imediato à demanda variável, evitando atrasos nas atividades administrativas e finalísticas;
- Gestão operacional e fiscalização simplificada: O serviço contratado contempla responsabilidade integral da empresa pela frota, permitindo que a Administração concentre-se em suas atividades-fim sem necessidade de equipe própria de gestão de frota.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARIA EDUARDA BISSOLI NOVAIS**

Estagiária

**KARINA GOMES DE SOUZA**

Membro da Diretoria de Compras



**FILIPPE EDUARDO DE AZEVEDO SILVEIRA**

Acessor Técnico

**EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK**

Gerente do Suas

**TATIANE BRATZ DE ASSUNCAO**

Diretora de Serviços Públicos





**QUADRO DE MÉDIA DE PREÇOS - AGRUPADO POR ITEM**

Cotação: 00575/26 Impresso em: 25 de fevereiro de 2026  
Objeto: SOLICITAÇÃO GERADA PARA COTAÇÃO DE VÁRIAS SOLICITAÇÕES

Item	Produto	Descrição	Unid.	Quantidade	Proponente 01, 06	Proponente 02, 07	Proponente 03, 08	Proponente 04, 09	Proponente 05, 10	Preço Médio	Valor Total Médio
1	571.007.001	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO MICRO-ÔNIBUS, POR KM RODADO	KM	6500	18,00 0,00	14,00 0,00	0,00 0,00	14,34 0,00	0,00 0,00	15,45	100.425,00
2	571.007.003	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, POR DIÁRIA	DIÁRI	46	0,00 3.500,00	2.500,00 0,00	0,00 0,00	2.350,00 0,00	0,00 0,00	2.783,33	128.033,18
3	571.007.002	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, POR KM RODADO	KM	12400	22,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	15,22 0,00	12,65 0,00	16,62	206.088,00
4	571.007.004	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN, POR KM RODADO	KM	16617	17,00 18,00	0,00 0,00	0,00 0,00	13,29 0,00	0,00 0,00	16,10	267.533,70

Total de registros: 4 **702.079,88**

#	Nome Proponente	CNPJ/CPF
1	4894 DESTAK TRANSPORTES E TURISMO LTDA	17.983.124/0001-37
2	6907 GERAL 1 (ATA REGISTRO DE PREÇO)	
3	8768 BANCO DE PREÇO 5	07.797.967/0001-95
4	13472 BANCO DE PREÇO 1	07.797.967/0001-95
5	13473 BANCO DE PREÇO 2	07.797.967/0001-95
6	15577 DAMASCENO TRANSPORTES E SERVICOS LTDA	00.837.742/0001-76







# Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16  
Av. Tancredo Neves  
www.ariquemes.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Quadro</b>	<b>COMPARATIVO</b>	<b>26/02/2026</b>

ID:	<b>3812154</b>	Processo	Documento
CRC:	<b>1BD61EC6</b>		
Processo:	<b>8-29420/2025</b>		
Usuário:	<b>GEOVANA KELRI ALVES DE SOUZA</b>		
Criação:	<b>26/02/2026 08:30:13</b>	Finalização:	<b>26/02/2026 09:00:14</b>

MD5:	<b>9181BF1920C840C12965AA11AD150E7E</b>
SHA256:	<b>F46578F4502F70DF1329EF6C423C6052328B423379795FAEAEBA383D87734CFD</b>

Súmula/Objeto:

**Quadro COMPARATIVO.**

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS - SEMOSP	ARIQUEMES	RO	26/02/2026 08:25:30
--	-----------	----	---------------------


### ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇOS (791)	26/02/2026 08:25:30
--------------------------	---------------------


### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 GEOVANA KELRI ALVES DE SOUZA	ESTAGIÁRIO NÃO REMUNERADO	26/02/2026 09:00:35
---	---------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 JOAO PEDRO LONGO DE JESUS	GERENTE DE COTAÇÃO	26/02/2026 09:02:52
--	--------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 RAIANY CARVALHO SILVA	DIRETORA DE COMPRAS - SML	26/02/2026 09:04:02
--	---------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ariquemes.ro.gov.br](http://transparencia.ariquemes.ro.gov.br) informando o ID 3812154 e o CRC 1BD61EC6.





## Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16  
Av. Tancredo Neves  
www.ariquemes.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Estudo Técnico Preliminar - ETP</b>	<b>82/2026</b>	<b>06/04/2026</b>

ID: <b>3900569</b>	Processo	Documento
CRC: <b>0E580FE1</b>		
Processo: <b>8-29420/2025</b>		
Usuário: <b>MARIA EDUARDA BISSOLI NOVAIS</b>		
Criação: <b>14/04/2026 13:57:52</b>	Finalização: <b>15/04/2026 12:50:46</b>	

MD5: <b>37118514C64AEAEC2392976740861A72</b>
SHA256: <b>E309C48879ACE020DC307D83C7FA7FFE07D24485ADC1C7D4237574DA9C58B246</b>

Súmula/Objeto:

**Estudo Técnico Preliminar - ETP 82/2026**

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS - SEMOSP	ARIQUEMES	RO	06/04/2026 13:41:23
--	-----------	----	---------------------






### ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇOS (791)	06/04/2026 13:41:23
--------------------------	---------------------

### DOCUMENTOS RELACIONADOS

Termo de Referência 120/26	06/04/2026	3900582
Termo de Referência 120/2026 retifi	29/04/2026	3959325

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	MARIA EDUARDA BISSOLI NOVAIS	ESTAGIÁRIO NÃO REMUNERADO	15/04/2026 12:51:19
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	FILIPPE EDUARDO DE AZEVEDO SILVEIRA	ASSESSOR TECNICO NIVEL II CDS 04 (COMISSAO)	15/04/2026 12:58:03
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	RAIANY CARVALHO SILVA	DIRETORA DE COMPRAS - SML	15/04/2026 13:13:20
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	TATIANE BRATZ DE ASSUNCAO	DIRETOR DE SERVICOS PUBLICOS (COMISSAO)	15/04/2026 13:20:29
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	EUTIANE DE SOUZA STELMASCHUK	GERENTE SUAS (SIST.UNIC. ASSIST. SOCIAL) COMISSAO	16/04/2026 10:19:02
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ariquemes.ro.gov.br](http://transparencia.ariquemes.ro.gov.br) informando o ID 3900569 e o CRC 0E580FE1.

## PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES

## Matriz de Gerenciamento de Riscos 77/2026

## 1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
77/2026	MARIA EDUARDA BISSOLI NOVAIS	16/03/2026 13:06
Status da Matriz de Alocação de Riscos		
Concluído (Planejamento)		
Objeto da Matriz de Riscos		
Registro de Preços para Contratação de Empresa de Locação de veículos para transporte de pessoal		

## 2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

## 3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco		Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Estimativa incorreta da quantidade de veículos	Levantamento de demanda inadequado ou falta de dados históricos		Planejamento	Administração	Baixo	
Impactos							
1	Falta de veículos ou contratação acima da necessidade						
Ações Preventivas							
P-01	Realizar estudo técnico preliminar com base em histórico de uso e projeção de demanda				Responsáveis:	MARIA EDUARDA BISSOLI NOVAIS, KARINA GOMES DE SOUZA, TATIANE BRATZ DE ASSUNCAO, FILIPE EDUARDO DE AZEVEDO SILVEIRA, EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK	
Ações de Contingência							
C-01	Realizar aditivo ou nova contratação emergencial para suprir demanda				Responsáveis:	TATIANE BRATZ DE ASSUNCAO, FILIPE EDUARDO DE AZEVEDO SILVEIRA, EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK	
Número	Risco	Causa do Risco		Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Falha na definição das especificações dos veículos	Termo de referência elaborado sem detalhamento técnico		Planejamento	Administração	Baixo	
Impactos							
1	Veículos inadequados para o transporte de pessoal						
Ações Preventivas							
P-01	Definir requisitos claros (capacidade, tipo de combustível, idade máxima, manutenção)				Responsáveis:	TATIANE BRATZ DE ASSUNCAO, FILIPE EDUARDO DE AZEVEDO SILVEIRA, EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK	
Ações de Contingência							
C-01	Exigir substituição dos veículos				Responsáveis:	TATIANE BRATZ DE ASSUNCAO, FILIPE EDUARDO DE AZEVEDO SILVEIRA, EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK	
Número	Risco	Causa do Risco		Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Aumento inesperado da demanda de transporte	Mudanças administrativas ou aumento de pessoal		Planejamento	Administração	Médio	
Impactos							
1	Insuficiência da frota contratada						
Ações Preventivas							





P-01	Previsão de quantitativos estimados com margem de segurança	<b>Responsáveis:</b> TATIANE BRATZ DE ASSUNCAO, FILIPE EDUARDO DE AZEVEDO SILVEIRA, EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK
<b>Ações de Contingência</b>		
C-01	Utilizar saldo da ata de registro de preços ou realizar nova contratação	<b>Responsáveis:</b> TATIANE BRATZ DE ASSUNCAO, FILIPE EDUARDO DE AZEVEDO SILVEIRA, EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

MARIA EDUARDA BISSOLI NOVAIS  
Estagiaria







## Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16  
Av. Tancredo Neves  
www.ariquemes.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Matriz de Gerenciamento de Riscos</b>	<b>77/26</b>	<b>06/04/2026</b>

ID: <b>3900578</b>	Processo	Documento
CRC: <b>27495646</b>		
Processo: <b>8-29420/2025</b>		
Usuário: <b>MARIA EDUARDA BISSOLI NOVAIS</b>		
Criação: <b>15/04/2026 13:01:07</b>	Finalização: <b>15/04/2026 13:10:38</b>	

MD5: <b>78277AEBC04E6D3BF75E309239AEC1EC</b>
SHA256: <b>7BA8D0D0A2EE14212A4B213930948777D0D89C0612AC22A1BCFFFBFC907D5C36</b>

Súmula/Objeto:

**Matriz de Gerenciamento de Riscos 77/26**

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS - SEMOSP	ARIQUEMES	RO	06/04/2026 13:46:12
--	-----------	----	---------------------






### ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇOS (791)	06/04/2026 13:46:12
--------------------------	---------------------

### DOCUMENTOS RELACIONADOS

Termo de Referência 120/26	06/04/2026	3900582
Termo de Referência 120/2026 retifi	29/04/2026	3959325

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	MARIA EDUARDA BISSOLI NOVAIS	ESTAGIÁRIO NÃO REMUNERADO	15/04/2026 13:10:59
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	RAIANY CARVALHO SILVA	DIRETORA DE COMPRAS - SML	15/04/2026 13:13:19
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	TATIANE BRATZ DE ASSUNCAO	DIRETOR DE SERVICOS PUBLICOS (COMISSAO)	15/04/2026 13:20:37
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	FILIFE EDUARDO DE AZEVEDO SILVEIRA	ASSESSOR TECNICO NIVEL II CDS 04 (COMISSAO)	16/04/2026 07:57:46
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	EUTIANE DE SOUZA STELMASCHUK	GERENTE SUAS (SIST.UNIC. ASSIST. SOCIAL) COMISSAO	16/04/2026 10:18:51
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ariquemes.ro.gov.br](http://transparencia.ariquemes.ro.gov.br) informando o ID 3900578 e o CRC 27495646.

### Quadro de Distribuição por Secretaria

Registro de Preços para Contratação de Empresa de Locação de veículos para transporte de pessoal

ITEM	UND	ESPECIFICAÇÃO	SEMOSP	SEMTEC	F.M.D.P.I	QUAN TOTAL
1	KM	<p>LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO MICRO-ÔNIBUS, POR KM RODADO</p> <p>Locação de veículo tipo micro-ônibus, por km rodado, motor Turbo a Diesel 4 cilindros, com 1 porta (embarque e desembarque), display digital, tacógrafo eletrônico, capacidade mínima de 28 (vinte e oito) passageiros, com motorista, ar condicionado, cinto de segurança em todos os assentos, com no máximo 10 (dez) anos de uso, itens de segurança conforme exigências do DENATRAN; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para uso no perímetro urbano e zona rural; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção.</p>	-	6500	-	6500
2	DIÁRIA	<p>LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, POR DIÁRIA</p> <p>Locação de veículo tipo ônibus, por diária, motor Turbo a Diesel 4 cilindros, com 1</p>	-	22	24	46



		<p>porta (embarque e desembarque),  plataforma de  acessibilidade, display  digital, tacógrafo  eletrônico, máximo 10 (dez)  anos de fabricação,  capacidade  mínima de 40 (quarenta)  passageiros, com ar  condicionado,  bagageiros externos lateral  e interno de teto, cinto de  segurança em todos os  assentos, cortinas nas  janelas,  poltronas reclináveis, com  banheiro; itens de  segurança  conforme exigências do  DENATRAN; incluídos os  custos com  combustível, motorista,  IPVA, seguro e manutenção;  para  viagens nas modalidades  urbana e intermunicipais;  todos os  veículos devidamente  cadastrados e vistoriados  pelo  DETRAN/RO, em bom  estado de conservação e  manutenção.  Diária de até 500km.</p>				
3	KM	<p>LOCAÇÃO DE VEÍCULO  TIPO ÔNIBUS, POR KM RO  DADO</p> <p>Locação de veículo tipo  ônibus, por km rodado,  motor Turbo a  Diesel 4 cilindros, com 1  porta (embarque e  desembarque),  plataforma de  acessibilidade, display  digital, tacógrafo  eletrônico, máximo 10 (dez)  anos de fabricação,  capacidade  mínima de 40 (quarenta)  passageiros, com ar  condicionado,</p>	-	12000	400	12400



		<p>bagageiros externos lateral e interno de teto, cinto de segurança em todos os assentos, cortinas nas janelas, poltronas reclináveis, com banheiro; itens de segurança conforme exigências do DENATRAN; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para viagens nas modalidades urbana e intermunicipais; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção.</p>				
4	KM	<p>LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN, POR KM RODADO</p> <p>Locação de veículo tipo Van, por km rodado, motor 4 cilindros, com capacidade mínima de 16 (dezesseis) passageiros, com no máximo 5 (cinco) anos de uso; com motorista, ar condicionado; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para uso no perímetro urbano e zona rural; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção</p>	11617	5000	-	16617

Ariquemes/RO 10 de abril de 2026







## Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16  
Av. Tancredo Neves  
www.ariquemes.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Quadro de Distribuição	01	06/04/2026

ID:	3900727	Processo	Documento
CRC:	817CD98D		
Processo:	8-29420/2025		
Usuário:	KARINA GOMES DE SOUZA		
Criação:	06/04/2026 15:08:39	Finalização:	20/04/2026 12:20:07

MD5:	A9814C68B550DDCB61CD46F0F8CC07AF
SHA256:	02E2C405365EEFF0D9CF23BEAE5436D0D848334E77835C338071937081268129

Súmula/Objeto:

Quadro de Distribuição 01

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS - SEMOSP	ARIQUEMES	RO	06/04/2026 15:08:39
--	-----------	----	---------------------

### ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇOS (791)	06/04/2026 15:08:39
--------------------------	---------------------

### DOCUMENTOS RELACIONADOS

Termo de Referência 120/2026 retifi	29/04/2026	3959325
-------------------------------------	------------	---------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 MARIA EDUARDA BISSOLI NOVAIS	ESTAGIÁRIO NÃO REMUNERADO	20/04/2026 12:20:24
---	---------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ariquemes.ro.gov.br](http://transparencia.ariquemes.ro.gov.br) informando o ID 3900727 e o CRC 817CD98D.



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

MINUTA DE CONTRATO  
39/2026

Contrato nº /2026  
Processo nº 29420/2025

Registro de Preços para Eventual e Futura Contratação de Empresa de Locação de Veículos para Transporte de Pessoal.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES/RO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE E A EMPRESA ....., PARA OS FINS QUE NAS CLÁUSULAS ABAIXO SE ESPECIFICAM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 04.104.816/0001-16, com sede na Av. Tancredo Neves, Setor Institucional, nº 2.166, representada pela Sr(a). \_\_\_\_\_, SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE \_\_\_\_\_ doravante CONTRATANTE e a Empresa \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente instrumento contratual, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo Administrativo nº 29420/2025 SEMOSP, Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026/CPL/SML/PMA, tendo por finalidade estabelecer os direitos, deveres e obrigações das partes, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)**

1. O objeto do presente instrumento é o Registro de Preços para Eventual e Futura Contratação de Empresa de Locação de Veículos para Transporte de Pessoal. nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

**1.1 Objeto da contratação:**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO MICRO-ÔNIBUS, POR KM RODADO Locação de veículo tipo micro-ônibus, por km rodado, motor Turbo a Diesel 4 cilindros, com 1 porta (embarque e desembarque), display digital, tacógrafo eletrônico, capacidade mínima de 28 (vinte e oito) passageiros, com motorista, ar condicionado, cinto de segurança em todos os assentos, com no máximo 10 (dez) anos de uso, itens de	25089	KM	6500	-	-

	segurança conforme exigências do DENATRAN; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para uso no perímetro urbano e zona rural; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção.					
2	<p>LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, POR DIÁRIA</p> <p>Locação de veículo tipo ônibus, por diária, motor Turbo a Diesel 4 cilindros, com 1 porta (embarque e desembarque), plataforma de acessibilidade, display digital, tacógrafo eletrônico, máximo 10 (dez) anos de fabricação, capacidade mínima de 40 (quarenta) passageiros, com ar condicionado, bagageiros externos lateral e interno de teto, cinto de segurança em todos os assentos, cortinas nas janelas, poltronas reclináveis, com banheiro; itens de segurança conforme exigências do DENATRAN; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para viagens nas modalidades urbana e intermunicipais; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção. Diária de até 500km.</p>	25089	DIÁRIA	46	-	-
3	<p>LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, POR KM RODADO</p> <p>Locação de veículo tipo ônibus, por km rodado, motor Turbo a Diesel 4 cilindros, com 1 porta (embarque e desembarque), plataforma de acessibilidade, display digital, tacógrafo eletrônico, máximo 10 (dez) anos de fabricação, capacidade mínima de 40 (quarenta) passageiros, com ar condicionado, bagageiros externos lateral e interno de teto, cinto de segurança em todos os assentos, cortinas nas janelas, poltronas reclináveis, com banheiro; itens de segurança conforme exigências do DENATRAN; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para viagens nas modalidades urbana e intermunicipais; todos os veículos devidamente</p>	25089	KM	12400	-	-



	cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção.					
4	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN, POR KM RODADO Locação de veículo tipo Van, por km rodado, motor 4 cilindros, com capacidade mínima de 16 (dezesesseis) passageiros, com no máximo 5 (cinco) anos de uso; com motorista, ar condicionado; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para uso no perímetro urbano e zona rural; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção.	25089	KM	16617	-	-
<b>TOTAL:</b>						-

**1.2** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta do contratado;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**2.1** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.2** O prazo de vigência poderá ser prorrogado, com a confecção de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

**3.1** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

1.

## **CLÁUSULA QUARTA SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

**5.1** O valor da contratação é de R\$

**5.2** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**5.3** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

2.

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

**6.1** O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

**7.1** Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **25/02/2026**

**7.2** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.4** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**7.5** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**7.6** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.7** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.8** O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

**8.1** São obrigações do Contratante:

**8.2** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**8.3** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

**8.4** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**8.5** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**8.6** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.7** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência;

**8.8** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

**8.9** Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições.

**8.10** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**8.10.1** A Administração terá o prazo de 05 (cinco), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**8.11** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 72(setenta e duas) horas.

**8.12.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**8.13.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

**9.1** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**9.2** Os produtos entregues deverão ser de primeira qualidade, novos e em perfeito estado.

**9.3** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**9.4** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**9.5** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**9.6** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**9.7** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**9.8** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;

**9.9** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**9.10** A Contratada se obriga a informar, para fins de recebimento de citações, intimações, ordem de serviço, e outras comunicações oficiais com a Secretaria requisitante, o nome do seu preposto, seu endereço comercial, E-mail (endereço eletrônico) e n.º de telefone móvel e fixo para contato.

**9.11** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**9.12** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**9.13** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**9.14** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**9.15** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**9.16** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.17** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

**9.18.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**9.19** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

**9.20** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**9.21** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**9.22** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**9.23** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

**10.1** Não haverá exigência de garantia contratual da execução nos termos art. 92, XII, da Lei nº. 14.133/2021, por razões da baixa complexidade do objeto, com base no Estudo Técnico Preliminar - ETP e Matriz de Gerenciamento de Riscos, elaborados para a contratação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DO SERVIÇO**

**11.1** A contratação conta com garantia de 12 meses do objeto a ser entregue, nos termos do artigo 92, XIII, da Lei nº. 14.133/2021, o que configura obrigação futura, com base no Estudo Técnico Preliminar ETP e Matriz de Gerenciamento de Riscos e exigência no Termo de Referência, elaborados para a contratação.

**11.2** A CONTRATADA deverá assegurar a plena qualidade dos serviços prestados, responsabilizando-se integralmente por quaisquer vícios, falhas ou irregularidades, ainda que constatados após a execução, obrigando-se a corrigi-los, refazê-los ou substituí-los, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Administração.

**11.3** O serviço de transporte rotineiro será realizado nos períodos de horário comercial, de segunda a sexta-feira, de acordo com o calendário da Prefeitura Municipal de Ariquemes, podendo também ser demandado aos finais de semana e feriados, conforme necessidade da demandante.

**11.4** Os itinerários dispostos nas tabelas acima poderão ser ampliados, reduzidos e/ou suprimidos, bem como, poderão ser criados novos itinerários, a critério da unidade demandante.

**11.5** Excepcionalmente, e devidamente comunicada pelo Fiscal do Contrato, em até 24 (vinte e quatro) horas, será solicitada a suspensão temporária do serviço de transporte rotineiro em função de paralizações ou impossibilidade de realizar os serviços.

**11.6** O pagamento do serviço de transporte rotineiro será realizado mensalmente, conforme item 7 do Termo de Referência.

**11.7** O quilômetro rodado é a unidade de medida adotada para mensurar o pagamento dos serviços de transporte rotineiro

**11.8** A contabilização do quilômetro rodado inicia-se no local de embarque e conclui-se no local de desembarque, em consonância com os instrumentos legais pertinentes, sendo expressamente proibida a inserção do chamado "percurso morto" (trecho de deslocamento entre a garagem da CONTRATADA e o local de embarque da CONTRATANTE sem o transporte de passageiros), sob pena de responsabilidade nos termos deste Instrumento.

**11.9** A quilometragem percorrida pelos veículos, a cada deslocamento, será determinada pela leitura do aparelho indicador (hodômetro) juntamente com o relatório de rastreamento veicular atualizado e disponibilizado pela contratada. Em caso de dúvidas quanto a calibração do hodômetro, o disco de tacógrafo do painel dos instrumentos será utilizado para mensurar o quilômetro rodado.

**11.10** No caso de impossibilidade de obter os dados dos instrumentos do subitem 5.3.8, por dano fortuito, além de ser exigida a sua imediata reparação ou substituição, a quilometragem deverá ser apurada pela CONTRATADA de acordo com o trajeto percorrido, sob aprovação da CONTRATANTE, sem prejuízo de glosas.

**11.11** Será objeto de cobrança apenas a quilometragem constante dos demonstrativos das requisições de transporte a serviço da CONTRATANTE, a ser conferida e aprovada pelo fiscal do contrato, de acordo com o trajeto e data da realização do serviço, verificados no transporte.

**11.12** A CONTRATADA fica obrigada a deduzir a quilometragem que foi utilizada para abastecimento, manutenção, ou qualquer deslocamento do veículo fora do percurso definido pela contratante.

**11.13** A Requisição de Transporte gerada pela CONTRATADA deverá ser entregue ao motorista, sendo conferida e atestada setorialmente pelos servidores da comissão de recebimento, e posteriormente ratificada e homologada pelo Gestor do Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

**12.1** A Empresa Contratada compromete-se a cumprir integralmente as disposições da LGPD e demais normas aplicáveis à proteção de dados.

**12.2** A Empresa Contratada será responsável por implementar medidas de segurança da informação apropriadas para proteger os dados pessoais tratados durante a prestação dos serviços.

**12.3** A Empresa Contratada só poderá coletar, processar ou armazenar dados pessoais estritamente necessários para a execução dos serviços contratados.

**12.4** A coleta e o tratamento dos dados pessoais devem ser realizados de acordo com os princípios da LGPD, incluindo a finalidade específica, adequação, necessidade, consentimento e transparência.

**12.5** Caso haja transferência internacional de dados, a Empresa Contratada compromete-se a adotar as medidas necessárias para assegurar que a transferência esteja em conformidade com a LGPD.

**12.6** A Empresa Contratada notificará imediatamente a Contratante sobre qualquer transferência internacional de dados pessoais.

**12.7** A Empresa Contratada implementará medidas de segurança da informação apropriadas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, divulgação, alteração e destruição não autorizadas.

**12.8** A Empresa Contratada realizará auditorias regulares de segurança da informação e informará a Contratante sobre quaisquer incidentes de segurança que possam afetar a proteção dos dados pessoais.

**12.9** A Empresa Contratada notificará a Contratante sem demora indevida no caso de qualquer violação de segurança que possa comprometer a confidencialidade, integridade ou disponibilidade dos dados pessoais.

**12.10** A notificação incluirá informações detalhadas sobre a natureza da violação, as possíveis consequências e as medidas tomadas para mitigar os riscos.

**12.11** A Empresa Contratada e seus funcionários envolvidos nos serviços comprometem-se a manter a confidencialidade dos dados pessoais tratados durante a vigência do contrato e após seu término.

**12.12** A obrigação de confidencialidade abrange todas as informações relacionadas aos dados pessoais, incluindo processos, procedimentos e tecnologias.

**12.13** A Contratante reserva-se o direito de realizar auditorias periódicas para verificar a conformidade da Empresa Contratada com as disposições deste contrato e com as obrigações decorrentes da LGPD.

**12.14** A Empresa Contratada colaborará integralmente com tais auditorias, fornecendo acesso a documentos, registros e pessoal necessário.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**13.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- i) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso VI da Lei 14.133/2021.

**13.2** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I - Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**II - Multa:**

**1.** moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

**2.** moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

**2.1** O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**3.** compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

**III - Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **b**, **c**, **d** e **i** do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **e**, **f**, **g** e **h** do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas **b**, **c**, **d** e **i** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.3** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**13.4** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.4.1** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

**13.4.2** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.4.3** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**13.5** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**13.6** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o Contratante;
- f)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.7** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**13.8** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.9** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.10** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**13.11** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

**14.1** O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**14.1.1** O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**14.1.2** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**14.1.3** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**14.3** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**14.3.1** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**14.3.2** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**14.3.2.1** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**14.4** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**14.4.1** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**14.4.2** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**14.4.3** Indenizações e multas.

**14.5** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

**15.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

##### **SEMOSP**

**Órgão:** Prefeitura Municipal de Ariquemes

**Unidade Orçamentária:** Secretaria Municipal de Obras;

**Programação:** 04.122.0038.2650.0000 - Manutenção das Atividades da SEMOSP

04.122.0038.2652.0000 - Manutenção e Conservação de Frotas

15.451.0012.2654.0000 - Manut. Conserv. e Recup. de Estradas Vicinais

**Elemento Despesa:** 3.3.90.39.00-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica / 3.3.90.36.00-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física;

**Fonte de Recursos:** RP-0.1.500; Recursos de Exercícios Anteriores - 0.2.500; Transferência da União

Referente a Compensação Financeira de Recursos Minerais - 0.1.708.

##### **SEMTEC**

**Órgão:** Prefeitura Municipal de Ariquemes

**Unidade Orçamentária:** Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura

**Programação:** 27 122 0019 2800 - Manutenção das Atividades da SEMTEC;

**Programação:** 13 392 0020 2801 - Promoção da Cultura;

**Programação:** 27 812 0021 - Fomento ao Esporte Comunitário e Lazer;

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

**Fonte de Recurso:** RP Próprio/Convenio.

##### **F.M.D.P.I**

**Órgão:** Prefeitura Municipal de Ariquemes

**Unidade Orçamentária:** Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

**Programação:**

08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 241 ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA

08 241 0016 PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

08 241 0016 2424 0000 PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

**Elementos de Despesas:**

3.3.50.41.00 - Contribuições;

3.3.90.14.00 - Diárias - Civil;

3.3.90.30.00 - Material de consumo;

3.3.90.33.00 - Passagens e despesas com locomoção;

3.3.90.39.00 - Outros serviços de terceiros - Pessoa jurídica;

4.4.90.52.00 - Equipamentos e material permanente.

**Fonte de Recursos:**

1.500 - Recursos Próprios / 1.750 - Recursos Próprios (doações).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

**16.1** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as



disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

3.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ALTERAÇÕES**

**17.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**17.2** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**17.3** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO**

**18.1** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO (art. 92, §1º)**

**19.1** Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Ariquemes/RO, xx de xxx de 2026.






CONTRATANTE	CONTRATADO
Prefeitura Municipal de Ariquemes CNPJ: 04.104.816/0001-16	Representante CNPJ: _____

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional - Ariquemes/RO CEP: 76.872-854  
Contato: (69) 3516-2000 - Site: [www.ariquemes.ro.gov.br](http://www.ariquemes.ro.gov.br) - CNPJ: 04.104.816/0001-16

 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por <b>MARIA EDUARDA BISSOLI NOVAIS, ESTAGIÁRIO NÃO REMUNERADO</b> , em 20/04/2026 às 12:22, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do <a href="#">Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.</a>
 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por <b>NATANAEL EMERSON PEREIRA DE LIMA, SECRETARIO MUNICIPAL - SEMTEC</b> , em 20/04/2026 às 12:27, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do <a href="#">Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.</a>
 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por <b>MICHELINE BARCELOS, SEC MUNIC DESENV SOCIAL (COMISSAO)</b> , em 20/04/2026 às 12:43, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do <a href="#">Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.</a>
 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por <b>MARCOS VENICIO ARAUJO RAPOSO, SECRETÁRIO DE OBRAS</b> , em 20/04/2026 às 13:55, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do <a href="#">Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.</a>
 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por <b>LAURA BEZERRA DA SILVA, COORDENADORA DE ARTEFATOS DIGITAIS</b> , em 20/04/2026 às 14:05, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do <a href="#">Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.</a>



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.ariquemes.ro.gov.br](https://transparencia.ariquemes.ro.gov.br), informando o ID **3900730** e o código verificador **A9073234**.

#### Documentos Relacionados

Seq.	Documento	Data	ID
1	Termo de Referência 120/2026 retifi	29/04/2026	<a href="#">3959325</a>

Referência: [Processo nº 8-29420/2025](#).

Docto ID: 3900730 v7



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES  
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
30/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES  
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 0XX/SML/2026  
PROCESSO N.º 29420 SEMOSP/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 00/2026/PREGAO/SML/PMA-GSRP

Aos xx dias do mês de xxxx do ano de dois mil e vinte e seis, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.104.816/0001-16, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº. 2.166, nesta cidade de Ariquemes - RO, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal 19.359 de 21 de Dezembro de 2022, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao PREGÃO ELETRÔNICO nº. XX/SML/2026, em virtude de deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pela Excelentíssima Senhora Prefeita, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações dos Anexos I do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

**CLÁUSULA I - DO OBJETO**

O objeto da presente ata é o Registro de Preço para Eventual e Futura Contratação de Empresa de Locação de Veículos para Transporte de Pessoal, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Ariquemes/RO por um período de 12 (doze) meses.

**TABELA I**

1. LICITANTE: .....  
CNPJ:.....TEL/FAX:..... E-MAIL: .....  
ENDEREÇO:..... CEP: ..... Cidade:.....  
NOME DO REPRESENTANTE:....., inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº. ....RG sob o nº. ....  
DETENTORA DO ITEM (S):.....

**PLANILHA COM ITENS/ VALORES DA (S) EMPRESA (S) DETENTORA (S)**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT (R\$)	EMPRESA DETENTORA
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO MICRO-ÔNIBUS, POR KM RODADO Locação de veículo tipo micro-ônibus, por km rodado, motor Turbo a Diesel 4 cilindros, com 1 porta (embarque e desembarque), display digital, tacógrafo eletrônico, capacidade mínima de 28 (vinte e oito) passageiros, com motorista, ar condicionado, cinto de segurança	KM	6500	xxx	xxx	xxx

	em todos os assentos, com no máximo 10 (dez) anos de uso, itens de segurança conforme exigências do DENATRAN; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para uso no perímetro urbano e zona rural; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção.					
2	<p><b>LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, POR DIÁRIA</b></p> <p>Locação de veículo tipo ônibus, por diária, motor Turbo a Diesel 4 cilindros, com 1 porta (embarque e desembarque), plataforma de acessibilidade, display digital, tacógrafo eletrônico, máximo 10 (dez) anos de fabricação, capacidade mínima de 40 (quarenta) passageiros, com ar condicionado, bagageiros externos lateral e interno de teto, cinto de segurança em todos os assentos, cortinas nas janelas, poltronas reclináveis, com banheiro; itens de segurança conforme exigências do DENATRAN; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para viagens nas modalidades urbana e intermunicipais; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção. Diária de até 500km.</p>	DIÁRIA	46	xxx	xxx	xxx
3	<p><b>LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, POR KM RODADO</b></p> <p>Locação de veículo tipo ônibus, por km rodado, motor Turbo a Diesel 4 cilindros, com 1 porta (embarque e desembarque), plataforma de acessibilidade, display digital, tacógrafo eletrônico, máximo 10 (dez) anos de fabricação, capacidade mínima de 40 (quarenta) passageiros, com a condicionado, bagageiros externos lateral e interno de teto, cinto de segurança em todos os assentos, cortinas nas janelas, poltronas reclináveis, com banheiro; itens de segurança conforme exigências do DENATRAN; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA,</p>	KM	12400	xxx	xxx	xxx

	seguro e manutenção; para viagens nas modalidades urbana e intermunicipais; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção.					
4	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN, POR KM RODADO Locação de veículo tipo Van, por km rodado, motor 4 cilindros, com capacidade mínima de 16 (dezesesseis) passageiros, com no máximo 5 (cinco) anos de uso; com motorista, ar condicionado; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para uso no perímetro urbano e zona rural; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção.	KM	16617	xxx	xxx	xxx
<b>TOTAL:</b>						<b>xxx</b>

## CLÁUSULA II - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

**2.1.** O órgão gerenciador será a Gerência do Sistema de Registro de Preço - GSRP da Prefeitura Municipal de Ariquemes.

**2.2.** Caberá à Gerência do Sistema de Registro de Preço - GSRP a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente, conforme art. 66, § 1º, do Decreto municipal 19.359/22.

**2.3.** No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão Participante assim como as demais atribuições previstas no art. 67 e 68 do Decreto municipal 19.359/22.

**2.4.** São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item na ARP nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade
1	SEMTEC	KM	6500
2	SEMTEC,F.M.D.P.I	DIÁRIA	22,24
3	SEMTEC,F.M.D.P.I	KM	12000,400
4	SEMOSP	KM	16617

## CLÁUSULA III - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**3.1** Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, as secretarias municipais da prefeitura de Ariquemes que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

**3.2** As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere no item anterior não poderão exceder, por secretaria, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

**3.3** O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado

na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.

**3.4** Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

**3.5** As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**3.6** Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

## **CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**4.1** O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados o prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia

**4.1.1** Podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

**4.1.2** No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

**4.1.2.1** O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

**4.2** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

**4.3** As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta - contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**4.3.1** Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

a) Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

b) A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

c) O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

d) A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

**4.4** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**4.5** Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá se credenciar no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no processo eletrônico municipal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

## **CLÁUSULA V - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**5.1** O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

**I** - for liberado;

**II** - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

**III** - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**IV** - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

**V** - não aceitar o preço revisado pela Administração.

**5.2** A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

**I** - pelo decurso do prazo de vigência;

**II** - pelo cancelamento de todos os preços registrados;

**III** - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

**IV** - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

**5.3** No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa

## **CLÁUSULA VI - DO PROCEDIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**6.1** Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.

**6.2** A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.

**6.3** A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata.

**6.4** A impugnação deverá ser endereçada a Diretoria de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: [registrodepreco.pma@gmail.com](mailto:registrodepreco.pma@gmail.com) (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo Gerente de Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), pelos telefones (069) 3516-2021 e 3516 -2020) ou ainda, protocolado o original junto a Prefeitura Municipal de Ariquemes, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, situada na Av. Tancredo Neves, nº 2.166 Setor Institucional em Ariquemes/RO CEP: 76.872-854.

**6.5** Ao receber a impugnação, a Diretoria de Registro de Preço instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.

**6.6** Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gerente de Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.

**6.7** Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação na imprensa oficial.

**6.8** Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.

**6.9** Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

**6.10** Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

## **CLÁUSULA VII - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO**

**7.1** Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências

incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**7.2** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

**7.2.1** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

**7.2.2** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

**7.2.3** A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

**7.3** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

**I** - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

**II** - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

**III** - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

**IV** - seja realizada ampla pesquisa de mercado;

**V** - seja feita negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.

**7.3.1** A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

**7.3.2** Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

**7.3.3** Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

**7.3.4** Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

**7.3.5** Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

**7.3.6** Liberado o fornecedor na forma do item 7.3.5, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

**7.3.7** Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

**7.3.8** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

**7.3.9** Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a



próxima ordem fornecimento ou nota de empenho.

## **CLÁUSULA VIII - DA RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS REGISTRADOS**

**8.1** Em conformidade com o disposto no art. 1º do Decreto nº 21.515/2024, que altera os artigos 22 e 23 do Decreto nº 20.626/2024, bem como no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica autorizada a renovação dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo originalmente licitado, desde que observadas as condições estabelecidas para a prorrogação de sua vigência.

**8.2** A renovação dos quantitativos registrados poderá ser efetivada mediante o atendimento cumulativo dos seguintes requisitos:

**8.2.1** comprovação, pela Administração, de que os preços registrados permanecem vantajosos, em observância aos princípios da economicidade e eficiência;

**8.2.2** previsão expressa da possibilidade de renovação nos documentos convocatórios e na fase preparatória do processo licitatório;

**8.2.3** justificativa técnica elaborada pela unidade requisitante, demonstrando a efetiva necessidade de manutenção ou incremento dos quantitativos para atender ao interesse público.

**8.3** A renovação dos quantitativos deverá ser formalizada mediante termo aditivo específico, mantendo-se as condições originalmente pactuadas e respeitando-se os limites e disposições estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021, de modo a assegurar o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

## **CLÁUSULA IX - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO**

**9.1** As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente ordenador de despesa, conforme consta na Cláusula IX Da Dotação Orçamentária.

**9.2** Autorizadas às aquisições será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.

**9.3** Após a assinatura do contrato se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

## **CLÁUSULA X - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**10.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- i)** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso VI da Lei 14.133/2021.

**10.2** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I - Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**II - Multa:**

**10.2.1** moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

**10.2.2** moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

**10.2.3** O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**10.3** compensatória de 15 % (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

**III - Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d e i do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g, e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d e i que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**10.4** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**10.5** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**10.5.1** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

**10.5.2** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**10.5.3** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**10.6** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**10.7** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.8** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**10.9** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**10.10** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**10.11** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**10.12** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022

## CLÁUSULA XI - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

**11.1** Conforme artigos 72, § 4º e seus incisos do Decreto municipal 19.359/22, o cadastro de reserva de fornecedores ocorrerá após o encerramento da etapa competitiva, com por finalidade especial atender a superveniente exclusão do primeiro fornecedor classificado.

**11.2** Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:

**11.2.1** O registro a que se refere o item 9.2 deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no § 4º do caput, nos incisos II, IV e V do art. 79, no inciso III do art.80, e no art. 81, do Decreto municipal 19.359/22;

**11.2.2** Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 9.2, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;

**11.2.3** A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 9.2, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

## CLÁUSULA XII - DAS CONDIÇÕES GERAIS

**12.1** As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e em seus anexos como Termo de Referência e Minuta de contrato.

## CLÁUSULA XIII - DAS INFORMAÇÕES GERAIS

**13.1** Mais informações poderão ser adquiridas pelos telefones (0xx69) 3516-2021 com a Sr(a). Izabel Farias da Costa ou na sala da Superintendência Municipal de Licitação, situada no Centro Administrativo Municipal, 1º piso, na Avenida Tancredo Neves, Nº. 2.166, Setor Institucional, Ariquemes-RO, de segunda à sexta-feira, das 07h30min às 13h30min

## CLÁUSULA XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**14.1** Integram esta Ata o Edital de Pregão Eletrônico Nº. XX/SML/2026, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do Processo nº. 29420 SEMOSP/2025.

**14.2** A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, Pregão Eletrônico Nº. 0XX/2026/PREGAO/SML/PMA, pela Excelentíssima Senhora Prefeita.

## ÓRGÃO GERENCIADOR

Izabel Farias da Costa

Presidente do Sistema de Registro de Preços

## EMPRESA (S) DETENTORA (S) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Empresa: .....

Representante:.....

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional - Ariquemes/RO CEP: 76.872-854  
Contato: (69) 3516-2000 - Site: [www.ariquemes.ro.gov.br](http://www.ariquemes.ro.gov.br) - CNPJ: 04.104.816/0001-16



Documento assinado eletronicamente por **MARIA EDUARDA BISSOLI NOVAIS, ESTAGIÁRIO NÃO REMUNERADO**, em 20/04/2026 às 12:42, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **IZABEL FARIAS DA COSTA, Diretora da DGSRP**, em 20/04/2026 às 12:49, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LAURA BEZERRA DA SILVA, COORDENADORA DE ARTEFATOS DIGITAIS**, em 20/04/2026 às 14:05, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.ariquemes.ro.gov.br](https://transparencia.ariquemes.ro.gov.br), informando o ID **3903029** e o código verificador **1D59A825**.

Documentos Relacionados			
Seq.	Documento	Data	ID
1	Termo de Referência 120/2026 retifi	29/04/2026	<a href="#">3959325</a>

Referência: [Processo nº 8-29420/2025](#).

Docto ID: 3903029 v5



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**MINUTA DA ATA DE CADASTRO RESERVA**  
**20/2026**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**  
**SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 0XX/SML/2026**  
**CADASTRO RESERVA DE FORNECEDORES N.º**  
**PROCESSO N.º 29420 SEMOSP/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 00/2026/PREGAO/SML/PMA-GSRP**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.104.816/0001-16, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº. 2.166, nesta cidade de Ariquemes-RO, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal 19.359 de 21 de Dezembro de 2022, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas e a empresa listada abaixo, classificadas em 1º, 2º e 3º lugar no(s) lote(s) xxxx do Pregão Eletrônico nº xx/xx, resolvem registrar os preços para **FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA**, para eventual fornecimento futuro do objeto descrito no Anexo I - (Termo de referência) do Edital do referido Pregão, com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, sujeitando-se as partes às determinações legais, bem como à legislação complementar vigente e pertinente à matéria.

**CLÁUSULA I - DO OBJETO**

**1.1** O objeto da presente ata é o Registro de Preços para Eventual e Futura Contratação de Empresa de Locação de Veículos para Transporte de Pessoal para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Ariquemes/RO por um período de 12 (doze) meses.

1. LICITANTE: .....

CNPJ:.....TEL/FAX:..... E-MAIL: .....

ENDEREÇO:..... CEP: ..... Cidade:.....

NOME DO REPRESENTANTE:....., inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº. ....RG sob o nº. ....

DETENTORA DO ITEM (S):.....

**PLANILHA COM ITENS/ VALORES DA (S) EMPRESA (S) REGISTRADAS:**

ITEM NA ARP	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	ORDEM CADASTRO RESERVA	MARCA	V. UNIT. DO ITEM EM R\$	EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
1	XXX	UND	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX
2	XXX	UND	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX

Os quantitativos, bem como as condições de fornecimento obedecerão às regras constantes do referido Edital e seus anexos, sendo que a existência de preços registrados não obriga a

Administração a contratar, facultando-se a Prefeitura Municipal de Ariquemes a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, forma e data.


**ÓRGÃO GERENCIADOR**

Izabel Farias da Costa  
Presidente do Sistema de Registro de Preços

**EMPRESA (S) DETENTORA (S) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**


Empresa: .....  
Representante:.....

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional - Ariquemes/RO CEP: 76.872-854  
Contato: (69) 3516-2000 - Site: [www.ariquemes.ro.gov.br](http://www.ariquemes.ro.gov.br) - CNPJ: 04.104.816/0001-16




SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA  
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **IZABEL FARIAS DA COSTA, Diretora da DGSRP**, em 20/04/2026 às 12:50, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).




SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA  
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **MARIA EDUARDA BISSOLI NOVAIS, ESTAGIÁRIO NÃO REMUNERADO**, em 20/04/2026 às 12:50, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA  
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **LAURA BEZERRA DA SILVA, COORDENADORA DE ARTEFATOS DIGITAIS**, em 20/04/2026 às 14:05, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.ariquemes.ro.gov.br](http://transparencia.ariquemes.ro.gov.br), informando o ID **3903320** e o código verificador **90DD9F84**.

Documentos Relacionados				
Seq.	Documento	Data	ID	
1	Termo de Referência 120/2026 retifi	29/04/2026	<a href="#">3959325</a>	

Referência: [Processo nº 8-29420/2025](#). Docto ID: 3903320 v2

## PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES

## Estudo Técnico Preliminar 82/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 29420/2025

## 2. Descrição da necessidade

**2.1** A presente contratação tem por objetivo atender às necessidades das Secretarias Municipais participantes quanto ao deslocamento de servidores, colaboradores e demais profissionais no exercício de atividades administrativas, operacionais e institucionais, que demandam transporte frequente para execução de ações externas e atendimento às demandas de interesse público.

**2.2** As Secretarias Municipais realizam constantemente atividades fora de suas sedes administrativas, como fiscalizações, vistorias técnicas, acompanhamento de obras e contratos, reuniões institucionais, capacitações, visitas técnicas, execução de programas e ações governamentais, além de outras atividades inerentes às atribuições institucionais, que exigem deslocamentos regulares.

**2.3** A atual disponibilidade de veículos próprios, em alguns casos, mostra-se insuficiente para atender à totalidade das demandas existentes, além de haver situações em que veículos encontram-se indisponíveis em razão de manutenção preventiva ou corretiva, o que compromete a execução das atividades externas e pode ocasionar atrasos na prestação dos serviços públicos. A insuficiência de meios adequados de transporte impacta diretamente a eficiência administrativa, dificultando o cumprimento das atribuições institucionais e a execução de políticas públicas voltadas à população.

**2.4** A necessidade também está relacionada à garantia da continuidade dos serviços públicos, considerando que diversas atividades desenvolvidas pelas Secretarias Municipais dependem de deslocamento de pessoal para execução de ações em campo, atendimento às comunidades, acompanhamento de projetos e demais atividades operacionais.

**2.5** A demanda por transporte de pessoal apresenta caráter contínuo, considerando a necessidade permanente de deslocamento para atendimento às atividades administrativas e operacionais das Secretarias Municipais, variando conforme a programação e surgimento de demandas ao longo do exercício.

**2.6** A ausência de transporte adequado pode ocasionar prejuízos à execução das atividades institucionais, tais como atraso em fiscalizações, dificuldades no acompanhamento de obras e contratos, limitação na execução de programas governamentais e comprometimento do atendimento à população.

**2.7** Dessa forma, verifica-se que a necessidade está relacionada à garantia de mobilidade para execução das atividades institucionais, à continuidade dos serviços públicos e à melhoria da eficiência administrativa, sendo indispensável a adoção de medidas que assegurem o atendimento dessa demanda de forma adequada e alinhada ao interesse público.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
FUNDO MUNICIPAL EM DEFESA DA PESSOA IDOSA	Micheline Barcelos
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA	Natanael Emerson Pereira de Lima
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	Marcos Venício Araújo Raposo



## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

**4.1** Em observância ao art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e à Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, os requisitos da contratação foram definidos com base nas necessidades institucionais, padrões de mercado e exigências legais aplicáveis, visando garantir a adequada execução do objeto e o atendimento ao interesse público.

### 4.2 Requisitos Funcionais

**4.2.1** A contratação deverá contemplar a disponibilização de veículos destinados ao transporte de pessoal para atendimento das demandas administrativas e operacionais das Secretarias Municipais participantes.

Assim, os serviços deverão atender aos seguintes requisitos funcionais:

- Disponibilização de veículos em boas condições de uso, conservação e funcionamento;
- Veículos devidamente licenciados e regularizados junto aos órgãos competentes;
- Disponibilização dos veículos conforme demanda das Secretarias participantes;
- Substituição imediata do veículo em caso de falha mecânica, manutenção ou indisponibilidade;
- Veículos com capacidade adequada para transporte de servidores e colaboradores;
- Atendimento às demandas administrativas e operacionais das Secretarias Municipais;
- Disponibilização dos veículos durante o período de vigência da contratação;
- Atendimento simultâneo a mais de uma Secretaria, quando necessário;
- Possibilidade de atendimento em dias úteis e, quando necessário, finais de semana e feriados, conforme demanda da Administração;
- Disponibilização de veículos com documentação obrigatória regular.

### 4.3 Requisitos Não Funcionais

Além dos requisitos operacionais, a contratação deverá atender aos seguintes requisitos não funcionais:

- Veículos com boas condições de segurança, conforto e higiene;
- Veículos com manutenção preventiva e corretiva em dia;
- Disponibilidade contínua dos veículos conforme demanda;
- Atendimento dentro dos prazos estabelecidos pela Administração;
- Responsabilidade da contratada pela manutenção, seguro e regularização dos veículos;
- Responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, quando aplicável;
- Garantia de qualidade e confiabilidade na prestação dos serviços;
- Atendimento às normas de segurança e legislação de trânsito vigente;
- Comunicação eficiente entre contratada e Administração para atendimento das demandas.

### 4.4 Padrões de Mercado

A contratação deverá observar os padrões normalmente praticados no mercado para locação de veículos, incluindo:

- Veículos com idade compatível com padrões de mercado;
- Veículos em bom estado de conservação e funcionamento;
- Manutenção preventiva e corretiva sob responsabilidade da contratada;
- Seguro dos veículos, quando aplicável;
- Documentação regular junto aos órgãos de trânsito;
- Substituição do veículo em caso de indisponibilidade;
- Disponibilização conforme demanda da Administração.

Tais exigências são comuns no mercado e não restringem a competitividade, permitindo ampla participação de empresas especializadas.

### 4.5 Requisitos Normativos e Legais

A contratação deverá observar a legislação vigente, incluindo:

- Lei nº 14.133/2021 — Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Código de Trânsito Brasileiro — Lei nº 9.503/1997;
- Normas do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN);
- Legislação trabalhista e previdenciária aplicável;





- Normas de segurança e transporte de passageiros;
- Demais legislações aplicáveis à locação de veículos e transporte de pessoal.

**4.6** Dessa forma, os requisitos definidos visam garantir que a contratação atenda às necessidades das Secretarias Municipais, assegurando qualidade, eficiência, segurança e continuidade na prestação dos serviços de transporte de pessoal.

## **5. Levantamento de Mercado**

**5.1** Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021 e à IN SEGES nº 58/2022, foram analisadas possíveis soluções disponíveis no mercado para atendimento da necessidade de transporte de pessoal das Secretarias participantes, com o objetivo de identificar a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública.

**5.2** Dentre as soluções identificadas, destacam-se:

### **5.2.1 Aquisição de veículos próprios**

**5.2.2** A Administração poderia optar pela aquisição de veículos próprios, tais como veículos leves, vans, micro-ônibus ou utilitários, destinados ao transporte de pessoal. Essa alternativa permitiria maior controle sobre a frota, disponibilidade contínua e personalização conforme as necessidades institucionais.

**5.2.3** Entretanto, essa solução demanda elevado investimento inicial, além de custos contínuos com manutenção preventiva e corretiva, seguros, documentação, licenciamento, gestão da frota, combustível, contratação de motoristas, bem como a depreciação natural dos veículos ao longo do tempo. Ademais, a aquisição de veículos não garante flexibilidade imediata para ampliação ou redução da frota conforme variação da demanda.

### **5.3 Contratação de serviços de transporte sob demanda**

**5.3.1** Outra alternativa consiste na contratação de serviços de transporte sob demanda, por meio de empresas especializadas, para atendimento pontual das necessidades da Administração. Essa modalidade possibilita a utilização dos veículos apenas quando necessário, podendo representar economia em situações de baixa demanda.

**5.3.2** Contudo, essa solução pode apresentar limitações quanto à disponibilidade imediata de veículos, especialmente em períodos de maior demanda, além de possíveis dificuldades na padronização dos serviços, controle operacional e previsibilidade dos custos, comprometendo a continuidade e eficiência das atividades institucionais.

### **5.4 Parcerias ou contratos com empresas de transporte locais**

**5.4.1** A Administração também poderia firmar parcerias ou contratos com empresas de transporte locais, visando à disponibilização de veículos conforme demanda. Essa alternativa pode oferecer flexibilidade e diversidade de veículos, além de aproveitar a experiência operacional das empresas do setor.

**5.4.2** No entanto, essa solução pode apresentar limitações relacionadas à padronização da frota, condições de conservação dos veículos, disponibilidade imediata, controle de qualidade do serviço e previsibilidade orçamentária, fatores que podem impactar a execução das atividades institucionais.

### **5.4 Locação de veículos**

**5.4.1** A locação de veículos junto a empresas especializadas constitui alternativa amplamente utilizada pela Administração Pública, permitindo a disponibilização de veículos conforme a necessidade institucional, com maior flexibilidade operacional e redução das responsabilidades administrativas.

**5.4.2** Essa alternativa possibilita à Administração contar com veículos em condições adequadas de uso, com manutenção preventiva e corretiva sob responsabilidade da contratada, além de contemplar despesas relacionadas a seguro, substituição de veículos em caso de indisponibilidade, documentação e demais encargos operacionais.

**5.4.3** Além disso, a locação proporciona maior previsibilidade de custos, evita a imobilização de recursos públicos na aquisição de bens permanentes e permite adequação da frota conforme a variação da demanda, contribuindo para maior eficiência administrativa e continuidade dos serviços públicos.



## 6. Descrição da solução como um todo

**6.1** A solução consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos automotores, destinados ao transporte de pessoal a serviço da Administração, incluindo a disponibilização dos veículos em condições adequadas de uso, com manutenção preventiva e corretiva, seguro total, assistência técnica e substituição em caso de indisponibilidade. A proposta é adequada, proporcional e tecnicamente viável, atendendo ao interesse público ao assegurar a continuidade e eficiência da prestação dos serviços institucionais, em conformidade com os princípios do planejamento, economicidade, eficiência e continuidade do serviço público previstos na Lei nº 14.133.

**6.2** Diante da análise técnica realizada na fase preparatória, conclui-se que a realização de procedimento licitatório para Registro de Preços destinado à locação de veículos para transporte de pessoal constitui a alternativa mais vantajosa e adequada para suprir a necessidade administrativa identificada, garantindo flexibilidade, eficiência e adequada aplicação dos recursos públicos.

**6.3** A contratação compreenderá a disponibilização de veículos adequados às necessidades institucionais, sob regime de locação, incluindo todos os serviços correlatos indispensáveis à plena execução do objeto, tais como manutenção preventiva e corretiva, cobertura securitária total, assistência técnica, substituição de veículos em caso de indisponibilidade, regularização documental e demais encargos necessários à adequada utilização da frota.

**6.4** A solução contempla não apenas o fornecimento dos veículos, mas a prestação de serviço integrado de mobilidade institucional, transferindo à contratada a responsabilidade pela gestão operacional da frota locada, incluindo custos com manutenção, tributos, taxas, depreciação e riscos inerentes à propriedade dos veículos. Dessa forma, a Administração concentra-se em sua atividade finalística, sem necessidade de estruturar equipe ou setor específico para gestão de frota própria.

**6.5** A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se tecnicamente adequada em razão da natureza variável e contínua da demanda por transporte de pessoal. As necessidades de deslocamento institucional podem oscilar ao longo do exercício, conforme execução de programas, fiscalizações, visitas técnicas, reuniões externas e demais ações administrativas. O modelo de registro de preços possibilita contratações conforme a demanda efetiva, evitando tanto a ociosidade de veículos quanto a necessidade de contratações emergenciais.

**6.6** Do ponto de vista econômico, a solução apresenta vantajosidade em relação à aquisição de frota própria, considerando a eliminação de custos relacionados à depreciação patrimonial, manutenção corretiva imprevisível, renovação periódica da frota e gestão administrativa dos veículos. Além disso, promove maior previsibilidade orçamentária, uma vez que os valores são previamente registrados e contratados conforme necessidade.

**6.7** A solução também assegura continuidade do serviço público, uma vez que prevê substituição imediata de veículos em caso de falha ou indisponibilidade, reduzindo riscos de paralisação de atividades essenciais. Tal característica reforça a aderência aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público previstos na Lei nº 14.133.

**6.8** Os veículos disponibilizados deverão atender às demandas de deslocamento de servidores, colaboradores e demais profissionais vinculados à Administração, especialmente para a realização de atividades externas, tais como:

- Fiscalizações e vistorias técnicas;
- Acompanhamento de contratos e obras;
- Participação em reuniões institucionais e capacitações;
- Execução de programas e ações governamentais;
- Atendimento a demandas administrativas externas;
- Outras atividades de interesse da Administração.

**6.9** A solução deverá assegurar que os veículos estejam em conformidade com as normas de segurança, legislação de trânsito vigente e padrões mínimos de qualidade exigidos pela Administração, garantindo condições adequadas de conforto, segurança e confiabilidade durante os deslocamentos.

**6.10** A contratação por meio de Registro de Preços também proporcionará maior flexibilidade operacional, permitindo a ampliação ou redução da quantidade de veículos conforme a necessidade das Secretarias participantes, sem comprometer a continuidade das atividades institucionais.

**6.11** Além disso, a solução visa reduzir a sobrecarga administrativa relacionada à gestão de frota própria, incluindo manutenção, seguros, controle documental e demais atividades operacionais, permitindo que a Administração concentre seus esforços nas atividades finalísticas.

**6.12** Portanto, a solução adotada não se limita à locação isolada de veículos, mas configura modelo estruturado de atendimento à mobilidade institucional, garantindo flexibilidade operacional, racionalização de recursos públicos, mitigação de riscos administrativos e suporte adequado à execução das competências legais da Administração.

**6.13** Além dos veículos, a solução contempla a disponibilização de motoristas devidamente habilitados, qualificados e treinados, com observância à legislação de trânsito vigente, especialmente quanto à categoria da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível com



o tipo de veículo utilizado. Os condutores deverão atuar com responsabilidade, zelo, postura profissional e conhecimento básico das rotas e localidades de atuação.

**Da Renovação dos Quantitativos Registrados**

**6.14** Em conformidade com o disposto no art. 1º do Decreto nº 21.515/2024, que altera os artigos 22 e 23 do Decreto nº 20.626/2024, bem como no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica autorizada a renovação dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo originalmente licitado, desde que observadas as condições estabelecidas para a prorrogação de sua vigência.

**6.15** A renovação dos quantitativos registrados poderá ser efetivada mediante o atendimento cumulativo dos seguintes requisitos: comprovação, pela Administração, de que os preços registrados permanecem vantajosos, em observância aos princípios da economicidade e eficiência; previsão expressa da possibilidade de renovação nos documentos convocatórios e na fase preparatória do processo licitatório; justificativa técnica elaborada pela unidade requisitante, demonstrando a efetiva necessidade de manutenção ou incremento dos quantitativos para atender ao interesse público.

**6.16** A renovação dos quantitativos deverá ser formalizada mediante termo aditivo específico, mantendo-se as condições originalmente pactuadas e respeitando-se os limites e disposições estabelecidos na Lei Federal nº 14.133 /2021, de modo a assegurar o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

**Justificativa para não exigência de garantia contratual**

**6.17** Considerando o processo de Registro de Preços para Contratação de Empresa de Locação de veículos para transporte de pessoal na prestação de serviços vigia não armado, classificadas como materiais de consumo, destinado a atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Ariquemes/RO, opta-se pela não exigência de garantia contratual nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

**6.18** Essa decisão está fundamentada na análise da baixa complexidade técnica do objeto da contratação, que consiste no fornecimento de bens simples e padronizados, não demandando etapas de execução ou serviços de alta especialização. Além disso, a contratação apresenta baixo risco financeiro para a Administração Pública, dado o caráter de consumo e os valores unitários reduzidos dos itens a serem adquiridos, o que minimiza os impactos de eventual inadimplência. Destaca-se ainda que o sistema de registro de preços proporciona flexibilidade à Administração, permitindo que, em caso de descumprimento contratual, sejam realizadas contratações com fornecedores remanescentes, conforme previsto na legislação vigente.

**6.19** Adicionalmente, a exigência de garantia contratual poderia resultar em aumento dos custos indiretos para os fornecedores, impactando negativamente a competitividade do certame, especialmente no que tange à participação de pequenas e médias empresas. A natureza da contratação não justifica a adoção desta exigência, sendo a sua dispensa uma medida técnica e alinhada aos princípios da economicidade, eficiência e proporcionalidade na gestão de recursos públicos.

**7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

**7.4** Para chegar às quantidades solicitadas, a Gerência de Compras da Prefeitura enviou memorando circular as secretarias municipais solicitando as mesmas que estimassem os quantitativos necessários conforme sua demanda, devidamente justificados através de Memória de Cálculo:

Conforme o quadro abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS- SEMOSP	ID: 3773704
A Estimativa dos quantitativos foi elaborada pela Secretaria Municipal de Obras com base na média de consumo verificada nos últimos 12 (doze) meses, conforme relatório de consumo registrado em ata, o qual reflete a utilização real dos itens no período analisado. Com base nesse histórico, procedeu-se à projeção da demanda para o período de vigência da contratação, sendo acrescido o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) a título de reserva técnica, com o objetivo de assegurar a continuidade dos serviços públicos, atender possíveis variações de demanda e prevenir a ocorrência de desabastecimento.	
SEC. MUN. DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA - SEMTEC	ID: 3773726
A definição das quantidades estimadas para a locação de veículos foi realizada com base no levantamento das demandas previstas no planejamento anual da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura SEMTEC, considerando o histórico de atendimentos em anos anteriores, o calendário de eventos esportivos, culturais e turísticos, bem como a previsão de participação do Município de Ariquemes em eventos de âmbito municipal, regional e estadual. ID: 3773726 e CRC: 15820998 As estimativas levaram em consideração o número de pessoas transportadas, as distâncias médias percorridas, o tipo de veículo adequado para cada deslocamento e a frequência dos eventos ao longo do período de 12 (doze) meses, conforme detalhado a seguir: Item 1 Locação de micro-ônibus (6.500 km): A estimativa de 6.500 km refere-se ao atendimento de deslocamentos intermunicipais e regionais de médio porte, destinados principalmente ao transporte de	



equipes técnicas, atletas de modalidades coletivas e individuais, artesãos e produtores culturais para participação em feiras, exposições e competições esportivas. Considerou-se uma média de viagens para municípios próximos e de média distância, com percursos aproximados entre 300 km e 500 km por evento, ao longo do exercício, totalizando a quilometragem estimada. Item 2 Locação de ônibus por quilometragem (12.000 km): A quantidade estimada de 12.000 km está relacionada, principalmente, ao transporte de delegações de maior porte, com destaque para a participação do Município nos Jogos Intermunicipais de Rondônia JIR, bem como em outras competições oficiais organizadas por federações esportivas. A estimativa considera viagens intermunicipais de longa distância, incluindo deslocamentos de ida e volta, além de eventuais participações em outros eventos esportivos e institucionais ao longo do ano. Item 3 Locação de ônibus por diária (22 diárias): A previsão de 22 diárias foi calculada com base na necessidade de permanência do veículo à disposição da delegação municipal durante eventos com duração de vários dias, especialmente o JIR, que ocorre em período concentrado entre os meses de setembro e outubro, além de competições oficiais de modalidades como basquete e handebol previstas para os meses de outubro e novembro. Cada diária corresponde a até 500 km, contemplando deslocamentos locais, apoio logístico e retorno, conforme cronograma dos eventos. Item 4 Locação de van (5.000 km): A estimativa de 5.000 km para vans destina-se ao atendimento de deslocamentos urbanos e intermunicipais de pequeno porte, voltados ao transporte de grupos reduzidos, tais como dirigentes, equipes de apoio, atletas de modalidades individuais, artesãos e produtores culturais. Considerou-se a realização de diversas viagens ao longo do ano, especialmente para feiras locais, eventos regionais e atividades institucionais, com distâncias médias menores, justificando a utilização desse tipo de veículo.

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	ID: 3773760
<p>A estimativa de consumo foi definida com base nas necessidades operacionais do Projeto Idoso Feliz, considerando a utilização regular pela equipe técnica composta por 07 (sete) profissionais, bem como a realização de reuniões e atendimentos esporádicos com as pessoas idosas atendidas e/ou seus familiares ao longo do exercício de 2026.</p> <p>1 Chegou-se a esse cálculo de quilômetros 400 quilômetros, pensando principalmente nas ações realizadas pelo projeto de visitação domiciliar Idoso Feliz, que tem como uma de suas metas para o ano de 2026 realizar uma viagem ao Distrito Garimpo Bom Futuro, numa busca ativa de idosos em vulnerabilidade e isolamento social, que é o público alvo do projeto acima citado. Para estudo de uma possível inserção do projeto na localidade.</p> <p>2 Chegou-se a esse nº de diárias (24), pensando principalmente no atendimento aos usuários, familiares e/ou responsáveis dos idosos atendidos pelo projeto de visitação domiciliar Idoso Feliz. O qual preconiza no mínimo um encontro mensal para escuta, orientação troca de experiências, etc., sobre as ações realizadas. Isso justifica-se ainda pela necessidade de garantir deslocamento seguro, confortável e acessível, considerando as limitações de mobilidade comuns a essa faixa etária. Bem como por se tratar de um público vulnerável financeiramente e em sua maioria moradores dos bairros periféricos do município.</p>	

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 702.079,88

8.1 O custo estimado total da contratação é de R\$: 702.079,88 (Setecentos e dois mil e setenta e nove reais e oitenta e oito centavos).

8.2 A pesquisa de preço atende às metodologias da Instrução Normativa Nº. 001/SML/PMA/2021.de preço atende às metodologias da Instrução Normativa Nº. 001/SML/PMA/2021.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A adjudicação do Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços será considerado o critério menor preço **POR ITEM**, visando propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para o fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens.

9.2 O objetivo do parcelamento é o de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliara competitividade, sendo que este parcelamento é técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala, em conformidade com o estabelecido no ato convocatório pela Comissão de Licitação, de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021, cujos parâmetros de preços serão subsidiados com o **QUADRO COMPARATIVO/DEMONSTRATIVO DE PREÇOS**, permitindo ampliação da competição e favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para Administração, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado.



**9.3** Justifica-se o parcelamento, tendo em vista o objeto ser divisível e não haver prejuízo para o conjunto a ser licitado, nos termos do art. 40, da Lei 14.133/2021 e da Súmula/TCU 247:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade”

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

**10.1** Não se vislumbra a necessidade de realização de contratações correlatas para a execução do objeto proposto, qual seja, a eventual e futura contratação de empresa especializada na locação de veículos para transporte de pessoal.

**10.1.2** Isso porque a prestação do serviço será realizada de forma completa pela empresa contratada, a qual deverá disponibilizar veículos devidamente regularizados, com manutenção, seguros e demais encargos necessários ao pleno funcionamento incluídos no escopo contratual, conforme definido no Termo de Referência.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

**11.5** O objeto da contratação **está inserido** no Plano de Contratação Anual, conforme detalhado no item 3.5 do DFD das Secretarias Municipais:

**SEMOSP** - Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 158/2026, Nº DFD: 493/2025.

**SEMTEC** - Declaramos que a despesa consta no Plano de Contratações Anual - PCA, conforme Inciso VII do Artigo 12 da Lei Federal 14.133/21, com o Número da contratação: 158/2026, Nº DFD: 649/2025.

O objeto da contratação **não está** inserido no Plano de Contratação Anual, conforme detalhado no item 3.5 do DFD das Secretarias Municipais:

**F.M.D.P.I** - Justificamos a ausência do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (FMDPI) no Plano de Contratações Anual PCA de 2025, uma vez que o processo de cadastramento do referido fundo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) foi concluído apenas em 14 de novembro de 2024. Somente após essa data o FMDPI passou a estar apto a realizar movimentações orçamentárias e financeiras, bem como a elaborar projeções relativas às contratações anuais. Considerando que o prazo para envio do PCA de 2025 encerrou-se antes da finalização do referido cadastramento, não foi possível incluir o fundo neste planejamento, conforme já mencionado no Memorando 16 de 02/09/2025 (ID 3438625).

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

**12.1** A contratação de empresa especializada na locação de veículos para transporte de pessoal proporcionará uma série de benefícios estratégicos, operacionais e econômicos para a Administração Pública, assegurando maior eficiência e eficácia na execução de suas atividades.

**12.2** A seguir, os benefícios específicos que se pretende alcançar com a contratação, conforme as necessidades identificadas por cada Secretaria Municipal, informações estas que constam em seus respectivos Documentos de Formalização da Demanda (DFD):

**SEMOSP** - Com a realização desta contratação, a Secretaria passará a dispor de melhores condições logísticas para o transporte das equipes, proporcionando maior agilidade e eficiência no deslocamento até os locais de prestação dos serviços. Como resultado, haverá redução do tempo de espera para o início das atividades, permitindo que as equipes iniciem os trabalhos em tempo hábil. Espera-se, assim, um aumento significativo da produtividade, com a execução de obras de construção e serviços de manutenção de forma mais contínua, intensa e em menor prazo. A otimização do transporte também possibilitará melhor aproveitamento da jornada de trabalho dos



servidores, uma vez que a diminuição do tempo de deslocamento permitirá maior dedicação às atividades operacionais. Consequentemente, a Secretaria terá maior capacidade de atendimento às demandas da população e dos demais órgãos, reduzindo atrasos, minimizando o acúmulo de serviços e promovendo maior eficiência na prestação dos serviços públicos.

**SEMTEC** - A contratação permitirá à Administração Municipal dispor de meios adequados e contínuos para o transporte de pessoal vinculado às atividades da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura SEMTEC, assegurando maior organização e previsibilidade na execução das ações institucionais ao longo do período contratual. Como resultado, espera-se a melhoria da logística operacional, com otimização dos deslocamentos, redução de atrasos e maior integração entre as equipes envolvidas nos eventos, projetos e atividades desenvolvidas pelo Município. A disponibilidade de veículos locados contribuirá para a execução eficiente da programação prevista, garantindo o cumprimento de prazos e agendas estabelecidas. A contratação também proporcionará maior racionalização dos recursos públicos, ao permitir a utilização dos serviços conforme a demanda, evitando custos desnecessários com frota própria e manutenção, além de assegurar maior controle administrativo sobre os deslocamentos realizados. Por fim, o serviço de transporte contribuirá para a ampliação do alcance das ações promovidas pela SEMTEC, refletindo positivamente na participação em eventos, no fortalecimento institucional e na melhoria da imagem do Município de Ariquemes/RO, com impactos favoráveis na área cultural, esportiva e turística.

**F.M.D.P.I** - Espera-se, com a contratação, assegurar a continuidade das ações do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, ampliar o alcance do Projeto Idoso Feliz, melhorar a qualidade e a efetividade do atendimento prestado aos idosos e seus familiares, fortalecer as ações de acompanhamento, orientação e escuta qualificada, bem como contribuir para a consolidação das políticas públicas de proteção, promoção e garantia dos direitos da pessoa idosa no âmbito municipal

## 13. Providências a serem Adotadas

**13.1** Para realizar a contratação da empresa de locação de veículos, é necessário seguir algumas providências importantes, aqui estão algumas etapas a serem adotadas:

**13.2** Traçar rotas bem definidas para controle da quilometragem;

**13.3** Elaboração de cronograma detalhado com as datas e horários previstos para a utilização dos veículos, para otimizar o planejamento das atividades, garantindo que os veículos estejam disponíveis nos momentos necessários.

**13.4** Planejamento logístico das demandas de transporte, considerando a quantidade de pessoas a serem transportadas, locais de partida e destino, horários de saída e retorno, e eventuais paradas intermediárias. Isso permitirá uma distribuição eficiente dos recursos disponíveis.

**13.5** Monitoramento e controle da utilização dos veículos, incluindo o uso de sistemas de rastreamento por GPS, registro de quilometragem percorrida, controle de consumo de combustível, entre outros indicadores. Essas informações ajudarão a garantir o cumprimento das rotas estabelecidas e a identificar possíveis desvios ou problemas operacionais.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

**14.1** A contratação de serviços de locação de veículos pode ter impactos ambientais que devem ser considerados. Alguns dos possíveis impactos incluem:

**14.2** Emissões de gases de efeito estufa: Os veículos são movidos a combustíveis fósseis, como gasolina ou diesel, que emitem dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e outros gases de efeito estufa durante a queima. O uso frequente desses veículos pode contribuir para o aumento das emissões, intensificando o impacto das mudanças climáticas. Exigir que todos os veículos estejam em conformidade com as normas ambientais vigentes, incluindo inspeções regulares de emissão de poluentes. Implementar controle de manutenção obrigatória e priorizar veículos com tecnologias de redução de emissões, como catalisadores e sistemas de injeção eletrônica mais modernos.

**14.3** Poluição do ar: Além das emissões de gases de efeito estufa, os veículos também emitem poluentes atmosféricos, como óxidos de nitrogênio (NO<sub>x</sub>), monóxido de carbono (CO) e partículas finas. Esses poluentes podem ter efeitos negativos na qualidade do ar, afetando a saúde humana e o meio ambiente. Adotar critérios de sustentabilidade na contratação, priorizando veículos com maior eficiência energética e menor consumo de combustível. Incentivar o uso compartilhado dos veículos (otimização de rotas e caronas institucionais) e exigir da contratada práticas sustentáveis na manutenção, como uso racional de água e energia.

**14.4** Consumo de recursos naturais: A fabricação, manutenção e operação dos veículos demandam o uso de recursos naturais, como energia, água e materiais. A extração e o processamento desses recursos podem gerar impactos ambientais, como a degradação de ecossistemas e o esgotamento de recursos não renováveis. Exigir que a empresa contratada comprove a destinação ambientalmente



adequada de resíduos gerados, como óleos lubrificantes, pneus e filtros, conforme a legislação vigente. Além disso, solicitar a implementação de um plano de gerenciamento de resíduos, com comprovação documental de descarte correto por empresas licenciadas.

**14.5** Geração de resíduos: A utilização dos veículos pode resultar na geração de resíduos, como óleos usados, filtros de ar e combustível, pneus descartados e materiais de limpeza. A destinação adequada desses resíduos é importante para evitar a contaminação do solo e da água. Estabelecer, como obrigação contratual, que a empresa locadora seja responsável pela coleta, armazenamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados na operação e manutenção dos veículos, tais como óleos lubrificantes usados, filtros, pneus e demais materiais.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

**15.1** A contratação de empresa especializada na locação de veículos para transporte de pessoas mostra-se viável técnica, econômica e administrativamente, considerando os seguintes aspectos:

- Disponibilidade de fornecedores capacitados: O mercado de locação de veículos no Brasil é maduro e competitivo, com diversas empresas especializadas capazes de fornecer veículos de diferentes categorias, manutenção preventiva e corretiva, seguros, assistência técnica e substituição em caso de indisponibilidade;
- Atendimento às necessidades institucionais: A locação permite a disponibilização de veículos compatíveis com a demanda real do órgão, incluindo veículos de passeio, utilitários, SUVs e veículos adaptados
- Flexibilidade e continuidade operacional: A contratação por meio de Registro de Preços garante atendimento imediato à demanda variável, evitando atrasos nas atividades administrativas e finalísticas;
- Gestão operacional e fiscalização simplificada: O serviço contratado contempla responsabilidade integral da empresa pela frota, permitindo que a Administração concentre-se em suas atividades-fim sem necessidade de equipe própria de gestão de frota.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARIA EDUARDA BISSOLI NOVAIS**

Estagiária

**KARINA GOMES DE SOUZA**

Membro da Diretoria de Compras



**FILIPE EDUARDO DE AZEVEDO SILVEIRA**

Acessor Técnico

**EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK**

Gerente do Suas

**TATIANE BRATZ DE ASSUNCAO**

Diretora de Serviços Públicos







**QUADRO DE MÉDIA DE PREÇOS - AGRUPADO POR ITEM**

Cotação: 00575/26

Impresso em: 25 de fevereiro de 2026

Objeto: SOLICITAÇÃO GERADA PARA COTAÇÃO DE VÁRIAS SOLICITAÇÕES

Item	Produto	Descrição	Unid.	Quantidade	Proponente 01, 06	Proponente 02, 07	Proponente 03, 08	Proponente 04, 09	Proponente 05, 10	Preço Médio	Valor Total Médio
1	571.007.001	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO MICRO-ÔNIBUS, POR KM RODADO	KM	6500	18,00 0,00	14,00 0,00	0,00 0,00	14,34 0,00	0,00 0,00	15,45	100.425,00
2	571.007.003	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, POR DIÁRIA	DIÁRI	46	0,00 3.500,00	2.500,00 0,00	0,00 0,00	2.350,00 0,00	0,00 0,00	2.783,33	128.033,18
3	571.007.002	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, POR KM RODADO	KM	12400	22,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	15,22 0,00	12,65 0,00	16,62	206.088,00
4	571.007.004	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN, POR KM RODADO	KM	16617	17,00 18,00	0,00 0,00	0,00 0,00	13,29 0,00	0,00 0,00	16,10	267.533,70

Total de registros: 4

**702.079,88**

#	Nome Proponente	CNPJ/CPF
1	4894 DESTAK TRANSPORTES E TURISMO LTDA	17.983.124/0001-37
2	6907 GERAL 1 (ATA REGISTRO DE PREÇO)	
3	8768 BANCO DE PREÇO 5	07.797.967/0001-95
4	13472 BANCO DE PREÇO 1	07.797.967/0001-95
5	13473 BANCO DE PREÇO 2	07.797.967/0001-95
6	15577 DAMASCENO TRANSPORTES E SERVICOS LTDA	00.837.742/0001-76







# Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16  
Av. Tancredo Neves  
www.ariquemes.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Quadro</b>	<b>COMPARATIVO</b>	<b>26/02/2026</b>

ID:	<b>3812154</b>	Processo	Documento
CRC:	<b>1BD61EC6</b>		
Processo:	<b>8-29420/2025</b>		
Usuário:	<b>GEOVANA KELRI ALVES DE SOUZA</b>		
Criação:	<b>26/02/2026 08:30:13</b>	Finalização:	<b>26/02/2026 09:00:14</b>

MD5:	<b>9181BF1920C840C12965AA11AD150E7E</b>
SHA256:	<b>F46578F4502F70DF1329EF6C423C6052328B423379795FAEAEBA383D87734CFD</b>

Súmula/Objeto:

**Quadro COMPARATIVO.**

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS - SEMOSP	ARIQUEMES	RO	26/02/2026 08:25:30
--	-----------	----	---------------------


### ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇOS (791)	26/02/2026 08:25:30
--------------------------	---------------------


### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 <b>GEOVANA KELRI ALVES DE SOUZA</b>	<b>ESTAGIÁRIO NÃO REMUNERADO</b>	<b>26/02/2026 09:00:35</b>
--	----------------------------------	----------------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 <b>JOAO PEDRO LONGO DE JESUS</b>	<b>GERENTE DE COTAÇÃO</b>	<b>26/02/2026 09:02:52</b>
---	---------------------------	----------------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 <b>RAIANY CARVALHO SILVA</b>	<b>DIRETORA DE COMPRAS - SML</b>	<b>26/02/2026 09:04:02</b>
---	----------------------------------	----------------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ariquemes.ro.gov.br](http://transparencia.ariquemes.ro.gov.br) informando o ID 3812154 e o CRC 1BD61EC6.





# Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16  
Av. Tancredo Neves  
www.ariquemes.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Estudo Técnico Preliminar - ETP</b>	<b>82/2026</b>	<b>06/04/2026</b>

ID: <b>3900569</b>	Processo	Documento
CRC: <b>0E580FE1</b>		
Processo: <b>8-29420/2025</b>		
Usuário: <b>MARIA EDUARDA BISSOLI NOVAIS</b>		
Criação: <b>14/04/2026 13:57:52</b>	Finalização: <b>15/04/2026 12:50:46</b>	

MD5: <b>37118514C64AEAEC2392976740861A72</b>
SHA256: <b>E309C48879ACE020DC307D83C7FA7FFE07D24485ADC1C7D4237574DA9C58B246</b>

Súmula/Objeto:

**Estudo Técnico Preliminar - ETP 82/2026**

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS - SEMOSP	ARIQUEMES	RO	06/04/2026 13:41:23
--	-----------	----	---------------------






### ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇOS (791)	06/04/2026 13:41:23
--------------------------	---------------------

### DOCUMENTOS RELACIONADOS

Termo de Referência 120/26	06/04/2026	3900582
Termo de Referência 120/2026 retifi	29/04/2026	3959325

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	MARIA EDUARDA BISSOLI NOVAIS	ESTAGIÁRIO NÃO REMUNERADO	15/04/2026 12:51:19
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	FILIPPE EDUARDO DE AZEVEDO SILVEIRA	ASSESSOR TECNICO NIVEL II CDS 04 (COMISSAO)	15/04/2026 12:58:03
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	RAIANY CARVALHO SILVA	DIRETORA DE COMPRAS - SML	15/04/2026 13:13:20
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	TATIANE BRATZ DE ASSUNCAO	DIRETOR DE SERVICOS PUBLICOS (COMISSAO)	15/04/2026 13:20:29
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			
	EUTIANE DE SOUZA STELMASCHUK	GERENTE SUAS (SIST.UNIC. ASSIST. SOCIAL) COMISSAO	16/04/2026 10:19:02
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.			

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ariquemes.ro.gov.br](http://transparencia.ariquemes.ro.gov.br) informando o ID 3900569 e o CRC 0E580FE1.

## PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES

## Matriz de Gerenciamento de Riscos 77/2026

## 1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
77/2026	MARIA EDUARDA BISSOLI NOVAIS	16/03/2026 13:06
Status da Matriz de Alocação de Riscos		
Concluído (Planejamento)		
Objeto da Matriz de Riscos		
Registro de Preços para Contratação de Empresa de Locação de veículos para transporte de pessoal		

## 2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

## 3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco		Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Estimativa incorreta da quantidade de veículos	Levantamento de demanda inadequado ou falta de dados históricos		Planejamento	Administração	Baixo	
Impactos							
1	Falta de veículos ou contratação acima da necessidade						
Ações Preventivas							
P-01	Realizar estudo técnico preliminar com base em histórico de uso e projeção de demanda				Responsáveis:	MARIA EDUARDA BISSOLI NOVAIS, KARINA GOMES DE SOUZA, TATIANE BRATZ DE ASSUNCAO, FILIPE EDUARDO DE AZEVEDO SILVEIRA, EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK	
Ações de Contingência							
C-01	Realizar aditivo ou nova contratação emergencial para suprir demanda				Responsáveis:	TATIANE BRATZ DE ASSUNCAO, FILIPE EDUARDO DE AZEVEDO SILVEIRA, EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK	
Número	Risco	Causa do Risco		Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Falha na definição das especificações dos veículos	Termo de referência elaborado sem detalhamento técnico		Planejamento	Administração	Baixo	
Impactos							
1	Veículos inadequados para o transporte de pessoal						
Ações Preventivas							
P-01	Definir requisitos claros (capacidade, tipo de combustível, idade máxima, manutenção)				Responsáveis:	TATIANE BRATZ DE ASSUNCAO, FILIPE EDUARDO DE AZEVEDO SILVEIRA, EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK	
Ações de Contingência							
C-01	Exigir substituição dos veículos				Responsáveis:	TATIANE BRATZ DE ASSUNCAO, FILIPE EDUARDO DE AZEVEDO SILVEIRA, EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK	
Número	Risco	Causa do Risco		Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Aumento inesperado da demanda de transporte	Mudanças administrativas ou aumento de pessoal		Planejamento	Administração	Médio	
Impactos							
1	Insuficiência da frota contratada						
Ações Preventivas							



P-01	Previsão de quantitativos estimados com margem de segurança	<b>Responsáveis:</b> TATIANE BRATZ DE ASSUNCAO, FILIPE EDUARDO DE AZEVEDO SILVEIRA, EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK
<b>Ações de Contingência</b>		
C-01	Utilizar saldo da ata de registro de preços ou realizar nova contratação	<b>Responsáveis:</b> TATIANE BRATZ DE ASSUNCAO, FILIPE EDUARDO DE AZEVEDO SILVEIRA, EUTIANE DE SOUZA STELMASTCHUK

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

MARIA EDUARDA BISSOLI NOVAIS  
Estagiaria







## Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16  
Av. Tancredo Neves  
www.ariquemes.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Matriz de Gerenciamento de Riscos</b>	<b>77/26</b>	<b>06/04/2026</b>

ID: <b>3900578</b>	Processo	Documento
CRC: <b>27495646</b>		
Processo: <b>8-29420/2025</b>		
Usuário: <b>MARIA EDUARDA BISSOLI NOVAIS</b>		
Criação: <b>15/04/2026 13:01:07</b>	Finalização: <b>15/04/2026 13:10:38</b>	

MD5: <b>78277AEBC04E6D3BF75E309239AEC1EC</b>
SHA256: <b>7BA8D0D0A2EE14212A4B213930948777D0D89C0612AC22A1BCFFFBFC907D5C36</b>

Súmula/Objeto:

**Matriz de Gerenciamento de Riscos 77/26**

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS - SEMOSP	ARIQUEMES	RO	06/04/2026 13:46:12
--	-----------	----	---------------------

### ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇOS (791)	06/04/2026 13:46:12
--------------------------	---------------------


### DOCUMENTOS RELACIONADOS

Termo de Referência 120/26	06/04/2026	3900582
Termo de Referência 120/2026 retifi	29/04/2026	3959325


### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 MARIA EDUARDA BISSOLI NOVAIS	ESTAGIÁRIO NÃO REMUNERADO	15/04/2026 13:10:59
---	---------------------------	---------------------


Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 RAIANY CARVALHO SILVA	DIRETORA DE COMPRAS - SML	15/04/2026 13:13:19
--	---------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 TATIANE BRATZ DE ASSUNCAO	DIRETOR DE SERVICOS PUBLICOS (COMISSAO)	15/04/2026 13:20:37
--	---	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 FILIPE EDUARDO DE AZEVEDO SILVEIRA	ASSESSOR TECNICO NIVEL II CDS 04 (COMISSAO)	16/04/2026 07:57:46
---	---	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

 EUTIANE DE SOUZA STELMASCHUK	GERENTE SUAS (SIST.UNIC. ASSIST. SOCIAL) COMISSAO	16/04/2026 10:18:51
---	---	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ariquemes.ro.gov.br](http://transparencia.ariquemes.ro.gov.br) informando o ID 3900578 e o CRC 27495646.

**SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO SML**  
**DIRETORIA DE COMPRAS**

**MODELO**  
**TERMO DE VISTORIA**

Ref.: Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026

Na forma do item \_\_\_\_ do Edital em referência c/c o § 2º do artigo 63 da Lei nº 14.133/21, declaro que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, através do Sr (a).\_\_\_\_\_, cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_\_, devidamente identificado, tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações relativas ao objeto da licitação em epígrafe, através de vistoria nos locais de embarque e trajetos de execução dos serviços, mediante inspeção e coleta de informações de todos os dados e elementos que possam vir a influir no valor da proposta a ser oferecida na execução dos trabalhos pertinentes, sendo que este termo equivalerá a aceitação das especificações técnicas insertas no Termo de Referência. Na hipótese de discordâncias com tais especificações a (o) interessada (o) deverá apresentá-las a (ao) Pregoeira (o) no prazo previsto neste Edital para impugnações e questionamentos, os quais não serão aceitos após este prazo, cujas diferenças não impugnadas ou questionadas serão arcadas pela licitante que lograr êxito no certame em referência.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
Responsável Representante da empresa (com carimbo)  
TELEFONE: ( ) \_\_\_\_\_

**Atesto:**

Atesto, para fins de comprovação de visita técnica, que o representante da empresa acima nominada compareceu na unidade situada na \_\_\_\_\_, vinculado à Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_ de Ariquemes - RO realizou a vistoria do local onde será a execução dos serviços objeto desta licitação. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Responsável da Unidade





## Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16  
Av. Tancredo Neves  
www.ariquemes.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Termo</b>	<b>de Vistoria modelo</b>	<b>12/05/2026</b>

ID: **3986365**

CRC: **62973845**

Processo: **8-29420/2025**

Usuário: **KARINA GOMES DE SOUZA**

Criação: **12/05/2026 10:19:24** Finalização: **12/05/2026 10:25:07**

Processo



Documento



MD5: **F23D7E3AB3C1C02A84E00F3CD2B530A1**

SHA256: **64836258C6DBCD6ABB47269EB350EEC8A793043CF02F24F308B880C21059374C**

Súmula/Objeto:

**Termo de Vistoria modelo**

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS - SEMOSP	ARIQUEMES	RO	12/05/2026 10:19:24
--	-----------	----	---------------------

### ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇOS (791)	12/05/2026 10:19:24
--------------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ariquemes.ro.gov.br](https://transparencia.ariquemes.ro.gov.br) informando o ID 3986365 e o CRC 62973845.



**SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO SML**  
**DIRETORIA DE COMPRAS**

**MODELO**  
**TERMO DE NÃO VISTORIA**

Ref.: Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2024

Na forma do item \_\_\_\_\_ do Edital em referência c/c o § 2º do artigo 63 da Lei nº 14.133/21, declaro que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, através do Sr (a).\_\_\_\_\_, cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_\_, devidamente identificado, **NÃO** realizou a vistoria nos locais de embarque e trajetos de execução dos serviços por opção própria, assumindo, assim, CONCORDÂNCIA com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, e que ainda, assumo toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação das condições do local de execução do objeto do certame.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Responsável Representante da empresa (com carimbo)  
TELEFONE: ( ) \_\_\_\_\_







## Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16  
Av. Tancredo Neves  
www.ariquemes.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Termo</b>	<b>de NÃO vistoria modelo</b>	<b>12/05/2026</b>
ID: <b>3986406</b>		Processo
CRC: <b>D7486BA5</b>		Documento
Processo: <b>8-29420/2025</b>		
Usuário: <b>KARINA GOMES DE SOUZA</b>		
Criação: <b>12/05/2026 10:23:56</b>	Finalização: <b>12/05/2026 10:25:18</b>	
MD5: <b>38C04002EBC063887A296150B2384E97</b>		
SHA256: <b>0E78DEECA180187C595CDFS6CCB012E96E70E79B05B99ED34F45F3C24F4C4A2C</b>		
Súmula/Objeto:		
<b>Termo de NÃO vistoria modelo</b>		

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS - SEMOSP	ARIQUEMES	RO	12/05/2026 10:23:56
--	-----------	----	---------------------

### ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇOS (791)	12/05/2026 10:23:56
--------------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ariquemes.ro.gov.br](https://transparencia.ariquemes.ro.gov.br) informando o ID 3986406 e o CRC D7486BA5.

### Quadro de Distribuição por Secretaria

Registro de Preços para Contratação de Empresa de Locação de veículos para transporte de pessoal

ITEM	UND	ESPECIFICAÇÃO	SEMOSP	SEMTEC	F.M.D.P.I	QUAN TOTAL
1	KM	<p>LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO MICRO-ÔNIBUS, POR KM RODADO</p> <p>Locação de veículo tipo micro-ônibus, por km rodado, motor Turbo a Diesel 4 cilindros, com 1 porta (embarque e desembarque), display digital, tacógrafo eletrônico, capacidade mínima de 28 (vinte e oito) passageiros, com motorista, ar condicionado, cinto de segurança em todos os assentos, com no máximo 10 (dez) anos de uso, itens de segurança conforme exigências do DENATRAN; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para uso no perímetro urbano e zona rural; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção.</p>	-	6500	-	6500
2	DIÁRIA	<p>LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, POR DIÁRIA</p> <p>Locação de veículo tipo ônibus, por diária, motor Turbo a Diesel 4 cilindros, com 1</p>	-	22	24	46



		<p>porta (embarque e desembarque),  plataforma de  acessibilidade, display  digital, tacógrafo  eletrônico, máximo 10 (dez)  anos de fabricação,  capacidade  mínima de 40 (quarenta)  passageiros, com ar  condicionado,  bagageiros externos lateral  e interno de teto, cinto de  segurança em todos os  assentos, cortinas nas  janelas,  poltronas reclináveis, com  banheiro; itens de  segurança  conforme exigências do  DENATRAN; incluídos os  custos com  combustível, motorista,  IPVA, seguro e manutenção;  para  viagens nas modalidades  urbana e intermunicipais;  todos os  veículos devidamente  cadastrados e vistoriados  pelo  DETRAN/RO, em bom  estado de conservação e  manutenção.  Diária de até 500km.</p>				
3	KM	<p>LOCAÇÃO DE VEÍCULO  TIPO ÔNIBUS, POR KM RO  DADO</p> <p>Locação de veículo tipo  ônibus, por km rodado,  motor Turbo a  Diesel 4 cilindros, com 1  porta (embarque e  desembarque),  plataforma de  acessibilidade, display  digital, tacógrafo  eletrônico, máximo 10 (dez)  anos de fabricação,  capacidade  mínima de 40 (quarenta)  passageiros, com ar  condicionado,</p>	-	12000	400	12400



		<p>bagageiros externos lateral e interno de teto, cinto de segurança em todos os assentos, cortinas nas janelas, poltronas reclináveis, com banheiro; itens de segurança conforme exigências do DENATRAN; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para viagens nas modalidades urbana e intermunicipais; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção.</p>				
4	KM	<p>LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN, POR KM RODADO</p> <p>Locação de veículo tipo Van, por km rodado, motor 4 cilindros, com capacidade mínima de 16 (dezesesseis) passageiros, com no máximo 5 (cinco) anos de uso; com motorista, ar condicionado; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para uso no perímetro urbano e zona rural; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção</p>	11617	5000	-	16617

Ariquemes/RO 10 de abril de 2026







## Município de Ariquemes

04.104.816/0001-16  
Av. Tancredo Neves  
www.ariquemes.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Quadro de Distribuição	01	06/04/2026

ID:	3900727	Processo	Documento
CRC:	817CD98D		
Processo:	8-29420/2025		
Usuário:	KARINA GOMES DE SOUZA		
Criação:	06/04/2026 15:08:39	Finalização:	20/04/2026 12:20:07

MD5:	A9814C68B550DDCB61CD46F0F8CC07AF
SHA256:	02E2C405365EEFF0D9CF23BEAE5436D0D848334E77835C338071937081268129

Súmula/Objeto:

Quadro de Distribuição 01

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS - SEMOSP	ARIQUEMES	RO	06/04/2026 15:08:39
--	-----------	----	---------------------

### ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇOS (791)	06/04/2026 15:08:39
--------------------------	---------------------

### DOCUMENTOS RELACIONADOS

Termo de Referência 120/2026 retifi	29/04/2026	3959325
-------------------------------------	------------	---------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 MARIA EDUARDA BISSOLI NOVAIS	ESTAGIÁRIO NÃO REMUNERADO	20/04/2026 12:20:24
---	---------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 16.426/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ariquemes.ro.gov.br](http://transparencia.ariquemes.ro.gov.br) informando o ID 3900727 e o CRC 817CD98D.



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

MINUTA DE CONTRATO  
39/2026

Contrato nº /2026  
Processo nº 29420/2025

Registro de Preços para Eventual e Futura Contratação de Empresa de Locação de Veículos para Transporte de Pessoal.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES/RO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE E A EMPRESA ....., PARA OS FINS QUE NAS CLÁUSULAS ABAIXO SE ESPECIFICAM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ nº 04.104.816/0001-16, com sede na Av. Tancredo Neves, Setor Institucional, nº 2.166, representada pela Sr(a). \_\_\_\_\_, SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE \_\_\_\_\_ doravante CONTRATANTE e a Empresa \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente instrumento contratual, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo Administrativo nº 29420/2025 SEMOSP, Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026/CPL/SML/PMA, tendo por finalidade estabelecer os direitos, deveres e obrigações das partes, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)**

1. O objeto do presente instrumento é o Registro de Preços para Eventual e Futura Contratação de Empresa de Locação de Veículos para Transporte de Pessoal. nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

**1.1 Objeto da contratação:**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO MICRO-ÔNIBUS, POR KM RODADO Locação de veículo tipo micro-ônibus, por km rodado, motor Turbo a Diesel 4 cilindros, com 1 porta (embarque e desembarque), display digital, tacógrafo eletrônico, capacidade mínima de 28 (vinte e oito) passageiros, com motorista, ar condicionado, cinto de segurança em todos os assentos, com no máximo 10 (dez) anos de uso, itens de	25089	KM	6500	-	-

	segurança conforme exigências do DENATRAN; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para uso no perímetro urbano e zona rural; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção.					
2	<p>LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, POR DIÁRIA</p> <p>Locação de veículo tipo ônibus, por diária, motor Turbo a Diesel 4 cilindros, com 1 porta (embarque e desembarque), plataforma de acessibilidade, display digital, tacógrafo eletrônico, máximo 10 (dez) anos de fabricação, capacidade mínima de 40 (quarenta) passageiros, com ar condicionado, bagageiros externos lateral e interno de teto, cinto de segurança em todos os assentos, cortinas nas janelas, poltronas reclináveis, com banheiro; itens de segurança conforme exigências do DENATRAN; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para viagens nas modalidades urbana e intermunicipais; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção. Diária de até 500km.</p>	25089	DIÁRIA	46	-	-
3	<p>LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, POR KM RODADO</p> <p>Locação de veículo tipo ônibus, por km rodado, motor Turbo a Diesel 4 cilindros, com 1 porta (embarque e desembarque), plataforma de acessibilidade, display digital, tacógrafo eletrônico, máximo 10 (dez) anos de fabricação, capacidade mínima de 40 (quarenta) passageiros, com ar condicionado, bagageiros externos lateral e interno de teto, cinto de segurança em todos os assentos, cortinas nas janelas, poltronas reclináveis, com banheiro; itens de segurança conforme exigências do DENATRAN; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para viagens nas modalidades urbana e intermunicipais; todos os veículos devidamente</p>	25089	KM	12400	-	-



	cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção.					
4	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN, POR KM RODADO Locação de veículo tipo Van, por km rodado, motor 4 cilindros, com capacidade mínima de 16 (dezesesseis) passageiros, com no máximo 5 (cinco) anos de uso; com motorista, ar condicionado; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para uso no perímetro urbano e zona rural; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção.	25089	KM	16617	-	-
<b>TOTAL:</b>						-

**1.2** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta do contratado;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**2.1** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.2** O prazo de vigência poderá ser prorrogado, com a confecção de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

**3.1** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

1.

## **CLÁUSULA QUARTA SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

**5.1** O valor da contratação é de R\$

**5.2** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**5.3** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

2.

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

**6.1** O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

**7.1** Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **25/02/2026**

**7.2** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.4** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**7.5** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**7.6** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.7** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**7.8** O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

**8.1** São obrigações do Contratante:

**8.2** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**8.3** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

**8.4** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**8.5** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**8.6** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.7** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência;

**8.8** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

**8.9** Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições.

**8.10** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**8.10.1** A Administração terá o prazo de 05 (cinco), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**8.11** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 72(setenta e duas) horas.

**8.12.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**8.13.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

**9.1** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**9.2** Os produtos entregues deverão ser de primeira qualidade, novos e em perfeito estado.

**9.3** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**9.4** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**9.5** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**9.6** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**9.7** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**9.8** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;

**9.9** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**9.10** A Contratada se obriga a informar, para fins de recebimento de citações, intimações, ordem de serviço, e outras comunicações oficiais com a Secretaria requisitante, o nome do seu preposto, seu endereço comercial, E-mail (endereço eletrônico) e n.º de telefone móvel e fixo para contato.

**9.11** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**9.12** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**9.13** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**9.14** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**9.15** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**9.16** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.17** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

**9.18.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**9.19** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

**9.20** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**9.21** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**9.22** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**9.23** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

**10.1** Não haverá exigência de garantia contratual da execução nos termos art. 92, XII, da Lei nº. 14.133/2021, por razões da baixa complexidade do objeto, com base no Estudo Técnico Preliminar - ETP e Matriz de Gerenciamento de Riscos, elaborados para a contratação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DO SERVIÇO**

**11.1** A contratação conta com garantia de 12 meses do objeto a ser entregue, nos termos do artigo 92, XIII, da Lei nº. 14.133/2021, o que configura obrigação futura, com base no Estudo Técnico Preliminar ETP e Matriz de Gerenciamento de Riscos e exigência no Termo de Referência, elaborados para a contratação.

**11.2** A CONTRATADA deverá assegurar a plena qualidade dos serviços prestados, responsabilizando-se integralmente por quaisquer vícios, falhas ou irregularidades, ainda que constatados após a execução, obrigando-se a corrigi-los, refazê-los ou substituí-los, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Administração.

**11.3** O serviço de transporte rotineiro será realizado nos períodos de horário comercial, de segunda a sexta-feira, de acordo com o calendário da Prefeitura Municipal de Ariquemes, podendo também ser demandado aos finais de semana e feriados, conforme necessidade da demandante.

**11.4** Os itinerários dispostos nas tabelas acima poderão ser ampliados, reduzidos e/ou suprimidos, bem como, poderão ser criados novos itinerários, a critério da unidade demandante.

**11.5** Excepcionalmente, e devidamente comunicada pelo Fiscal do Contrato, em até 24 (vinte e quatro) horas, será solicitada a suspensão temporária do serviço de transporte rotineiro em função de paralizações ou impossibilidade de realizar os serviços.

**11.6** O pagamento do serviço de transporte rotineiro será realizado mensalmente, conforme item 7 do Termo de Referência.

**11.7** O quilômetro rodado é a unidade de medida adotada para mensurar o pagamento dos serviços de transporte rotineiro

**11.8** A contabilização do quilômetro rodado inicia-se no local de embarque e conclui-se no local de desembarque, em consonância com os instrumentos legais pertinentes, sendo expressamente proibida a inserção do chamado "percurso morto" (trecho de deslocamento entre a garagem da CONTRATADA e o local de embarque da CONTRATANTE sem o transporte de passageiros), sob pena de responsabilidade nos termos deste Instrumento.

**11.9** A quilometragem percorrida pelos veículos, a cada deslocamento, será determinada pela leitura do aparelho indicador (hodômetro) juntamente com o relatório de rastreamento veicular atualizado e disponibilizado pela contratada. Em caso de dúvidas quanto a calibração do hodômetro, o disco de tacógrafo do painel dos instrumentos será utilizado para mensurar o quilômetro rodado.

**11.10** No caso de impossibilidade de obter os dados dos instrumentos do subitem 5.3.8, por dano fortuito, além de ser exigida a sua imediata reparação ou substituição, a quilometragem deverá ser apurada pela CONTRATADA de acordo com o trajeto percorrido, sob aprovação da CONTRATANTE, sem prejuízo de glosas.

**11.11** Será objeto de cobrança apenas a quilometragem constante dos demonstrativos das requisições de transporte a serviço da CONTRATANTE, a ser conferida e aprovada pelo fiscal do contrato, de acordo com o trajeto e data da realização do serviço, verificados no transporte.

**11.12** A CONTRATADA fica obrigada a deduzir a quilometragem que foi utilizada para abastecimento, manutenção, ou qualquer deslocamento do veículo fora do percurso definido pela contratante.

**11.13** A Requisição de Transporte gerada pela CONTRATADA deverá ser entregue ao motorista, sendo conferida e atestada setorialmente pelos servidores da comissão de recebimento, e posteriormente ratificada e homologada pelo Gestor do Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

**12.1** A Empresa Contratada compromete-se a cumprir integralmente as disposições da LGPD e demais normas aplicáveis à proteção de dados.

**12.2** A Empresa Contratada será responsável por implementar medidas de segurança da informação apropriadas para proteger os dados pessoais tratados durante a prestação dos serviços.

**12.3** A Empresa Contratada só poderá coletar, processar ou armazenar dados pessoais estritamente necessários para a execução dos serviços contratados.

**12.4** A coleta e o tratamento dos dados pessoais devem ser realizados de acordo com os princípios da LGPD, incluindo a finalidade específica, adequação, necessidade, consentimento e transparência.

**12.5** Caso haja transferência internacional de dados, a Empresa Contratada compromete-se a adotar as medidas necessárias para assegurar que a transferência esteja em conformidade com a LGPD.

**12.6** A Empresa Contratada notificará imediatamente a Contratante sobre qualquer transferência internacional de dados pessoais.

**12.7** A Empresa Contratada implementará medidas de segurança da informação apropriadas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, divulgação, alteração e destruição não autorizadas.

**12.8** A Empresa Contratada realizará auditorias regulares de segurança da informação e informará a Contratante sobre quaisquer incidentes de segurança que possam afetar a proteção dos dados pessoais.

**12.9** A Empresa Contratada notificará a Contratante sem demora indevida no caso de qualquer violação de segurança que possa comprometer a confidencialidade, integridade ou disponibilidade dos dados pessoais.

**12.10** A notificação incluirá informações detalhadas sobre a natureza da violação, as possíveis consequências e as medidas tomadas para mitigar os riscos.

**12.11** A Empresa Contratada e seus funcionários envolvidos nos serviços comprometem-se a manter a confidencialidade dos dados pessoais tratados durante a vigência do contrato e após seu término.

**12.12** A obrigação de confidencialidade abrange todas as informações relacionadas aos dados pessoais, incluindo processos, procedimentos e tecnologias.

**12.13** A Contratante reserva-se o direito de realizar auditorias periódicas para verificar a conformidade da Empresa Contratada com as disposições deste contrato e com as obrigações decorrentes da LGPD.

**12.14** A Empresa Contratada colaborará integralmente com tais auditorias, fornecendo acesso a documentos, registros e pessoal necessário.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**13.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- i) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso VI da Lei 14.133/2021.

**13.2** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I - Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**II - Multa:**

**1.** moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

**2.** moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

**2.1** O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**3.** compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

**III - Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **b**, **c**, **d** e **i** do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **e**, **f**, **g** e **h** do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas **b**, **c**, **d** e **i** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.3** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**13.4** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.4.1** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

**13.4.2** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.4.3** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**13.5** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**13.6** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o Contratante;
- f)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.7** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**13.8** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.9** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.10** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**13.11** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

**14.1** O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**14.1.1** O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**14.1.2** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**14.1.3** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**14.3** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**14.3.1** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**14.3.2** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**14.3.2.1** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**14.4** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**14.4.1** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**14.4.2** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**14.4.3** Indenizações e multas.

**14.5** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

**15.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

##### **SEMOSP**

**Órgão:** Prefeitura Municipal de Ariquemes

**Unidade Orçamentária:** Secretaria Municipal de Obras;

**Programação:** 04.122.0038.2650.0000 - Manutenção das Atividades da SEMOSP

04.122.0038.2652.0000 - Manutenção e Conservação de Frotas

15.451.0012.2654.0000 - Manut. Conserv. e Recup. de Estradas Vicinais

**Elemento Despesa:** 3.3.90.39.00-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica / 3.3.90.36.00-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física;

**Fonte de Recursos:** RP-0.1.500; Recursos de Exercícios Anteriores - 0.2.500; Transferência da União

Referente a Compensação Financeira de Recursos Minerais - 0.1.708.

##### **SEMTEC**

**Órgão:** Prefeitura Municipal de Ariquemes

**Unidade Orçamentária:** Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura

**Programação:** 27 122 0019 2800 - Manutenção das Atividades da SEMTEC;

**Programação:** 13 392 0020 2801 - Promoção da Cultura;

**Programação:** 27 812 0021 - Fomento ao Esporte Comunitário e Lazer;

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

**Fonte de Recurso:** RP Próprio/Convenio.

##### **F.M.D.P.I**

**Órgão:** Prefeitura Municipal de Ariquemes

**Unidade Orçamentária:** Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

**Programação:**

08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 241 ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA

08 241 0016 PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

08 241 0016 2424 0000 PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

**Elementos de Despesas:**

3.3.50.41.00 - Contribuições;

3.3.90.14.00 - Diárias - Civil;

3.3.90.30.00 - Material de consumo;

3.3.90.33.00 - Passagens e despesas com locomoção;

3.3.90.39.00 - Outros serviços de terceiros - Pessoa jurídica;

4.4.90.52.00 - Equipamentos e material permanente.

**Fonte de Recursos:**

1.500 - Recursos Próprios / 1.750 - Recursos Próprios (doações).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

**16.1** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as



disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

3.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ALTERAÇÕES**

**17.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**17.2** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**17.3** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO**

**18.1** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO (art. 92, §1º)**

**19.1** Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária de Ariquemes do Estado de Rondônia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Ariquemes/RO, xx de xxx de 2026.






CONTRATANTE	CONTRATADO
Prefeitura Municipal de Ariquemes CNPJ: 04.104.816/0001-16	Representante CNPJ: _____

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional - Ariquemes/RO CEP: 76.872-854  
Contato: (69) 3516-2000 - Site: [www.ariquemes.ro.gov.br](http://www.ariquemes.ro.gov.br) - CNPJ: 04.104.816/0001-16

 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por <b>MARIA EDUARDA BISSOLI NOVAIS, ESTAGIÁRIO NÃO REMUNERADO</b> , em 20/04/2026 às 12:22, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do <a href="#">Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.</a>
 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por <b>NATANAEL EMERSON PEREIRA DE LIMA, SECRETARIO MUNICIPAL - SEMTEC</b> , em 20/04/2026 às 12:27, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do <a href="#">Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.</a>
 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por <b>MICHELINE BARCELOS, SEC MUNIC DESENV SOCIAL (COMISSAO)</b> , em 20/04/2026 às 12:43, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do <a href="#">Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.</a>
 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por <b>MARCOS VENICIO ARAUJO RAPOSO, SECRETÁRIO DE OBRAS</b> , em 20/04/2026 às 13:55, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do <a href="#">Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.</a>
 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por <b>LAURA BEZERRA DA SILVA, COORDENADORA DE ARTEFATOS DIGITAIS</b> , em 20/04/2026 às 14:05, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do <a href="#">Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.</a>



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.ariquemes.ro.gov.br](https://transparencia.ariquemes.ro.gov.br), informando o ID **3900730** e o código verificador **A9073234**.

#### Documentos Relacionados

Seq.	Documento	Data	ID
1	Termo de Referência 120/2026 retifi	29/04/2026	<a href="#">3959325</a>

Referência: [Processo nº 8-29420/2025](#).

Docto ID: 3900730 v7



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES  
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
30/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES  
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 0XX/SML/2026  
PROCESSO N.º 29420 SEMOSP/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 00/2026/PREGAO/SML/PMA-GSRP

Aos xx dias do mês de xxxx do ano de dois mil e vinte e seis, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.104.816/0001-16, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº. 2.166, nesta cidade de Ariquemes - RO, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal 19.359 de 21 de Dezembro de 2022, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao PREGÃO ELETRÔNICO nº. XX/SML/2026, em virtude de deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pela Excelentíssima Senhora Prefeita, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações dos Anexos I do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

**CLÁUSULA I - DO OBJETO**

O objeto da presente ata é o Registro de Preço para Eventual e Futura Contratação de Empresa de Locação de Veículos para Transporte de Pessoal, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Ariquemes/RO por um período de 12 (doze) meses.

**TABELA I**

1. LICITANTE: .....  
CNPJ:.....TEL/FAX:..... E-MAIL: .....  
ENDEREÇO:..... CEP: ..... Cidade:.....  
NOME DO REPRESENTANTE:....., inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº. ....RG sob o nº. ....  
DETENTORA DO ITEM (S):.....

**PLANILHA COM ITENS/ VALORES DA (S) EMPRESA (S) DETENTORA (S)**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT (R\$)	EMPRESA DETENTORA
1	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO MICRO-ÔNIBUS, POR KM RODADO Locação de veículo tipo micro-ônibus, por km rodado, motor Turbo a Diesel 4 cilindros, com 1 porta (embarque e desembarque), display digital, tacógrafo eletrônico, capacidade mínima de 28 (vinte e oito) passageiros, com motorista, ar condicionado, cinto de segurança	KM	6500	xxx	xxx	xxx

	em todos os assentos, com no máximo 10 (dez) anos de uso, itens de segurança conforme exigências do DENATRAN; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para uso no perímetro urbano e zona rural; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção.					
2	<p><b>LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, POR DIÁRIA</b></p> <p>Locação de veículo tipo ônibus, por diária, motor Turbo a Diesel 4 cilindros, com 1 porta (embarque e desembarque), plataforma de acessibilidade, display digital, tacógrafo eletrônico, máximo 10 (dez) anos de fabricação, capacidade mínima de 40 (quarenta) passageiros, com ar condicionado, bagageiros externos lateral e interno de teto, cinto de segurança em todos os assentos, cortinas nas janelas, poltronas reclináveis, com banheiro; itens de segurança conforme exigências do DENATRAN; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para viagens nas modalidades urbana e intermunicipais; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção. Diária de até 500km.</p>	DIÁRIA	46	xxx	xxx	xxx
3	<p><b>LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, POR KM RODADO</b></p> <p>Locação de veículo tipo ônibus, por km rodado, motor Turbo a Diesel 4 cilindros, com 1 porta (embarque e desembarque), plataforma de acessibilidade, display digital, tacógrafo eletrônico, máximo 10 (dez) anos de fabricação, capacidade mínima de 40 (quarenta) passageiros, com a condicionado, bagageiros externos lateral e interno de teto, cinto de segurança em todos os assentos, cortinas nas janelas, poltronas reclináveis, com banheiro; itens de segurança conforme exigências do DENATRAN; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA,</p>	KM	12400	xxx	xxx	xxx

	seguro e manutenção; para viagens nas modalidades urbana e intermunicipais; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção.					
4	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN, POR KM RODADO Locação de veículo tipo Van, por km rodado, motor 4 cilindros, com capacidade mínima de 16 (dezesesseis) passageiros, com no máximo 5 (cinco) anos de uso; com motorista, ar condicionado; incluídos os custos com combustível, motorista, IPVA, seguro e manutenção; para uso no perímetro urbano e zona rural; todos os veículos devidamente cadastrados e vistoriados pelo DETRAN/RO, em bom estado de conservação e manutenção.	KM	16617	xxx	xxx	xxx
<b>TOTAL:</b>						<b>xxx</b>

## CLÁUSULA II - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

**2.1.** O órgão gerenciador será a Gerência do Sistema de Registro de Preço - GSRP da Prefeitura Municipal de Ariquemes.

**2.2.** Caberá à Gerência do Sistema de Registro de Preço - GSRP a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente, conforme art. 66, § 1º, do Decreto municipal 19.359/22.

**2.3.** No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão Participante assim como as demais atribuições previstas no art. 67 e 68 do Decreto municipal 19.359/22.

**2.4.** São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item na ARP nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade
1	SEMTEC	KM	6500
2	SEMTEC,F.M.D.P.I	DIÁRIA	22,24
3	SEMTEC,F.M.D.P.I	KM	12000,400
4	SEMOSP	KM	16617

## CLÁUSULA III - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**3.1** Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, as secretarias municipais da prefeitura de Ariquemes que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

**3.2** As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere no item anterior não poderão exceder, por secretaria, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

**3.3** O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado

na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.

**3.4** Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

**3.5** As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**3.6** Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

## **CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**4.1** O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados o prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia

**4.1.1** Podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

**4.1.2** No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

**4.1.2.1** O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

**4.2** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

**4.3** As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta - contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**4.3.1** Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

a) Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

b) A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

c) O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

d) A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

**4.4** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**4.5** Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá se credenciar no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no processo eletrônico municipal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

## **CLÁUSULA V - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**5.1** O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

**I** - for liberado;

**II** - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

**III** - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**IV** - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

**V** - não aceitar o preço revisado pela Administração.

**5.2** A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

**I** - pelo decurso do prazo de vigência;

**II** - pelo cancelamento de todos os preços registrados;

**III** - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

**IV** - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

**5.3** No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa

## **CLÁUSULA VI - DO PROCEDIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**6.1** Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.

**6.2** A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.

**6.3** A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata.

**6.4** A impugnação deverá ser endereçada a Diretoria de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: [registrodepreco.pma@gmail.com](mailto:registrodepreco.pma@gmail.com) (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo Gerente de Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), pelos telefones (069) 3516-2021 e 3516 -2020) ou ainda, protocolado o original junto a Prefeitura Municipal de Ariquemes, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, situada na Av. Tancredo Neves, nº 2.166 Setor Institucional em Ariquemes/RO CEP: 76.872-854.

**6.5** Ao receber a impugnação, a Diretoria de Registro de Preço instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.

**6.6** Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gerente de Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.

**6.7** Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação na imprensa oficial.

**6.8** Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.

**6.9** Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

**6.10** Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

## **CLÁUSULA VII - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO**

**7.1** Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências

incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**7.2** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

**7.2.1** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

**7.2.2** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

**7.2.3** A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

**7.3** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

**I** - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

**II** - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

**III** - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

**IV** - seja realizada ampla pesquisa de mercado;

**V** - seja feita negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.

**7.3.1** A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

**7.3.2** Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

**7.3.3** Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

**7.3.4** Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

**7.3.5** Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

**7.3.6** Liberado o fornecedor na forma do item 7.3.5, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

**7.3.7** Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

**7.3.8** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

**7.3.9** Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a



próxima ordem fornecimento ou nota de empenho.

## **CLÁUSULA VIII - DA RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS REGISTRADOS**

**8.1** Em conformidade com o disposto no art. 1º do Decreto nº 21.515/2024, que altera os artigos 22 e 23 do Decreto nº 20.626/2024, bem como no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica autorizada a renovação dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo originalmente licitado, desde que observadas as condições estabelecidas para a prorrogação de sua vigência.

**8.2** A renovação dos quantitativos registrados poderá ser efetivada mediante o atendimento cumulativo dos seguintes requisitos:

**8.2.1** comprovação, pela Administração, de que os preços registrados permanecem vantajosos, em observância aos princípios da economicidade e eficiência;

**8.2.2** previsão expressa da possibilidade de renovação nos documentos convocatórios e na fase preparatória do processo licitatório;

**8.2.3** justificativa técnica elaborada pela unidade requisitante, demonstrando a efetiva necessidade de manutenção ou incremento dos quantitativos para atender ao interesse público.

**8.3** A renovação dos quantitativos deverá ser formalizada mediante termo aditivo específico, mantendo-se as condições originalmente pactuadas e respeitando-se os limites e disposições estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021, de modo a assegurar o cumprimento dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

## **CLÁUSULA IX - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO**

**9.1** As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente ordenador de despesa, conforme consta na Cláusula IX Da Dotação Orçamentária.

**9.2** Autorizadas às aquisições será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.

**9.3** Após a assinatura do contrato se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

## **CLÁUSULA X - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**10.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- i) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso VI da Lei 14.133/2021.

**10.2** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I - Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**II - Multa:**

**10.2.1** moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

**10.2.2** moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

**10.2.3** O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**10.3** compensatória de 15 % (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

**III - Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d e i do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g, e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d e i que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**10.4** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**10.5** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**10.5.1** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

**10.5.2** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**10.5.3** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**10.6** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**10.7** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.8** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**10.9** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**10.10** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**10.11** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**10.12** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022

## CLÁUSULA XI - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

**11.1** Conforme artigos 72, § 4º e seus incisos do Decreto municipal 19.359/22, o cadastro de reserva de fornecedores ocorrerá após o encerramento da etapa competitiva, com por finalidade especial atender a superveniente exclusão do primeiro fornecedor classificado.

**11.2** Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:

**11.2.1** O registro a que se refere o item 9.2 deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no § 4º do caput, nos incisos II, IV e V do art. 79, no inciso III do art.80, e no art. 81, do Decreto municipal 19.359/22;

**11.2.2** Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 9.2, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;

**11.2.3** A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 9.2, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

## CLÁUSULA XII - DAS CONDIÇÕES GERAIS

**12.1** As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e em seus anexos como Termo de Referência e Minuta de contrato.

## CLÁUSULA XIII - DAS INFORMAÇÕES GERAIS

**13.1** Mais informações poderão ser adquiridas pelos telefones (0xx69) 3516-2021 com a Sr(a). Izabel Farias da Costa ou na sala da Superintendência Municipal de Licitação, situada no Centro Administrativo Municipal, 1º piso, na Avenida Tancredo Neves, Nº. 2.166, Setor Institucional, Ariquemes-RO, de segunda à sexta-feira, das 07h30min às 13h30min

## CLÁUSULA XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**14.1** Integram esta Ata o Edital de Pregão Eletrônico Nº. XX/SML/2026, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do Processo nº. 29420 SEMOSP/2025.

**14.2** A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, Pregão Eletrônico Nº. 0XX/2026/PREGAO/SML/PMA, pela Excelentíssima Senhora Prefeita.

## ÓRGÃO GERENCIADOR

Izabel Farias da Costa

Presidente do Sistema de Registro de Preços

## EMPRESA (S) DETENTORA (S) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Empresa: .....

Representante:.....

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional - Ariquemes/RO CEP: 76.872-854  
Contato: (69) 3516-2000 - Site: [www.ariquemes.ro.gov.br](http://www.ariquemes.ro.gov.br) - CNPJ: 04.104.816/0001-16



SIMPLES  
ASSINATURA  
ELETRÔNICA  
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **MARIA EDUARDA BISSOLI NOVAIS, ESTAGIÁRIO NÃO REMUNERADO**, em 20/04/2026 às 12:42, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



SIMPLES  
ASSINATURA  
ELETRÔNICA  
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **IZABEL FARIAS DA COSTA, Diretora da DGSRP**, em 20/04/2026 às 12:49, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LAURA BEZERRA DA SILVA, COORDENADORA DE ARTEFATOS DIGITAIS**, em 20/04/2026 às 14:05, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.ariquemes.ro.gov.br](https://transparencia.ariquemes.ro.gov.br), informando o ID **3903029** e o código verificador **1D59A825**.

Documentos Relacionados			
Seq.	Documento	Data	ID
1	Termo de Referência 120/2026 retifi	29/04/2026	<a href="#">3959325</a>

Referência: [Processo nº 8-29420/2025](#).

Docto ID: 3903029 v5



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES  
MINUTA DA ATA DE CADASTRO RESERVA  
20/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES  
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 0XX/SML/2026  
CADASTRO RESERVA DE FORNECEDORES N.º  
PROCESSO N.º 29420 SEMOSP/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 00/2026/PREGAO/SML/PMA-GSRP

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES**, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.104.816/0001-16, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº. 2.166, nesta cidade de Ariquemes-RO, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal 19.359 de 21 de Dezembro de 2022, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas e a empresa listada abaixo, classificadas em 1º, 2º e 3º lugar no(s) lote(s) xxxx do Pregão Eletrônico nº xx/xx, resolvem registrar os preços para **FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA**, para eventual fornecimento futuro do objeto descrito no Anexo I - (Termo de referência) do Edital do referido Pregão, com vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, sujeitando-se as partes às determinações legais, bem como à legislação complementar vigente e pertinente à matéria.

### CLÁUSULA I - DO OBJETO

**1.1** O objeto da presente ata é o Registro de Preços para Eventual e Futura Contratação de Empresa de Locação de Veículos para Transporte de Pessoal para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Ariquemes/RO por um período de 12 (doze) meses.

1. LICITANTE: .....

CNPJ:..... TEL/FAX:..... E-MAIL: .....

ENDEREÇO:..... CEP: ..... Cidade:.....

NOME DO REPRESENTANTE:....., inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº. .... RG sob o nº. ....

DETENTORA DO ITEM (S):.....

### PLANILHA COM ITENS/ VALORES DA (S) EMPRESA (S) REGISTRADAS:

ITEM NA ARP	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	ORDEM CADASTRO RESERVA	MARCA	V. UNIT. DO ITEM EM R\$	EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
1	XXX	UND	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX
2	XXX	UND	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX

Os quantitativos, bem como as condições de fornecimento obedecerão às regras constantes do referido Edital e seus anexos, sendo que a existência de preços registrados não obriga a

Administração a contratar, facultando-se a Prefeitura Municipal de Ariquemes a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, forma e data.


ÓRGÃO GERENCIADOR

Izabel Farias da Costa  
Presidente do Sistema de Registro de Preços

EMPRESA (S) DETENTORA (S) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO


Empresa: .....  
Representante:.....

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional - Ariquemes/RO CEP: 76.872-854  
Contato: (69) 3516-2000 - Site: [www.ariquemes.ro.gov.br](http://www.ariquemes.ro.gov.br) - CNPJ: 04.104.816/0001-16




SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA  
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **IZABEL FARIAS DA COSTA, Diretora da DGSRP**, em 20/04/2026 às 12:50, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).




SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA  
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **MARIA EDUARDA BISSOLI NOVAIS, ESTAGIÁRIO NÃO REMUNERADO**, em 20/04/2026 às 12:50, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA  
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **LAURA BEZERRA DA SILVA, COORDENADORA DE ARTEFATOS DIGITAIS**, em 20/04/2026 às 14:05, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 16.426 de 16/04/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.ariquemes.ro.gov.br](http://transparencia.ariquemes.ro.gov.br), informando o ID **3903320** e o código verificador **90DD9F84**.

Documentos Relacionados				
Seq.	Documento	Data	ID	
1	Termo de Referência 120/2026 retifi	29/04/2026	<a href="#">3959325</a>	

Referência: [Processo nº 8-29420/2025](#). Docto ID: 3903320 v2